

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Gislaine Aparecida Aguiar Silva Alves

Apropriação e uso de resultados do SIMAVE/PROEB na Escola Estadual Fernando

Melo Viana: um possível caminho na busca da qualidade da educação

Juiz de Fora

2020

Gislaine Aparecida Aguiar Silva Alves

Apropriação e uso de resultados do SIMAVE/PROEB na Escola Estadual Fernando

Melo Viana: um possível caminho na busca da qualidade da educação

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Câmara dos Santos

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alves, Gislaine Aparecida Aguiar Silva .
APROPRIAÇÃO E USO DE RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB
NA ESCOLA ESTADUAL FERNANDO MELO VIANA: um possível
caminho na busca da qualidade da educação. / Gislaine Aparecida
Aguiar Silva Alves. -- 2020.
112 p. : il.

Orientador: Marcelo Câmara dos Santos
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Avaliação Externa. 2. SIMAVE/PROEB. 3. Apropriação de
Resultados. 4. Capacitação. I. Santos, Marcelo Câmara dos , orient.
II. Título.

Gislaine Aparecida Aguiar Silva Alves

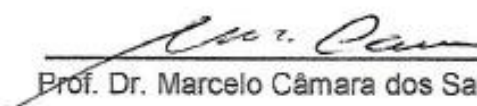
Apropriação e uso de resultados do SIMAVE/PROEB na Escola Estadual Fernando

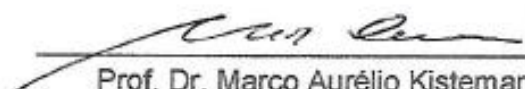
Melo Viana: um possível caminho na busca da qualidade da educação

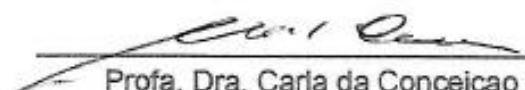
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 23 de setembro de 2020

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marcelo Câmara dos Santos - Orientador
Universidade Federal de Pernambuco


Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora


Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Ao meu esposo e amigo Júnior e aos meus
filhos Eduardo e Júlia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por ter me dado saúde e coragem para vencer todos os desafios que se fizeram presentes ao longo dos últimos dois anos.

Ao meu esposo e amigo Júnior e aos meus filhos Eduardo e Júlia, que foram muito compreensíveis ao longo do curso, entendendo meus momentos de ausência e impaciência.

À minha mãe, irmãs e familiares, que foram muito presentes ajudando nos cuidados com Júlia, que no início do curso requeria mais atenção por ter apenas 3 aninhos.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais por oportunizar minha participação neste mestrado devido ao convênio com a UFJF.

Ao Professor Orientador Marcelo Câmara dos Santos pelo acolhimento e orientação tão objetivos.

À Professora assistente de suporte acadêmico Luísa Gomes de Almeida Vilardi pelo monitoramento sistemático, exigência na melhoria da qualidade da dissertação e por transmitir muita tranquilidade ao longo do percurso.

Aos colegas de trabalho da escola, Vice-diretor, Especialista e Professores, que se dispuseram a participar da pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O presente caso de gestão procurou discutir se ocorre e como ocorre a apropriação dos resultados do PROEB na Escola Estadual Fernando Melo Viana com o intuito de identificar os desafios para a melhoria do desempenho dos estudantes. Os objetivos definidos para o estudo foram: i) descrever de maneira sucinta o SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública e as políticas para uso de dados da SEE/MG; ii) apresentar a Superintendência Regional de Ensino de Caxambu e suas políticas para uso de dados do SIMAVE/PROEB; iii) descrever a Escola Estadual Fernando Melo Viana, campo de pesquisa, as políticas e projetos realizados para uso de dados do SIMAVE/PROEB; iv) descrever a pesquisa empírica realizada no estudo de caso; v) propor um Plano de Ação Educacional a fim de capacitar os professores para a apropriação de resultados do PROEB. Foram utilizados como metodologia a pesquisa qualitativa e como instrumentos, a aplicação de entrevistas e questionários. Para embasamento teórico dos temas apropriação de resultados, sistemas de avaliação, papel dos gestores e professores, responsabilização e formação continuada, buscou-se amparo em autores, como: Nicolella e Silva (2014), Machado (2012), Bonamino (2012), Luck (2009), Brooke e Cunha (2011), Viana (2009), Santos e Varela (2007), e outros. Os resultados da pesquisa apontaram algumas fragilidades que serão melhor detalhadas ao longo da dissertação e por tal motivo propôs um Plano de Ação Educacional com foco em promover a melhoria e qualidade do ensino a partir de práticas efetivas de análise e apropriação de resultados das avaliações externas por meio de oficinas de capacitação e momentos de estudo, que são a sua potencialidade.

Palavras-Chave: SIMAVE/PROEB. Apropriação de Resultados. Formação. Capacitação.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master in Education Management and Evaluation (PPGP) from the Center of Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The present management case aimed to discuss if and how PROEB's results appropriation occur at the Fernando Melo Viana State School in order to identify the challenges for improving student performance. The objectives defined for the study were: I) to describe in a succinct way SIMAVE - Minas Gerais System of Evaluation and Equity of Public Education - and the policies for using SEE/MG data; II) to present the Regional Education Superintendence of Caxambu and its policies for using SIMAVE/PROEB data; III) to describe Fernando Melo Viana State School, research field, the policies and projects fulfilled for the use of SIMAVE/PROEB data; IV) to describe the empirical research performed in this case study; V) to propose an Educational Action Plan in order to train teachers for the appropriation of PROEB's results. Qualitative research was the chosen methodology, and interviews and questionnaires were used as instruments. For theoretical basis of this research's themes, being them results appropriation, evaluation systems, role of managers and teachers, accountability and continued education, support was sought from authors such as Nicolella e Silva (2014), Machado (2012), Bonamino (2012), Luck (2009), Brooke and Cunha (2011), Viana (2009), Santos and Varela (2007), and others. The research results pointed out some weaknesses that will be better detailed throughout this dissertation. For that reason an Educational Action Plan was proposed focusing on promoting the improvement and quality of teaching based on effective practices of analysis and results appropriation from external evaluations through training workshops and moments of study, which are its potentiality.

Keywords: SIMAVE/PROEB. Results Appropriation. Education. Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 -	Nova dimensão da aplicação dos testes do SIMAVE a partir de 2015	19
Figura 2 -	Padrões de Desempenho Estudantil do SIMAVE	22
Quadro 1 -	Vantagens do Novo padrão de desempenho	22
Figura 3 -	Aspecto da escala de proficiência	26
Figura 4 -	Itinerários Avaliativos 2019	35
Figura 5 -	Organograma da SRE Caxambu em 2019.....	41
Figura 6 -	Área de entrada da EE Fernando Melo Viana.....	42
Figura 7 -	Fachada do bloco 2 da EE Fernando Melo Viana.....	43
Quadro 2 -	Pauta das reuniões de módulo II de 2016 a 2018	51
Quadro 3 -	Achados da pesquisa	78
Quadro 4 -	Plano de Ação Educacional.....	84
Quadro 5 -	Etapas de realização da Ação 2	89
Quadro 6 -	Modelo de mapeamento de resultados	89
Quadro 7 -	Formulário diagnóstico da turma e componente curricular	89
Quadro 8 -	Etapas de realização da Ação 3	91
Quadro 9 -	Formulário sugestões para sanar dificuldades dos estudantes	91
Quadro 10 -	Instrumento de monitoramento e avaliação do PAE.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de Alunos do 9º ano/Ensino Fundamental por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho em Matemática.....	48
Tabela 2 - Percentual de Alunos do 9º ano/Ensino Fundamental por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa.....	49
Tabela 3 - Percentual de Alunos do 3º ano/Ensino Médio por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho em Matemática.....	49
Tabela 4 - Percentual de Alunos do 3º ano/Ensino Médio por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa.....	49
Tabela 5 - Resultados da Escola, SRE Caxambu e Estado de MG.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ACLTA	Apoio à Comunicação, Linguagens e Tecnologias Assistivas
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ATB	Assistentes Técnicos de Educação Básica
ASB	Auxiliares de Serviços de Educação Básica
BD	Baixo Desempenho
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CBC	Conteúdos Básicos Comuns
CESEC	Centros Estaduais de Educação Continuada
CEMEI	Centro de Educação Infantil
DEIF	Diretoria de Ensino Fundamental
DIRE	Diretoria de Ensino
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
ISE	Índice Socioeconômico Médio da Escola
JEMG	Jogos Escolares de Minas Gerais
MG	Minas Gerais
MEC	Ministério da Educação
PAAE	Programa de Avaliação da Aprendizagem
PAE	Plano de Ação Educacional
PDI	Plano de Gestão de Desempenho Individual
PEP	Programa de Educação Profissionalizante
PEUB	Professoras de Ensino e Uso da Biblioteca
PIP	Programa de Intervenção Pedagógica
PIP/ATC	Programa de Intervenção Pedagógica/ Alfabetização no Tempo Certo
PGDI	Plano de Gestão de Desempenho Individual
PPGP	Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública

PPP	Projeto Político Pedagógico
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica
ProEMI/JF	Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SIF	Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e Fundamental
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TRI	Teoria da Resposta ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	GESTÃO DE RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB: DESCRIÇÃO DO CASO .	16
2.1	CONHECENDO O SIMAVE – SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	16
2.2	POLÍTICAS PARA USO DE DADOS DA SEE/MG	29
2.2.1	Programa de Intervenção Pedagógica (PIP).....	29
2.2.2	Itinerários Avaliativos e Sistema de Monitoramento da Aprendizagem	33
2.2.3	Jovem De Futuro	36
2.3	A SRE CAXAMBU E AS POLÍTICAS PARA USO DE DADOS DO SIMAVE/PROEB	37
2.4	ESCOLA ESTADUAL FERNANDO MELO VIANA E AS POLÍTICAS E PROJETOS PARA O USO DE DADOS DO SIMAVE/PROEB	41
3	APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES....	53
3.1	LEVANTAMENTO DE DISSERTAÇÕES NO BANCO DE DADOS DO PPGP/UFJF	53
3.1.1	Práticas de apropriação envolvendo o PROEB.....	54
3.2	REFERENCIAL TEÓRICO	58
3.3	PROCEDIMENTOS S METODOLÓGICOS	64
3.4	ANÁLISE DE DADOS	67
3.4.1	Avaliação Externa na escola: o olhar dos atores envolvidos.....	67
3.4.2	Respondendo à pergunta do caso de gestão “ se ocorre e como ocorre a apropriação dos resultados do PROEB na Escola Estadual Fernando Melo Viana”	72
3.4.3	O Papel do Professor e Responsabilização.....	74
3.4.4	Considerações sobre a pesquisa	77
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	82
4.1	DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PAE	86
5	CONCLUSÃO	93
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista Semiestruturada	103
	APÊNDICE B - Questionário para os professores.....	104
	APÊNDICE C – Resultados obtidos com a aplicação do questionário para os professores	106

1 INTRODUÇÃO

O Gestor Escolar tem um papel de liderança e planejamento dentro do cenário da instituição. Deve contar com o envolvimento de todos na organização e controlar o processo administrativo, visando alcançar metas e objetivos propostos. Tem uma importância fundamental em todos os aspectos sociais, políticos, relacionais, materiais, financeiros e pedagógicos incluindo o acompanhamento da aprendizagem dos alunos (LÜCK, 2000; LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Nas últimas décadas, ocorreu um processo de grande preocupação com os resultados dos processos de ensino aprendizagem por parte das administrações públicas da educação. Se antes a educação era vista como um direito social, tendo a escola as funções de desenvolvimento humano e social, a partir das reformas da década de 1990, os governos começam a ver a qualidade como um ingrediente necessário à modernização e ao desenvolvimento (BROOKE, 2012).

Em Minas Gerais, as avaliações externas foram instituídas desde 1991, implantadas como Política Pública de melhoria da qualidade de ensino. O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), antes, Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, que passou, em 2015, por mudanças estruturais, de parâmetros e concepção, inclusive no nome, incorporando a palavra “Equidade”, hoje composto pelo Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica (PROEB), faz parte das políticas educacionais de Minas Gerais, desde 2009, tendo como um dos objetivos, apresentar para as escolas o nível de aprendizagem dos alunos, para que professores, liderados pelo gestor e sua equipe pedagógica possam repensar estratégias e traçar metas que contribuam para avanços nos resultados.

Além de todas as funções que devem ser exercidas pelo Gestor Escolar, a gestão pedagógica é a principal, conforme destaca Andreazzi (2019). É através dela que o Gestor vai monitorar a elaboração dos planos de ensino, das metodologias e recursos que serão utilizados pela equipe pedagógica a fim de se obterem melhores resultados na aprendizagem dos estudantes.

Já é sabido, que há por parte dos diversos movimentos relacionados à educação a preocupação recorrente com a qualidade de ensino e aprendizagem dos estudantes, devendo esta, ser a meta principal de todas as redes de ensino, bem como das equipes gestoras e profissionais diversos da área.

Atuo na Escola Estadual Fernando Melo Viana desde 1997 como professora de Física do Ensino Médio. Em 2011 fui indicada à vice direção, atuando nesta função até 2016, ano em que fui indicada ao cargo de Diretora permanecendo até a presente data, 2020. Neste intervalo, em 2013, fui nomeada via concurso público para cargo de Especialista de Educação Básica/Supervisora. A partir de então tive a oportunidade de acesso mais sistemático ao Sistema de Avaliação SIMAVE/PROEB, apesar de não inserir na rotina da escola análise e estudo do sistema em si e dos resultados das avaliações.

Enquanto gestora da escola, desde 2016, percebi por meio da organização das reuniões de módulo II, que a equipe pedagógica e de docentes não se apropriam de maneira sistemática dos resultados das avaliações externas estaduais aplicadas anualmente na rede. Tal fato tornou-se de extrema relevância, para mim, a partir do momento em que iniciei as disciplinas do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP), Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Portanto esta pesquisa justifica-se pela necessidade de apropriação desses resultados, cabendo à equipe gestora a função de coordenar os professores na busca da eficiência e qualidade de ensino no âmbito educacional. Conhecer os resultados das avaliações externas, compreender seus significados, se apropriar deles, propor ações eficazes para a prática pedagógica são possíveis caminhos que nortearão a rotina diária e provavelmente levarão a um melhor desempenho dos docentes e dos estudantes.

O gestor escolar é o representante principal de uma instituição, por isso é necessário que ele tenha a capacidade de desempenhar as funções inerentes ao cargo, conduzindo a equipe docente para a busca de novas estratégias, metodologias, caminhos, a fim de nortear os rumos do fazer diário, do chão das salas de aula.

Hoje as avaliações externas, sejam elas de cunho estadual ou federal, tornaram-se uma questão relevante na prática do gestor e de toda a sua equipe, por serem um forte indicador de metas que podem influenciar no planejamento da escola, nas práticas docentes, desenvolvimento dos estudantes, desempenho e resultados e, principalmente, atualização e formação dos professores.

Segundo Bauer (2013) em todos os debates educacionais temos como elemento alvo, as avaliações externas e apropriação de resultados, suas consequências, responsabilização e sistemas de bonificação.

Ao que se refere à avaliação, para Luckesi (2011) o ato de avaliar a aprendizagem na escola é um meio de tornar os atos de ensinar e aprender produtivos e satisfatórios. Desse modo

a apropriação de resultados é tida como um elemento fundamental na garantia de entendimento do objetivo maior das avaliações: a efetiva aprendizagem.

É imprescindível que cada ator da educação acate seu papel, sua parcela de culpa, seus desafios, suas fragilidades, seus avanços e suas potencialidades. Não podemos transferir uns aos outros as responsabilidades do fracasso escolar. Todos sabemos que há vários culpados pelo êxito ou insucesso dos resultados da instituição. Há fatores internos que podem e devem ser administrados pelo gestor e sua equipe, e os fatores externos, bastante complexos, para além dos muros da escola que fogem da alçada dos gestores, mas que talvez possam ser amenizados com ações de acolhimento e pertencimento, que também são da competência da escola, que pode trabalhar de forma participativa, em rede e com eficiência na busca de melhores resultados.

Cabe portanto, ao gestor, a ação de unir todos os envolvidos a fim de mobilizar a comunidade para analisar o impacto das avaliações externas no cotidiano escolar. Ele tem a incumbência de acompanhar, supervisionar e orientar toda a equipe procurando oportunidades de melhoria nos processos de ensino, na produtividade e desempenho dos colaboradores da instituição, neste caso, professores. Afinal, eles estão no chão das salas, na ponta do processo de aplicação e execução das avaliações externas.

A presente dissertação tem, como um dos objetivos descrever como a Escola Estadual Fernando Melo Viana trabalha com os resultados das avaliações externas do PROEB e como objetivo principal propor à ela um plano de ação que responderá a questão deste estudo de caso: “Como se apropriar e compreender os resultados do PROEB?”.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivos específicos: descrever o SIMAVE e as políticas para uso de dados da SEE/MG; apresentar a Superintendência Regional de Ensino de Caxambu e suas políticas para uso de dados do SIMAVE/PROEB; descrever a Escola Estadual Fernando Melo Viana, campo de pesquisa, as políticas e projetos realizados pela instituição para uso de dados do SIMAVE/PROEB; descrever a pesquisa empírica realizada no estudo de caso; e, por fim, propor um Plano de Ação Educacional com foco em promover a melhoria e qualidade do ensino e aprendizagem a partir de práticas efetivas de análise e apropriação de resultados das avaliações externas por meio de oficinas de capacitação e formação.

Quanto à estrutura, esta dissertação será apresentada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo será apresentada a introdução descrevendo sucintamente o sistema de avaliação em Minas Gerais e no Brasil e um pouco da trajetória profissional da autora.

No segundo, será realizada uma breve descrição informativa das características que compõem o SIMAVE, acrescidas das Políticas para uso de dados da Secretaria de Estado da

Educação de Minas Gerais (SEE/MG); a apresentação da Superintendência Regional de Ensino de Caxambu e suas políticas para uso de dados do SIMAVE/PROEB, finalizando com a exposição das ações pedagógicas e projetos desenvolvidos pela Escola Estadual Fernando Melo Viana, e a maneira, como essa instituição lida com a análise e apropriação de uso de dados do SIMAVE/PROEB.

O terceiro capítulo trará o referencial teórico e as metodologias utilizadas para a produção desta pesquisa. Serão descritas as considerações que cada ator envolvido no processo de execução das avaliações externas expressam suas expectativas, suas opiniões, e como dialogam sobre a importância da apropriação devida dos resultados elencados para cada escola, assim como cada um utiliza os dados como mecanismo de proposta de ações de intervenção em seu fazer diário e em suas práticas docentes. Sob a perspectiva de vários autores, que discutem as avaliações externas, discorrerei nesse capítulo sobre os dados da pesquisa que foi realizada na escola – campo por meio de questionários que foram respondidos pelos Especialistas e Professores, com a finalidade de compreenderem como se dá a apropriação de resultados das avaliações externas do PROEB. Mediante o levantamento de dados foi possível conhecer os fatores que interferem nos resultados e os possíveis motivos das oscilações nas proficiências da escola.

No quarto capítulo, tratarei do Plano de Ação Educacional (PAE), constituído de um possível caminho a ser percorrido pela escola na busca de melhores resultados para as avaliações externas com propostas de ações sistemáticas de apropriação envolvendo atores além dos professores, pois, envolver a todos na elaboração e execução das metas e na responsabilização potencializa a eficácia do processo.

E no quinto e último capítulo, conclusão, retomarei seções da dissertação que demonstram a importância da liderança do gestor, do fazer pedagógico, as percepções de alguns autores teóricos a respeito do tema em discussão: avaliações externas e apropriação de resultados, bem como as possibilidades de execução do PAE que será proposto à escola - campo.

2 GESTÃO DE RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB: DESCRIÇÃO DO CASO

Este capítulo objetiva descrever as políticas para uso de dados dos resultados do SIMAVE/PROEB implementadas pela Secretaria Estadual de Educação, assim como apresentar as ações para seu uso, utilizadas pela Superintendência Regional de Ensino (SRE) Caxambu, à qual a escola pertence, bem como discorrer sobre os projetos e ações desenvolvidas pela Escola Estadual Fernando Melo Viana, campo da pesquisa.

Para tanto, faz-se necessário revelar as circunstâncias do contexto das avaliações externas na rede, partindo do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação - SIMAVE, descrito brevemente em uma das subseções do presente capítulo, composto por quatro seções. A primeira fará abordagens sobre o Simave, a segunda trará como pauta as políticas para uso de dados das avaliações externas implantadas pelo Governo de Minas desde 2009, criadas na tentativa de subsidiar o trabalho das escolas na busca de melhores desempenhos por parte dos estudantes e formação continuada para professores. Na terceira serão apresentadas as descrições da SRE Caxambu, assim como as ações implementadas nas escolas de sua jurisdição. Finalizando, a quarta seção, terá como foco algumas ações da Escola Estadual Fernando Melo Viana, campo de pesquisa.

2.1 CONHECENDO O SIMAVE – SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Nesta seção, traçarei um panorama informativo do SIMAVE e seus desdobramentos desde sua criação em 2000.

As avaliações externas surgiram no Brasil na década de 1990, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb. Segundo Evaristo (2014), até a criação do Simave, o Brasil não tinha uma tradição de avaliação destinada a verificar o desempenho dos estudantes nas diferentes etapas do percurso de aprendizagem e por isso este foi considerado pioneiro nas avaliações em larga escala no país.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais iniciou sua avaliação em larga escala em março de 1992, porém, o Sistema de Avaliação tal qual como conhecemos hoje, surgiu apenas no ano 2000 para fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade.

Inicialmente era composto PROEB, e em seguida vieram o Programa de Avaliação da Aprendizagem (PAAE) e o PROALFA. Segundo a Revista Eletrônica do SIMAVE (MINAS

GERAIS, 2019a), as avaliações em larga escala, como o PROEB e PROALFA, fornecem aos gestores e professores, informações para a priorização de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação pública e promoção da equidade. Para o ano de 2015, os resultados gerais integraram todos os estudantes incluindo o sistema socioeducativo, as escolas indígenas e os estudantes com deficiência.

Nessa perspectiva,

[...] no que se refere à qualidade da educação, à eficácia e à equidade escolar, é importante articular as avaliações internas desenvolvidas pelas escolas com as avaliações externas do PROALFA e do PROEB, com o objetivo de subsidiar a (re)formulação do projeto pedagógico da escola e das políticas públicas educacionais. Os resultados das avaliações externas podem e devem ser utilizados como parte do processo de avaliação do projeto educacional de cada escola e alimentar a avaliação interna. (MINAS GERAIS, 2019a, recurso online).

Como o objetivo maior do SIMAVE é garantir uma escola de qualidade para todos, o programa traz novos contornos para o desenho da avaliação estadual, conforme panorama que segue. Em relação ao PROALFA, desenhado em cinco ciclos¹ até 2017, a contar de 2007, os estudantes foram avaliados com cadernos contendo questões de múltipla escolha, ora lidos pelo professor aplicador, ora não. No que se refere ao PROEB, o programa contou até 2018 com seis ciclos, a contar dos anos 2000, sempre avaliando estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, 9º ano do Ensino Fundamental anos finais e 3ª ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Vale ressaltar que houve uma rápida experiência, que não foi levada adiante, em 2001, no ciclo 2, quando foram avaliadas para as mesmas etapas citadas anteriormente, as disciplinas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Quanto ao PROALFA, de 2007 até 2014, a aplicação dos testes obedeceu a procedimentos específicos de acordo com a etapa de escolaridade avaliada, conforme descritos a seguir: no 2º ano do Ensino Fundamental, o(a) professor(a) aplicador(a) conduzia o teste, orientava aos alunos por meio de cartazes com os itens e realizava a leitura parcial de cada um deles. Para o 3º ano do Ensino Fundamental, o(a) professor(a) aplicador(a) conduzia a aplicação dos 14 (quatorze) primeiros itens do teste. E no 4º ano do Ensino Fundamental, os estudantes faziam o teste de forma autônoma.

¹ Ciclo: espaço de tempo durante o qual ocorre e se completa, com regularidade, um fenômeno ou um fato, ou uma sequência de fenômenos ou fatos. Fonte: Dicionário da Língua Portuguesa.

Em 2006, além da avaliação amostral para o 2º ano do Ensino Fundamental, ampliou-se a avaliação censitária para o 3º ano do Ensino Fundamental. Nessas duas edições a composição do teste e os procedimentos de aplicação foram semelhantes àqueles detalhados para o período de 2007 a 2014. Contudo, para fins de elaboração de uma série histórica de desempenho, o ponto de partida é o ano de 2007, quando ocorre a consolidação do programa.

Ainda de acordo com a Revista, no ano de 2015, tanto o PROALFA quanto o PROEB passaram por mudanças na composição de seus testes, não apenas no que diz respeito à delimitação das etapas de escolaridade a serem avaliadas e a periodicidade da avaliação, como também no que concerne ao número de itens e sua distribuição no teste.

Quando comparados, percebe-se que nos testes para o 3º ano do Ensino Fundamental, houve um aumento do número de itens na avaliação, pois de quatro modelos de cadernos com 28 itens, em 2014, passou-se, em 2015, para 16 modelos de cadernos, totalizando 80 itens. Cada estudante respondeu a um teste menor com oito a menos, pois cada caderno de teste foi composto por 20 itens, distribuídos em dois blocos com dez em cada.

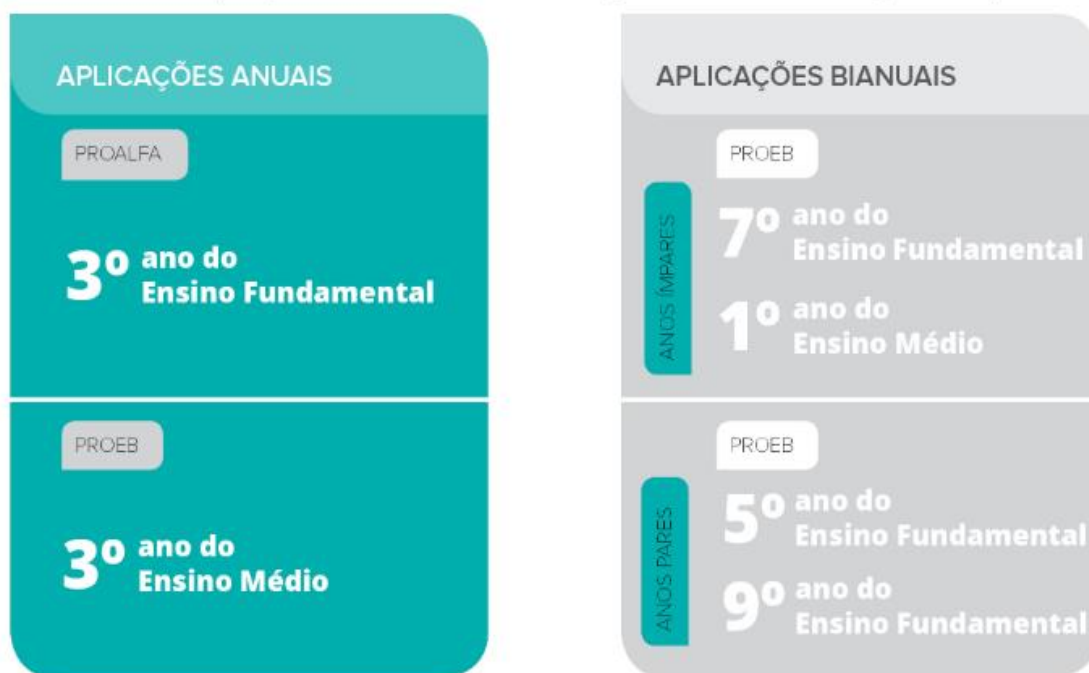
Essa referida ampliação no número total de itens, de acordo com o SIMAVE (MINAS GERIAS, 2019a), permite melhor avaliar as habilidades indicadas na Matriz de Referência para avaliação da alfabetização, obtendo-se, assim, informações mais acuradas a respeito dos níveis de alfabetização em que se encontram os estudantes de Minas Gerais.

Em relação às alterações relacionadas ao design dos testes, essas implicaram também em mudanças no papel do aplicador na condução da aplicação em cada uma das salas de aula das escolas participantes. No ano de 2015, por exemplo, na aplicação dos testes do 3º ano do Ensino Fundamental, os estudantes responderam aos itens de modo autônomo, ou seja, não houve qualquer intervenção do professor aplicador durante a resolução do teste. Sua participação na condução se deu apenas na aplicação de um item exemplo para que os alunos pudessem compreender a dinâmica da atividade que iriam realizar. Ainda no âmbito do PROALFA, a partir 2018, os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental passaram a integrar o Programa.

Em relação ao PROEB, no período de 2006 a 2014, a avaliação acontecia em dois dias: um dia para Língua Portuguesa e outro para Matemática. Assim, as disciplinas eram avaliadas em cadernos separados, o que levava cada estudante a responder, em cada dia, a 39 itens, distribuídos em três blocos de 13 cada. Já em 2015, além da introdução de novas etapas de escolaridade (como os 7º anos de Ensino Fundamental - EF e 1ª ano do Ensino Médio - EM) e alternância na periodicidade (anos pares para 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª ano do Ensino

Médio; e anos ímpares para os 7º anos/EF e 1ª ano/EM), na aplicação também houve mudanças na composição dos testes e etapas avaliadas.

Figura 1 - Nova dimensão da aplicação dos testes do SIMAVE a partir de 2015



Fonte: Minas Gerais (2019a).

Segundo a revista eletrônica do SIMAVE, as mudanças no PROALFA e no PROEB colocaram as avaliações de Minas mais alinhadas com as atuais avaliações de âmbito nacional. Assim o PROALFA avalia a mesma etapa de escolaridade avaliada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e tem, basicamente, o mesmo desenho, diferenciando-se, apenas, por não avaliar a escrita. E quanto ao PROEB, este passou a utilizar o mesmo design da Prova Brasil, ou seja, igual número de cadernos, de disciplinas e itens por caderno.

As aplicações dos testes envolvem a equipe de avaliação das Superintendências Regionais de Ensino do Estado, composta pelos analistas e Diretor do Setor Pedagógico, que capacita os diretores escolares, coordena os trabalhos, apoiando e orientando às escolas; diretor(a) escolar, que coordena todo o processo de avaliação na escola sendo indispensável sua presença durante a aplicação; professor(a) aplicador(a), da própria escola, desde que não leccione nas turmas avaliadas; comissão de acompanhamento que deve ser composta pelos pais dos estudantes, sendo responsável por acompanhar a aplicação.

Segundo a Revista Pedagógica do PROEB (MINAS GERAIS, 2012) para realizar uma avaliação é necessário definir o conteúdo que se deseja avaliar. Em uma avaliação em larga

escala essa definição é dada pela construção de uma Matriz de Referência, recorte do currículo que apresenta as habilidades definidas a serem avaliadas.

A Matriz de Referência tem, entre seus fundamentos, os conceitos de competência e habilidade. A competência corresponde a um grupo de habilidades que operam em conjunto para a obtenção de um resultado, sendo cada habilidade entendida como um “saber fazer”. (MINAS GERAIS, 2012, p.19).

As Matrizes de Referência são formadas por um conjunto de descritores que apresentam as habilidades esperadas para o desenvolvimento de estudantes em etapas importantes da Educação Básica nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. As Matrizes não abarcam todos os Conteúdos Básicos Comuns (CBC)² da rede estadual de Minas Gerais, ou mesmo as diretrizes das redes municipais, portanto não podem ser confundidas com procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas, nem com conteúdo para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula. As Matrizes de Referência do PROALFA e do PROEB têm como base as Matrizes de Referência para as avaliações do SAEB e contemplam o que é básico, essencial e possível de ser aferido (MINAS GERAIS, 2019a).

Para as avaliações do 7º ano do Ensino Fundamental e para o 1º ano do Ensino Médio a elaboração dos itens fundamentou-se nas Matrizes de Referência do SAEB (7º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio) e na Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)³(1º ano do Ensino Médio), bem como nos CBC e nas orientações curriculares da rede estadual de Minas Gerais.

Segundo consta na Revista Eletrônica do SIMAVE (2019), no ano de 2015, a Matriz de Referência para avaliação de Língua Portuguesa do PROALFA foi reformulada, tendo como objetivo adequar o teste à realidade dos estudantes concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental, para os quais se espera que as habilidades iniciais do processo de alfabetização já tenham sido consolidadas. Essa adequação tem, ainda, o objetivo de produzir informações mais ajustadas àsquelas produzidas pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)⁴.

² CBC: O Conteúdo Básico Comum (CBC) constitui-se na proposta curricular desenvolvida no ano de 2005 pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG) voltada para as escolas da rede pública mineira.

³ ENEM: O Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, e foi criada em 1998.

⁴ ANA: A Avaliação Nacional da Alfabetização é um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e mede os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. Em 2019 passou a ser chamada de SAEB.

Atualmente o PROALFA é composto pelas seguintes matrizes de referência: Língua Portuguesa (Leitura e Escrita), para os 2º e 3º anos do Ensino Fundamental; Matemática para os 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. Já o PROEB, conta com as matrizes de Língua Portuguesa e Matemática para os 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, 1ª e 3ª anos do Ensino Médio.

Ainda de acordo com o SIMAVE (MINAS GERAIS, 2019a) nesse processo de avaliação externa, além da aplicação dos testes de desempenho de alfabetização e de Língua Portuguesa e Matemática para os estudantes da primeira e da segunda etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, também são aplicados questionários contextuais, com objetivo de obter dados sobre o nível socioeconômico e a trajetória escolar dos estudantes, o perfil dos professores, a infraestrutura da escola e as características da gestão escolar.

Sobre as Matrizes de Referência, segundo o Simave, elas têm a finalidade de fornecer informações importantes, precisas e qualificadas para que, tanto no âmbito da gestão da rede quanto no trabalho realizado nas escolas e salas de aulas, possam ser escolhidas e planejadas as melhores ações para a efetiva aprendizagem dos estudantes. No entanto, para que essas informações sejam fidedignas, é preciso que os instrumentos utilizados na avaliação externa estejam alinhados com as diretrizes curriculares estabelecidas pelo sistema educacional a ser avaliado. Nesse sentido, é fundamental a definição de um currículo para a rede. Entretanto não basta a existência desse currículo, é necessário que ele oriente o que será ensinado em cada sala de aula.

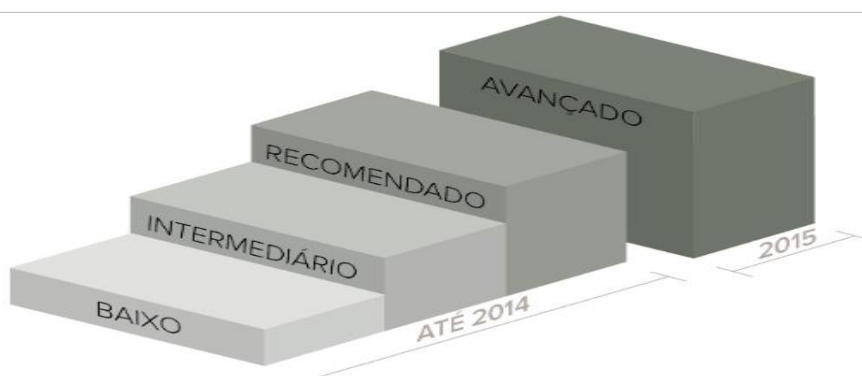
O currículo traz os objetivos do ensino e da aprendizagem, os conteúdos e as habilidades a serem desenvolvidas, as metodologias e os processos de avaliação a serem utilizados. É um documento que se relaciona com o ensino e com a aprendizagem em múltiplas dimensões, levando em consideração todas as atividades de caráter pedagógico que as instituições escolares devem exercer. Com isso, a Matriz Curricular não é o objeto, direto, de uma avaliação em larga escala, é sim o objeto que dá origem aos instrumentos dos sistemas de avaliação. É o documento que fornece a direção para o que pode ser avaliado nos testes cognitivos. É a partir dela que os itens dos testes são produzidos. Tendo como fonte a Matriz Curricular, a Matriz de Referência, contudo, é um conjunto delimitado de habilidades e competências tidas como essenciais para cada etapa de escolaridade avaliada.

Dentro dos procedimentos que compõem o sistema de avaliação, além das matrizes de referência, os desempenhos dos estudantes são medidos por meio de padrões. Desse modo, a Revista Eletrônica do SIMAVE apresentou uma nova definição dos padrões de desempenho

estudantil, com base em análise realizada pela SEE/MG com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

Após realização de análise dos Padrões de Desempenho estabelecidos para os alunos das escolas avaliadas pela avaliação externa do SIMAVE, considerou-se mais adequado rever os três padrões estudantis utilizados até 2014, definindo a partir da edição de 2015, quatro padrões, por considerá-los mais abrangentes na cobertura das habilidades avaliadas e mais precisos na distribuição dos alunos por grupos de desempenho, como demonstrado abaixo.

Figura 2 – Padrões de Desempenho Estudantil do SIMAVE



Fonte: Revista Eletrônica do SIMAVE (MINAS GERAIS, 2019a).

Incluído o novo padrão “avançado”, a seguir estão apresentadas algumas vantagens deste novo modelo de padrões de desempenho.

Quadro 1 - Vantagens do Novo padrão de desempenho

1	2	3	4
<i>Produzir informações mais acuradas para os gestores de rede, contribuindo para o monitoramento da qualidade da educação pública ofertada ao longo do tempo</i>	<i>Permitir uma melhor informação, aos gestores escolares e professores, sobre perfis de desenvolvimento cognitivo dos alunos, de acordo com o padrão de desempenho estudantil em que se encontram</i>	<i>Possibilitar a descrição detalhada das habilidades desenvolvidas pelos alunos, de acordo com o Padrão de Desempenho Estudantil em que se encontram, com significado relevante para o estabelecimento dos objetivos e das ações pedagógicas do professor em sala de aula</i>	<i>Possibilitar a proposição de metas e objetivos educacionais de fácil compreensão pela comunidade escolar e pelo público em geral</i>

Fonte: Revista Eletrônica do SIMAVE (MINAS GERAIS, 2019a).

Segundo a Revista eletrônica do SIMAVE, o nível baixo, compreende um nível de desempenho muito abaixo do mínimo esperado para a etapa de escolaridade e área de conhecimento avaliadas. O nível intermediário é caracterizado por um processo inicial de

desenvolvimento das competências e habilidades correspondentes à etapa de escolaridade e área do conhecimento avaliadas. O nível recomendado se apresenta como um nível de desempenho adequado para a etapa e área do conhecimento avaliadas. Por fim, o nível avançado, é o nível de desempenho desejável para a etapa e área de conhecimento avaliadas.

Importante saber que em todo o processo da avaliação em larga escala em que consiste o SIMAVE, há elementos relevantes que constituem toda a dinâmica do ciclo avaliativo: competências, habilidades e descritores.

Cada avaliação é composta por questões de múltipla escolha denominadas itens, que são construídos segundo orientações pedagógicas e estatísticas.

Segundo o SIMAVE, não existe consenso teórico a respeito do que sejam competências. Na perspectiva do Saeb e da Prova Brasil, buscou-se uma associação entre os conteúdos da aprendizagem e as competências utilizadas no processo de construção do conhecimento, valendo-se do aporte teórico de Phillipe Perrenoud.

Para tanto, no documento “Saeb 2002: Novas Perspectivas” do SAEB/INEP, define-se competência, na perspectiva de Perrenoud (2002, p. 11), como sendo a “[...] capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiando-se em conhecimentos, mas sem se limitar a eles.”.

Assim, as competências cognitivas podem ser entendidas como as diferentes modalidades estruturais da inteligência que compreendem determinadas operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos físicos, conceitos, situações, fenômenos e pessoas.

Em relação às habilidades, elas se referem, especificamente, ao plano objetivo e prático do saber fazer e decorrem, diretamente, do nível estrutural das competências já adquiridas e que se transformam em habilidades.

Já os descritores têm origem na associação entre os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelo aluno que se traduzem em certas habilidades. É a matéria-prima para elaboração dos itens (MINAS GERAIS, 2019a).

De acordo com a Revista Eletrônica do SIMAVE, os testes do PROALFA e do PROEB são compostos por itens de resposta selecionada no formato de múltipla escolha. Propõe-se ao estudante uma pergunta ou situação-problema, cuja resolução encontra-se em uma relação de quatro ou cinco alternativas de resposta. O processo de escolha da opção pelo estudante não pode sofrer interferência de fatores alheios às suas condições pessoais de aprendizagem para a resolução do que foi requerido. Por isso, são estabelecidos alguns procedimentos para que se garanta a independência do teste. Destacam-se entre eles a padronização na aplicação dos

instrumentos; o planejamento do tempo adequado para o aluno responder cada item; a fidedignidade na produção dos resultados.

Os itens são elaborados segundo a Matriz de Referência (já mencionada anteriormente), composta por descritores que indicam as habilidades a serem avaliadas.

Com base na Matriz de Referência do PROALFA e do PROEB, são elaborados muitos itens, um número entre duas a três vezes superior à quantidade necessária para compor os testes. Todos os itens elaborados são pré-testados. O pré-teste é aplicado em uma amostra de estudantes com perfil semelhante aos que irão fazer o teste. Os resultados do pré-teste fornecem os dados necessários para a análise do comportamento de cada item, propiciando a seleção dos itens de boa qualidade técnica e pedagógica, o que serve de base para sua inclusão nos testes. (MINAS GERAIS, 2019a, recurso online).

Ainda segundo a Revista Eletrônica do SIMAVE, o programa fornece dados bastante robustos sobre a educação mineira pois, além de diagnosticar a rede de ensino, no âmbito do estado, traz consigo informações, de desempenho e de contexto, de cada escola, em particular. Assim, apropriar-se dos resultados das avaliações nos desafia a ir além do conhecimento da medida de desempenho da escola, da superintendência e da rede de ensino. É necessário qualificar os dados, compreendê-los e refletir sobre como podemos usá-los, em um aspecto gerencial e pedagógico, em busca da melhoria da qualidade da educação ofertada. Portanto, precisamos compreender como os resultados de proficiência do PROALFA e do PROEB são produzidos e o que eles significam. Para tanto, são disponibilizados sítios eletrônicos para cada modalidade das avaliações do programa⁵.

Durante a leitura dos dados e para melhor compreendê-los devemos considerar os seguintes aspectos: i) informação sobre a participação. ii) desempenho. iii) apresentação das proficiências médias, registradas nos anos anteriores, para rede, regional ou município e escola.

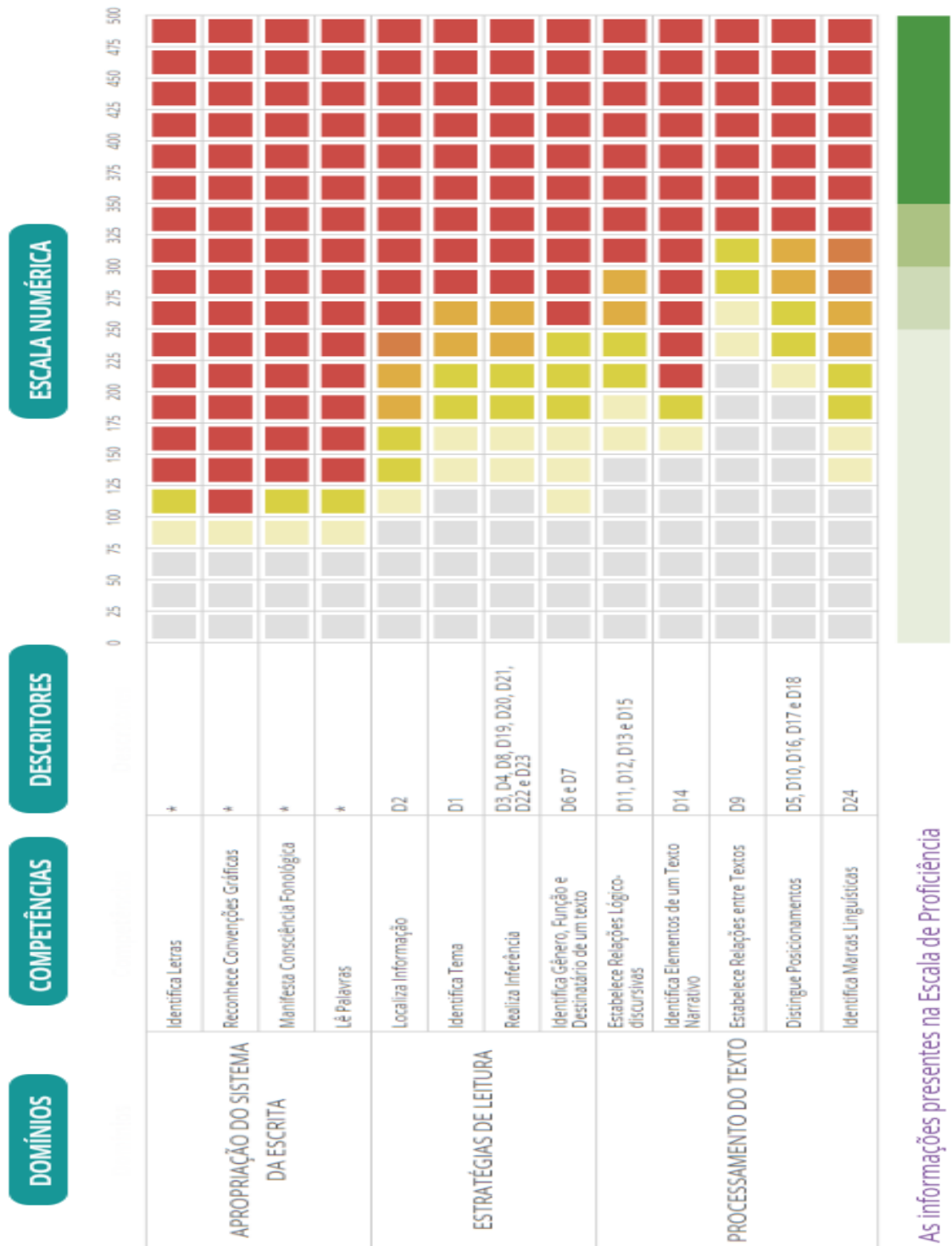
Para prever as possíveis habilidades e competências já desenvolvidas pelos estudantes devemos recorrer à metodologia utilizada pelas avaliações externas em larga escala, denominada Teoria da Resposta ao Item (TRI), que permite colocar em uma mesma escala (régua) os itens e as habilidades. A partir dos testes são definidas as proficiências dos itens e dos estudantes, possibilitando-nos colocá-los em um ponto da régua, geralmente, numerada de 0 a 500 para o PROEB e de 0 a 1000 para o PROALFA.

⁵ Maiores informações sobre os programas poderão serem encontradas nos sítios eletrônicos seguintes: <http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultado-por-escola/>; <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultado-por-escola/>.

Quanto à escala proficiência, ela se apresenta como uma espécie de régua com os resultados de um teste de larga escala. Na régua (escala) os valores obtidos dos testes são ordenados e categorizados em intervalos ou faixas indicando o grau de desenvolvimento das habilidades para os estudantes que alcançaram determinado nível de desempenho, ou seja, baixo, intermediário, recomendável ou avançado. Quando posicionamos itens e estudantes nessa mesma escala, obtemos informações importantes a respeito do desenvolvimento das habilidades avaliadas. Pedagogicamente falando, cada nível da escala corresponde a diferentes características de aprendizagem: quanto maior o nível (posição à direita) na escala, maior probabilidade de desenvolvimento e consolidação da aprendizagem.

Essa escala tem por objetivo traduzir medidas em diagnósticos qualitativos do desempenho escolar, portanto, é considerada um importante instrumento para o trabalho do professor em sala de aula, uma vez que é possível identificar as habilidades não desenvolvidas pelos estudantes em relação às disciplinas avaliadas e, a partir daí, planejar e executar ações mais precisas e eficazes, conforme a necessidade de cada um. (MINAS GERAIS, 2019a).

Figura 3 - Aspecto da escala de proficiência



Fonte: Revista Eletrônica do SIMAVE (MINAS GERAIS, 2019a).

Segundo Rocha (2016), de acordo com o art. 10 da Resolução nº 104 de 14 de julho de 2000, foi constituída uma “Comissão Regional de Avaliação da Educação Pública” que deveria

ser também implantada em cada SRE e ficaria responsável pela avaliação das escolas no âmbito de sua jurisdição e contaria com representantes tanto da instituição regional de ensino superior responsável pelo PROEB, como dos municípios, dos profissionais da educação e de alunos.

Quanto aos resultados, cada escola estadual participante do programa de avaliação recebia um “Boletim Pedagógico”, encaminhado às SREs, que também tinham acesso a outro relatório denominado “Boletim de Resultados”, com informações dos municípios e escolas sob sua jurisdição. As escolas recebiam uma publicação denominada “Revista do Professor”, com o objetivo de orientar a leitura e interpretação dos resultados, a fim de facilitar o entendimento do diagnóstico para a implementação de medidas para a melhoria dos resultados (ROCHA, 2016).

Sobre o PAAE, ele foi concebido em 2003 com o objetivo de oferecer um suporte didático aos professores e gestores das escolas da rede estadual de Minas Gerais. O sistema permite que as escolas, gerem provas a partir de um banco de itens de avaliação que engloba os conteúdos do CBC, que contém cerca de 55.000 itens de acordo com o histórico deste programa⁶.

De acordo com as informações contidas no sítio eletrônico do SIMAVE, o PAAE foi planejado em 2003 para a educação básica. Em 2004 e 2005, foi criado o desenho do programa e iniciou-se a elaboração e construção do banco de itens, inicialmente com 10.000 itens que abrangiam os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Em 2005 foi realizado um teste piloto para averiguação do banco de itens, que contou com a participação de 72 escolas. No período entre 2006 e 2007, a aplicação do teste foi realizada em 226 escolas denominadas “Escolas-Referência”. Em 2008 passou a abranger as 2000 escolas de ensino médio do estado de Minas Gerais e o banco de itens desse programa passou a ser utilizado no processo seletivo do Programa de Educação Profissionalizante (PEP) da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Em 2010 foi institucionalizado e passou também a atender às Bancas Permanentes de Avaliação dos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) de Minas Gerais, os quais foram instituídos pela Resolução SEE/MG nº. 2250, de 28 de dezembro de 2012 e ofertam cursos aos jovens e adultos que não cursaram ou não concluíram as etapas da educação básica correspondentes aos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio (ROCHA, 2016).

⁶Disponível em:

http://paae.institutoavaliar.org.br/sistema_ava_v3/default.aspx?id_objeto=323381&id_pai=143294&area=atributo. Acesso em: 02 out. 2019.

As questões geradas pelo PAAE são classificadas em três níveis de dificuldade (fácil, médio e difícil), vinculadas às competências e habilidades que devem ser ensinadas pelas escolas e apreendidas pelos alunos conforme estabelecido pelo CBC. A aplicação dessas questões possibilita aos gestores e professores a realização de avaliações diagnósticas no decorrer do ano letivo, a identificação das “lacunas” educacionais latentes dos alunos da rede, e a realização de intervenções pedagógicas mais precisas que contemplem o desenvolvimento das habilidades e competências mínimas que os estudantes devem desenvolver (ROCHA, 2016).

De acordo com o Manual do PAAE (MINAS GERAIS, 2009), a avaliação diagnóstica visa identificar quais são os conhecimentos dos alunos no início do período letivo entre fevereiro e março, permitindo aferir quais são os tópicos e habilidades do CBC que já foram assimilados pelos alunos e quais ainda precisam ser melhor trabalhados e reforçados para dar prosseguimento à etapa em que se encontram matriculados.

O PAAE foi pioneiro em Minas Gerais. É um sistema informatizado de geração de provas e emissão de relatórios de desempenho dos alunos por turma. Ele fornece diagnósticos que subsidiam o planejamento de ensino e as intervenções pedagógicas dos professores. Tem como base os conteúdos do CBC, que orientam e definem os tópicos e habilidades que devem ser desenvolvidas nos alunos. É uma avaliação aplicada na escola e direcionada aos alunos do ensino fundamental, anos finais e ensino médio.

Uma de suas finalidades é oferecer subsídios para fundamentar pedagogicamente planos de intervenção que promovam a melhoria da prática docente e da aprendizagem. É composto por dois processos avaliativos, a saber: i) avaliação anual da aprendizagem, realizada em três momentos do ano: diagnóstica, intermediária e avaliativa, com datas e critérios definidos pela Secretaria Estadual de Educação e repassados às escolas via regional de ensino; ii) avaliação contínua da aprendizagem com critérios definidos pelo professor a fim de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes nas salas de aula. Essas avaliações produzem informações que servirão para orientar e nortear o planejamento das atividades didático-pedagógicas, de acordo com as especificidades/peculiaridades da turma e das aulas.

Atualmente o PAAE, já não pertencente ao SIMAVE, transformou-se em um banco de itens que, nada mais é, que um sistema online de geração de provas que são suporte para as avaliações dos professores em salas de aula. Cada professor tem seu cadastro registrado no sistema de banco de itens, referendado pelo diretor da escola, e acessa em qualquer tempo o material avaliativo que pode ser utilizado com os alunos, a fim de realizar diagnósticos sistematicamente.

O ponto forte desse sistema é a agilidade na elaboração das provas e obtenção de relatórios de desempenho dos estudantes. Em posse deles, os professores podem mapear os rumos do seu trabalho nas salas de aula, analisando o desempenho de cada estudante, os avanços e fragilidades da turma em questão. Junto ao Especialista de Educação/Coordenador Pedagógico, poderá definir estratégias de intervenção para sanar as dificuldades apresentadas em certas habilidades e competências, ou ainda não desenvolvidas no processo ensino e aprendizagem.

Por meio dos resultados do SIMAVE, o estado pode elaborar políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação mineira. O uso adequado do resultado das avaliações em larga escala pode promover eficiência no planejamento de ações para diagnosticar as defasagens de aprendizagem dos alunos, e assim fornecer aos gestores e professores informações fundamentais para o direcionamento de políticas locais e práticas contribuindo para a melhoria da qualidade da educação pública e a promoção da equidade (MINAS GERAIS, 2019a).

2.2 POLÍTICAS PARA USO DE DADOS DA SEE/MG

Nesta seção serão elencadas as políticas e projetos desenvolvidos para apropriação de resultados das avaliações externas na rede pública estadual mineira. Para tal, será traçado um panorama histórico das seguintes políticas do estado de Minas Gerais: PIP, Itinerários Avaliativos e Sistema de Monitoramento da Aprendizagem e Programa Jovem de Futuro, implantado em 2019, tendo como público alvo, o Ensino Médio.

2.2.1 Programa de Intervenção Pedagógica (PIP)

Por meio dos programas de avaliação externa, PROALFA e PROEB, implementados em Minas Gerais, a Secretaria de Educação Estadual, detectou a necessidade de implantar o PIP em todas as escolas da rede estadual, devido aos alunos com baixo desempenho na aprendizagem, a fim de levar suporte metodológico e didático aos professores “[...] com vista a melhorar a prática na sala de aula.” (SIMÕES, 2012, p. 45).

O PIP foi considerado pelo Governo do estado de Minas Gerais e pela Secretaria de estado da Educação um programa que transformou, de maneira positiva, as metodologias, as práticas e o desenvolvimento de professores e gestores, refletindo essa transformação no desenvolvimento e desempenho dos alunos em sala de aula e nos resultados das avaliações sistêmicas (MINAS GERAIS, 2014).

O PIP foi um programa instituído pela SEE/MG em julho de 2007 devido aos baixos resultados demonstrados pelos alunos mineiros no PROALFA.

Segundo Rocha (2016), diante dos resultados do PROALFA, que mostravam um percentual razoável de alunos no nível denominado como “Baixo Desempenho” (BD), a SEE/MG agrupou em 2007 uma equipe composta de oito “Analistas Educacionais” da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e Fundamental (SIF) e da Diretoria de Ensino Fundamental (DEIF) com o intuito de criar mecanismos de apoio à intervenção pedagógica nas SREs na região norte do estado de Minas Gerais, onde o desempenho no PROALFA foi mais baixo, servindo, por sua vez, como projeto piloto da implementação do PIP em toda a rede estadual de Minas Gerais a partir de 2008. O trabalho dessa equipe fundamentava-se em oferecer apoio pedagógico às escolas cujos alunos estavam situados no nível denominado como “BD”, nas avaliações do PROALFA. O apoio pedagógico foi realizado por meio de visitas às escolas nas quais a equipe de especialistas da SEE/MG congregava os diretores das escolas e os professores para discutirem e entenderem de forma conjunta, os resultados alcançados pelos alunos na avaliação realizada no 3º ano do ensino fundamental.

Ainda segundo Rocha (2016) a partir deste entendimento e da discussão das peculiaridades das regiões e dificuldades enfrentadas por cada uma delas, foi possível apontar caminhos pedagógicos consensuados entre a SEE/MG, SRE e escolas da rede estadual e estabelecer metas acordadas com cada escola a partir de alterações dos projetos pedagógicos tendo como foco a melhoria da aprendizagem do aluno. Esse trabalho foi realizado por meio de visitas às escolas por especialistas, que assistiram às aulas dos professores e puderam contribuir para o aprimoramento delas apontando outras práticas de ensino, contribuindo para realizar o alinhamento entre os conteúdos ensinados em sala de aula.

Assim, a partir de 2008, o Programa de Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo foi expandido para outras escolas da rede estadual de Minas Gerais, com o objetivo de fazer com que as crianças mineiras estivessem lendo e escrevendo até os oito anos de idade até o ano de 2010 e, com isso, melhorar o letramento, diminuir a repetência e a evasão de 2.450 escolas do sistema distribuídas por 853 municípios (MINAS GERAIS, 2011).

A primeira fase do PIP abrangia apenas as escolas estaduais, sendo que as redes municipais só foram contempladas com o programa a partir do ano de 2013, conforme aponta o levantamento próprio realizado junto à SEE/MG para verificar a assinatura dos convênios com os prefeitos dos municípios.

O PIP foi estruturado em cinco etapas a saber:

- 1) a primeira etapa consistiu na criação do que a SEE/MG denominou de “[...]visão comum” e de metas a serem alcançadas pela rede estadual de educação até o ano de 2010, com o lema “Toda criança lendo e escrevendo até os 8 anos de idade.” (MINAS GERAIS, 2011, p.03);
- 2) a segunda etapa consistiu no estabelecimento de metas numéricas que pudessem ser dimensionadas e monitoradas ao longo do tempo por meio de uma medida-síntese, que conseguisse identificar os efeitos do programa na alfabetização dos alunos;
- 3) na terceira foi necessário criar e recriar as estruturas que permitissem uma maior aproximação da SEE/MG com as SREs e com as escolas que pertenciam ao sistema até então, as quais estavam distribuídas em 853 municípios. Para isso 46 analistas educacionais foram designados em 2008 a fim de apoiar este projeto junto à equipe central da SEE (MINAS GERAIS, 2011). De acordo com o relatório síntese, esses analistas foram agrupados em quatro pólos, os quais passaram a ter um coordenador. Isto possibilitou que a equipe central realizasse visitas-técnicas às SREs e às escolas mais críticas durante duas semanas por mês;
- 4) de acordo com o relatório síntese da SEE/MG (MINAS GERAIS, 2011, p. 7), após o estabelecimento da visão, das metas, da criação e implementação dos instrumentos de apoio e monitoramento, o próximo passo consistiu em transformar essas mudanças organizacionais em mudanças culturais, com o objetivo de serem efetivamente incorporadas pelos profissionais da educação a fim de “promover a mudança necessária no principal locus da relação de ensino-aprendizagem, isto é, na sala de aula”. (ROCHA, 2016, p.50);
- 5) a quinta e última etapa de implementação está relacionada à definição das metas e da sistematização de mecanismos de priorização de apoio partindo das equipes central e regional às escolas e regionais com dificuldades em avançar (MINAS GERAIS, 2011). A priorização foi realizada tomando-se como referência as médias de proficiência alcançadas pelos alunos no PROALFA em 2008 e 2009. Com base na análise dos resultados dessas avaliações foi possível verificar escolas e regionais que possuíam o maior número de alunos que estavam situados em um nível de proficiência abaixo daquele considerado recomendável, as quais foram priorizadas em termos de atendimento pelas equipes Central e Regional (MINAS GERAIS, 2011).

Simões (2012) aponta que os municípios eram convidados a participar das capacitações oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação Mineira nas Superintendências Regionais de Ensino. Mas, a participação não era compulsória e, também, não havia monitoramento e ações de intervenção pedagógica pelas Superintendências e, tampouco, pela Secretaria Estadual de Educação.

Segundo o sítio eletrônico da Secretaria da Educação de Minas Gerais (2011), a expansão do PIP para os anos finais do ensino fundamental foi discutida por 130 pessoas entre diretores educacionais das Superintendências de Ensino, coordenadores do PIP e representantes do Órgão Central da SEE/MG.

Ainda segundo esse sítio eletrônico, na ocasião foram apresentados os 47 coordenadores do Programa de Intervenção Pedagógica que iriam montar a equipe de acompanhamento das escolas estaduais. As equipes seriam compostas por professores das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Língua Estrangeira e Arte. As equipes deveriam auxiliar os professores na elaboração de estratégias para elevar o desempenho dos estudantes que apresentavam dificuldades de aprendizagem.

Segundo Noé (2014) no ano de 2013, os Analistas continuaram a prestar serviços na SRE não mais como servidores designados pelo Órgão Central da SEE/MG, mas como funcionários contratados em regime celetista, por meio de um novo convênio da Secretaria com a Fundação Renato Azeredo. A Equipe Regional do PIP/CBC realizou seus trabalhos à frente do monitoramento do Programa até o mês de fevereiro de 2014, quando, então, a SEE/MG encerrou o contrato com a precitada Fundação.

A partir de então, com a dispensa dos Analistas contratados, coube aos Analistas de carreira, lotados na SRE, realizarem a gerência, o acompanhamento e monitoramento do PIP/CBC, além do PIP/Alfabetização no Tempo Certo (ATC), que já faziam anteriormente. Este monitoramento se deu até 2017 quando foram implantados, pela Secretaria Estadual de Educação, os Itinerários Avaliativos, política de uso e análise de dados dos resultados das avaliações externas, que serão descritos na seção seguinte.

Por fim o PIP aparentemente se mostrou como uma possibilidade de intervenção pedagógica, visto que, esteve presente na escola, através dos analistas/equipe pedagógica da SRE, promovendo reflexões entre professores e equipe gestora, mudanças nas estratégias, metodologias e práticas de ensino.

2.2.2 Itinerários Avaliativos e Sistema de Monitoramento da Aprendizagem

Dando sequência aos programas de intervenção pedagógica com vistas a melhoria dos resultados dos estudantes e consequentemente à melhoria da educação, em 2017, surgem os Itinerários Avaliativos de Minas Gerais, uma iniciativa da Secretaria de Educação em parceria com o CAEd/UFJF, propondo traçar um percurso formativo com orientações para a construção colaborativa do diagnóstico da escola. O foco das orientações é a consolidação de uma gestão escolar mais participativa e democrática.

Lançado como uma tecnologia de gestão e monitoramento, os Itinerários Avaliativos valorizam a tomada de decisões coletiva com base em evidências provenientes tanto das avaliações externas quanto das avaliações internas. Tem como principal objetivo promover a formação em serviço dos participantes ao mesmo tempo provocar mudanças substantivas no cotidiano escolar, em prol da qualidade e da equidade da educação ofertada.

Uma das principais ferramentas dos Itinerários é o Sistema de Monitoramento da Aprendizagem⁷. Esse sistema reúne informações e indicadores educacionais de toda a rede estadual de ensino, possibilitando o acesso a dados básicos sobre o perfil da unidade escolar e o aprimoramento da gestão sobre os processos pedagógicos desenvolvidos pela escola.

Sua principal função é apresentar, de forma consolidada, dados provenientes de sistemas de gestão e avaliação – como o Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) e o SIMAVE – reunindo informações administrativas e medidas educacionais, permitindo análise comparativa de um amplo conjunto de indicadores, por períodos prolongados (MINAS GERAIS, 2016).

O Sistema de Monitoramento apresenta vários recursos como páginas e indicadores diversos. Dentre as páginas que estruturam o Sistema, temos as páginas: da escola, que permite a visualização das principais informações sobre a escola; perfil da escola, com o quantitativo de estudantes, docentes e turmas por modalidade de ensino, etapa e turno ao longo do tempo; dos programas e projetos, que publica informações sobre os principais programas e projetos da rede; das condições de oferta, que fornece dados sobre a infraestrutura física e o corpo docente; dos indicadores educacionais, que trazem os principais indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice Socioeconômico Médio da Escola

⁷ O Sistema de Monitoramento pode ser acessado através do link:
<http://monitoramentodaaprendizagem.educacao.mg.gov.br/#/login?tipo=publico>.

(ISE); do desempenho escolar, que apresenta os dados referentes às avaliações externas dos programas PROEB e PROALFA.

Em 2019, foi retomado em toda a rede estadual o programa dos Itinerários Avaliativos, com a proposta de que cada escola tivesse uma ferramenta para a (re)elaboração do seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Todas as escolas da rede sensibilizaram suas comunidades para a construção de seu marco referencial, ou seja, um norte para a caminhada. Em seguida deveriam realizar um diagnóstico com objetivo de conhecer a realidade da escola por meio de evidências, conhecendo os sujeitos de aprendizagem, seus sonhos, suas fragilidades e o contexto social em que estão inseridos.

Após essa etapa, a escola deveria se debruçar numa análise crítica e minuciosa do rendimento dos estudantes, levantando hipóteses para justificar a trajetória identificada. Ao final desse processo cada escola vai elaborar seu plano de ação que deverá ser colocado em prática e terá um sistema de monitoramento realizado pela Secretaria Estadual de Educação a fim de subsidiar o trabalho efetivo que cada instituição executará a partir da correção de rumos implantados por meio dos itinerários, efetivamente homologados, na Proposta Política Pedagógica da escola.

Quando a proposta dos Itinerários chegou à escola todos ficaram descrentes e disseram ser apenas mais um programa imposto pela Secretaria Estadual de Educação.

No decorrer das ações e etapas já descritas acima os professores foram se envolvendo e se sentindo motivados, pois tiveram a oportunidade de contribuir com suas reflexões e propor ações práticas e possíveis de serem realizadas na realidade em que atuam.

A equipe gestora dividiu os professores em pequenos grupos e propôs as tarefas que cada eixo ou etapa do itinerário exigia. As equipes se encontravam, discutiam e devolviam o material à especialista que fazia os compilados e inseria o material na plataforma dos itinerários.

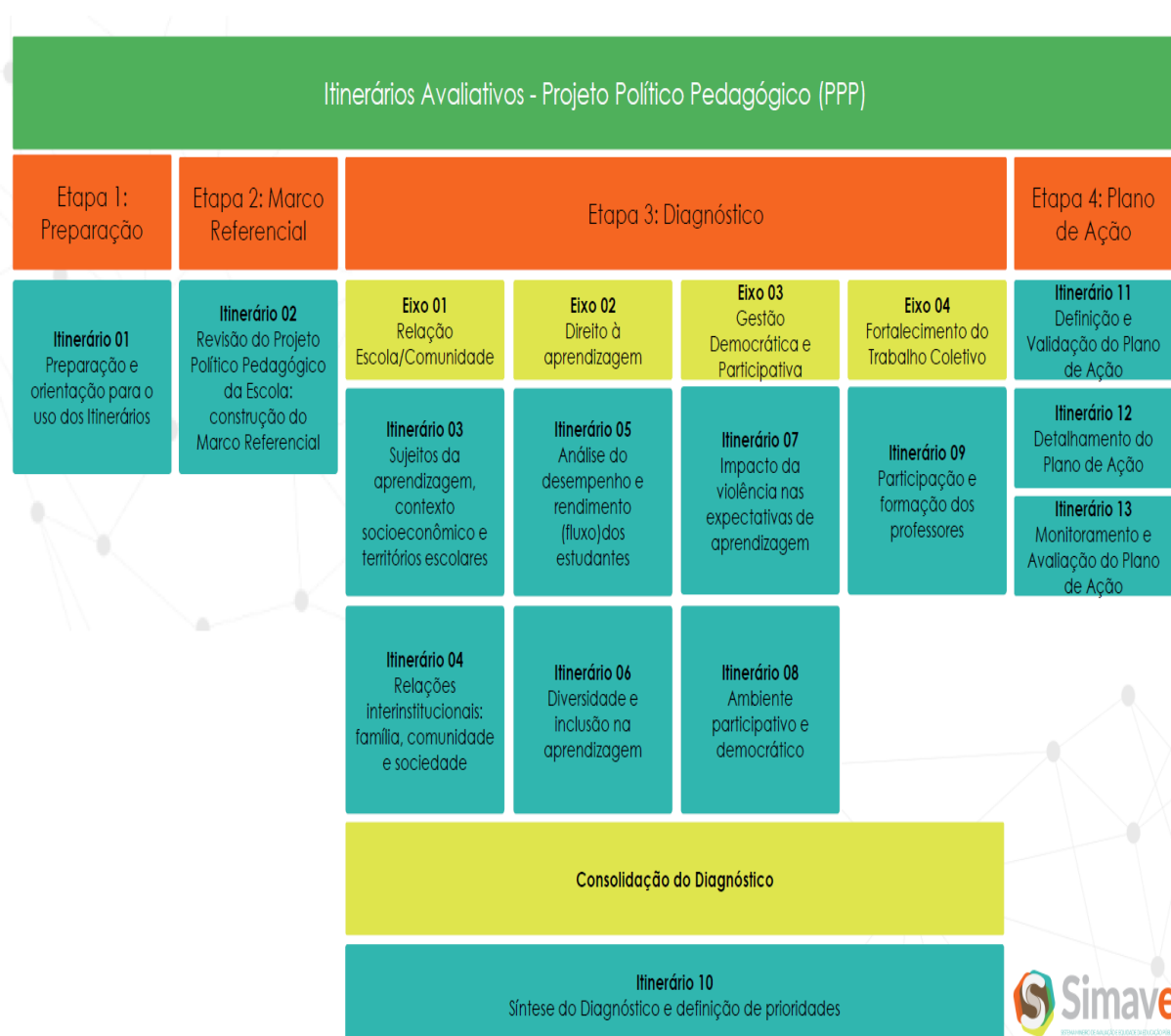
À medida que as discussões foram crescendo e envolvendo outros atores da comunidade escolar como outros servidores, pais e alunos, toda a equipe de professores se sentiu valorizada e na expectativa de concluir o plano de ação com propostas de sensibilização, motivação e importância da escola na vida do estudante, principalmente, no que tange ao desempenho escolar.

As equipes agora envolvendo pais, alunos, servidores e professores apontaram, cada um sob seu ponto de vista, quais eram as fragilidades e potencialidades da escola naquele momento. Em seguida, em um grande encontro envolvendo todos, foi realizada uma plenária para definir, coletivamente, quais seriam as fragilidades que deveriam ser atacadas a fim de provocar

mudanças e melhorias. Os pontos prioritários iriam compor o plano de ação que integraria a Proposta Pedagógica da Escola.

Ao final de todo o processo a maioria da equipe se envolveu e participou. Sendo assim os itinerários avaliativos deram voz aos sujeitos que atuam na escola, pais, estudantes, funcionários, professores e equipe gestora. Todos em questão tiveram a oportunidade de realizar um diagnóstico da realidade escolar e propor ações específicas, que, quando colocadas em prática, através do PPP, trarão benefícios e melhoria dos pontos críticos elencados e potencialização dos pontos fortes da instituição.

Figura 4 - Itinerários Avaliativos 2019



Fonte: Minas Gerais (2019j).

Para a realização dos Itinerários avaliativos foram propostas quatro etapas a saber: Etapa 1 chamada de Preparação, cuja finalidade foi repassar às escolas as orientações e o passo a

passo de todo o processo. Etapa 2, chamada Marco Referencial o objetivo era que toda a escola fizesse a revisão do PPP e desenhasse um marco referencial. Etapa 3, chamada de Diagnóstico. Nesta etapa, dividida em quatro eixos a escola deveria discutir e refletir sobre temas Escola e Comunidade, Direito à Aprendizagem, Gestão Democrática e Participativa e Fortalecimento do Trabalho Coletivo. Por fim a Etapa 4 propunha a elaboração e execução de um Plano de Ação que viria a compor o Projeto Político Pedagógico da escola.

2.2.3 Jovem De Futuro

O programa Jovem de Futuro, uma iniciativa do Instituto Unibanco, foi criado em 2007, baseado na premissa de que uma gestão de qualidade, eficiente, participativa e orientada para resultados, com equidade, pode proporcionar impacto significativo no aprendizado dos estudantes.

O Programa Jovem de Futuro nas escolas da rede estadual faz parte de uma parceria entre Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e Instituto Unibanco, lançado em agosto de 2019 pelo atual Governo de Romeu Zema. É um programa que oferece vários instrumentos que darão suporte à gestão das escolas como assessoria técnica e análise de dados.

O principal objetivo do programa é incentivar as trocas de experiências contribuindo para o fortalecimento dos conhecimentos e garantia de melhores resultados educacionais.

O Jovem de Futuro teve sua primeira proposta implantada em São Paulo nos anos de 2006 e 2007. De 2008 a 2015 alcançou outros estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí e Espírito Santo. Período em que teve reconhecimento do MEC como tecnologia educacional e foi articulado ao Programa do Ensino Médio Inovador, formando o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF). Em 2018 o programa já alcançava 2.226 escolas, 835.016 estudantes e 5 mil profissionais da educação formados.

Outros objetivos do programa são o combate à evasão escolar, redução das desigualdades regionais no ambiente escolar e a elevação dos indicadores de aprendizagem (MINAS GERAIS, 2020).

Segundo o sítio eletrônico da educação, para melhorar a aprendizagem e garantir a permanência dos estudantes no ensino médio, a Secretaria de Estado de Educação contará com a colaboração técnica do Instituto Unibanco, por meio do Programa Jovem de Futuro, que há mais de uma década de atuação, tem resultados expressivos. A iniciativa apoiada por essa metodologia inovadora oferece assessoria técnica, formação, análises educacionais,

instrumentos e tecnologias de apoio às metodologias pedagógicas, além de promover trocas de experiências entre os profissionais da Educação.

Num primeiro momento de 2019, a metodologia foi implantada em 1.296 escolas do ensino médio regular, que atendem a mais de 500 mil estudantes e estima-se que até 2022, o programa estará em toda a rede estadual que oferta o ensino médio, formada por 2.333 escolas. Para a implantação do programa foram formados 440 inspetores escolares, 1.296 diretores e 1.296 supervisores da rede pública estadual, com a promessa de que as equipes gestoras e técnicas das SREs e da SEE/MG também receberão formação.

A Educação é um direito de todos. Nosso apoio ao Governo de Minas Gerais visa a garantir esse direito com qualidade, com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes e redução das desigualdades educacionais nas escolas públicas de ensino médio do estado. Nossa parceria atua por meio do aprimoramento contínuo da gestão da Educação desde a secretaria até o diretor da escola. (MINAS GERAIS, 2020, recurso online).

O acompanhamento e o apoio a cada uma das unidades escolares vão criar condições para que haja evolução do IDEB no ensino médio. A partir das ações a serem adotadas é possível estabelecer metas para cada escola, considerando a sua realidade e todas as suas dificuldades; estimando também uma para o ensino médio da rede estadual como um todo. O objetivo é sair de um IDEB de 3,59 (índice de 2017) para 4,28 em 2021, no ensino médio da rede estadual. Já neste ano de 2019 a meta é alcançar 3,88 pontos no indicador (MINAS GERAIS, 2020).

O Programa Jovem de Futuro, assim como os Itinerários Avaliativos, também deu voz aos sujeitos que atuam na escola. É uma ferramenta de análise e uso de dados que buscam identificar as fragilidades da rotina escolar de aprendizagem e que, possivelmente, poderá trazer à instituição, através do plano de ação e sistema de monitoramento, melhoria em seus resultados que consequentemente refletirão nos índices de desempenho dos estudantes em quaisquer avaliações aplicadas.

2.3 A SRE CAXAMBU E AS POLÍTICAS PARA USO DE DADOS DO SIMAVE/PROEB

Nesta seção será apresentada a descrição da SRE Caxambu e as ações desempenhadas pelo setor pedagógico em relação aos dados das avaliações externas realizadas nas escolas da sua jurisdição.

De acordo com o sítio eletrônico da SEE/MG, as SREs têm por finalidade exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação e de articulação e integração Estado e Município em consonância com as diretrizes e políticas educacionais, competindo-lhes: I - promover a coordenação e implantação da política educacional do Estado no âmbito de sua jurisdição; II - orientar às comunidades escolares e prefeituras municipais na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais; III - promover o desenvolvimento de recursos humanos em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do Estado; IV - coordenar os processos de organização do atendimento escolar e de apoio ao aluno; V - propor a celebração e acompanhar a execução de convênios e contratos e termos de compromisso; VI - aplicar as normas de administração de pessoal, garantindo o seu cumprimento na respectiva jurisdição; VII - planejar e coordenar as ações administrativas e financeiras necessárias ao desempenho das suas atividades; VIII - coordenar o funcionamento da Inspeção Escolar no âmbito da sua jurisdição; IX - coordenar e promover a produção de dados e informações educacionais na sua jurisdição; X - exercer outras atividades correlatas.

Historicamente a Superintendência Regional de Ensino de Caxambu foi criada em 16 de dezembro de 1990 (Lei nº 10.424) e implantada em 02 de março de 1991 pela Resolução nº 6828/1991. Inicialmente, a SRE de Caxambu funcionou em prédios alugados no município. Em 1999, passou a ocupar sede própria, em um prédio que representa um patrimônio histórico-cultural de relevância para o município e região.

Segundo Motta (2014), a divisão pedagógica da SRE Caxambu é a responsável pelo acompanhamento sistemático das ações e programas implantados nas escolas e é essa equipe, o elo entre escola e SRE pelo fato de realizarem visitas técnicas constantes às unidades escolares e serem responsáveis pela implantação dos programas lançados pelo Governo Estadual de Educação.

A Superintendência Regional de Ensino de Caxambu realiza reuniões com a equipe pedagógica tão logo são divulgados os resultados das avaliações do SIMAVE para socializá-los à equipe e traçar estratégias para disseminar os resultados das unidades escolares e definir planos de ação. (MOTTA, 2014, p.42).

Para a elaboração do plano de ação são utilizados materiais diversos como boletins, informações da revista do SIMAVE e outros meios que apresentam os resultados das avaliações externas das escolas que compõem a SRE Caxambu. De acordo com a Lei nº 15.392, de 05 de agosto de 2004, que trata do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Minas

Gerais e, em seu anexo II, especifica-se que, são atribuições dos analistas quanto aos aspectos pedagógicos: elaborar planos, programas e projetos pedagógicos; coordenar, acompanhar e avaliar a implementação das propostas educacionais; proporcionar assistência para que se elaborem instrumentos de avaliação do processo educacional; criar avaliações, programas e material instrucional para o ensino fundamental e médio e realizar estudos para subsídio à implementação de políticas, diretrizes e normas educacionais (MOTTA, 2014).

A Diretoria Educacional (DIRE), que abarca as Divisões de Atendimento Escolar (DIVAE), a Divisão de Tecnologias e Avaliação Educacional (DITAE) e a Divisão de Equipe Pedagógica (DIVEP), é a responsável pelo acompanhamento, regulação, monitoria e suportes técnicos quanto à organização e funcionamento das unidades escolares, programas pedagógicos e de capacitação nas escolas da jurisdição da SRE de Caxambu. (MOTTA, 2014, p. 42).

As políticas públicas da Secretaria da Educação de Minas Gerais chegam à escola pela Superintendência de Ensino, especificamente, por intermédio do setor pedagógico Diretoria Educacional, via analistas educacionais, que visitam a escola quinzenalmente e monitoram a implantação e a execução delas juntamente ao serviço das Especialistas de Educação que atuam diretamente com os professores. Chegam também por meio do serviço de inspeção escolar que tem como função principal fiscalizar e monitorar as ações propostas pela Secretaria de Educação.

Quanto aos resultados das avaliações externas, em foco o PROEB, esses chegam à escola, atualmente, por meio do serviço do setor pedagógico da Superintendência, que assim que o recebem da SEE/MG enviam as orientações via e-mail para a escola. Cabendo a esta, por intermédio da Direção e equipe pedagógica, divulgá-los aos professores e definir critérios e momentos de análise e apropriação, na tentativa de propor ações de intervenção aos estudantes.

Segundo Motta (2014), o planejamento das ações pela SRE Caxambu é feito em conjunto, sempre tendo os resultados das avaliações como instrumentos norteadores na construção dos programas de atuação para que, se necessário, sejam priorizadas as escolas que apresentem um desempenho abaixo do esperado. Todos os membros da equipe ajudam a definir o cronograma de visitas, capacitação, materiais pedagógicos e outros instrumentos. As visitas técnicas às escolas são acompanhadas pelos gestores da SRE, para que a atuação das duplas de analistas sejam avaliadas e possam, se necessário, ter um apoio mais amplo da equipe da SRE e das próprias escolas. Todas as atividades devem ser registradas em relatórios de visita e

arquivadas para que subsidiem consultas quanto ao trabalho realizado e garantam uma forma de acompanhamento sistemático das atividades realizadas e seus resultados.

Ainda segundo Motta (2014) a equipe da Divisão Pedagógica também prevê que se estimule a prática de ações conjuntas entre a equipe de inspeção, oportunizando a troca de experiências entre os membros das equipes. Espera-se, com essa proposta, a criação de um espaço de estudo, a realização de capacitações e cursos de formação continuada com profissionais da SRE e de outras áreas, o estímulo à integração com outros setores da SRE para o estreitamento dos laços profissionais para validação do trabalho de todos.

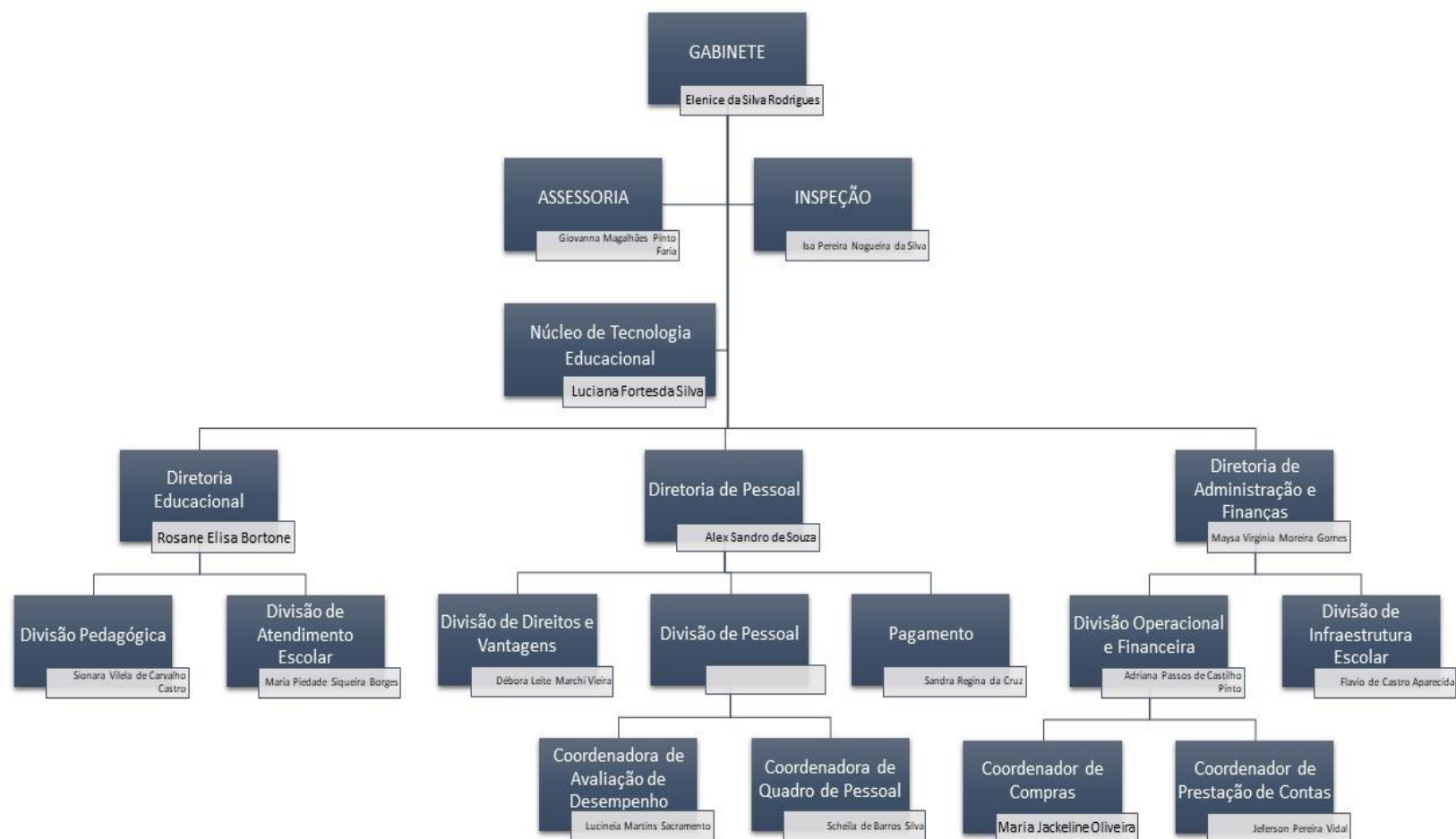
Por fim, Motta (2014) relata que a equipe da Diretoria Educacional (DIRE) deverá conhecer as escolas da SRE e suas dificuldades, principalmente, em relação ao desempenho dos alunos, identificado pelos resultados das avaliações do SIMAVE. Todas as ações de intervenção são baseadas nos resultados educacionais e nos dados apresentados pelas escolas, tendo em vista a importância de se alcançarem as metas pactuadas com órgãos centrais e os índices esperados pelo Governo Federal com relação ao IDEB.

As informações são arquivadas em pastas no setor, onde constam os dados e metas de cada escola, facilitando o acesso da equipe e favorecendo uma melhor compreensão dos resultados alcançados. A equipe ainda deverá promover encontros com diretores, quando serão discutidos assuntos referentes à gestão democrática e incentivo de intercâmbio entre as escolas para que observem e/ou compartilhem práticas exitosas de administração escolar.

A partir de experiência profissional na SRE de Caxambu, pude perceber que, apesar de o Plano de Ação ser elaborado prevendo o acompanhamento sistemático das ações da escola, as informações sobre o acompanhamento dos resultados das avaliações externas e, principalmente, como a equipe se articula para motivar os gestores e membros das equipes escolares quanto à importância de se atingirem as metas do SIMAVE para elevar a qualidade do ensino oferecido e, ainda, garantir o pagamento de benefícios extras aos servidores ainda são incipientes. (MOTTA, 2014, p. 41).

No entanto, Motta (2014) descreve a percepção de que não há um aprofundamento no estudo dos problemas identificados e que falta uma sequência mais elaborada de ações que visem ao atendimento das demandas apresentadas. Para cada visita, há um novo direcionamento, sem, com isso, ter sido resolvido o problema anterior, o que vem a fracionar as formas de atendimento e diminuir seu poder de decisão e resolução de problemas, além de ocasionar perda do foco na realização das ações.

Figura 5 - Organograma da SRE Caxambu em 2019



Fonte: Minas Gerais (2019b).

2.4 ESCOLA ESTADUAL FERNANDO MELO VIANA E AS POLÍTICAS E PROJETOS PARA O USO DE DADOS DO SIMAVE/PROEB

A Escola Estadual Fernando Melo Viana está localizada no município de Minduri⁸, região sul do Estado de Minas Gerais e pertence à Superintendência Regional de Caxambu. A Rede de Educação do município é composta por quatro escolas: a Escola Estadual Fernando Melo Viana, que oferece os anos finais do ensino fundamental e ensino médio; a Escola Municipal Durval de Souza Furtado que oferta os anos iniciais do ensino fundamental; a Escola Especial Meninos Gerais (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE), que atende aos alunos do município em parceria com a rede estadual de ensino e o Centro de Educação Infantil (CEMEI), que atende às crianças de 3 a 5 anos nos anos iniciais do ensino infantil. No ano de 2019, a escola estadual Fernando Melo Viana oferece os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, atendendo cerca de 380 alunos, nos turnos da manhã e tarde, sendo a única escola estadual do município nessa modalidade.

Atuo como Diretora, desde 2016, na E.E. Fernando Melo Viana, por eleição do Colegiado Escolar. De 1997 a 2013 trabalhei na escola como professora designada na disciplina de Física, no Ensino Médio. Em 2013, fui nomeada como Especialista de Educação Básica e iniciei na referida função no turno da manhã, que na época atendia os 9º anos do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Atuei como Especialista de janeiro de 2013 até janeiro de 2016, quando fui eleita ao cargo de Diretora, o qual permaneço até a presente data, 2020.

O quadro de pessoal, em 2019, estabelecido pela Resolução SEE nº 4.112, de 7 de janeiro de 2019, conta com: uma diretora, um vice-diretor (Professor efetivo concursado para a disciplina de Geografia), que trabalha na escola desde 2013 como designado e em 2019 como efetivo; duas Especialistas de Educação Básica, ambas recém concursadas e nomeadas em 2018 e pertencentes ao quadro efetivo da escola; vinte professores regente de aulas habilitados para suas respectivas disciplinas, sendo 13 deles efetivos concursados, para as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Química, Língua Inglesa, Sociologia, Filosofia, Biologia, Ciências e Educação Física e 07 designados para as disciplinas de Física, Ensino Religioso, Artes, Língua Inglesa no período de fevereiro a dezembro de 2019, quatro designados para a função de Apoio a Comunicação, Linguagens e Tecnologias Assistivas, que monitoram e auxiliam os alunos com necessidades especiais, como os autistas. E ainda duas professoras para ensino e uso da biblioteca, designadas, habilitadas em Normal Superior,

⁸ Município com aproximadamente 4000 habitantes. (IBGE, 2000).

também denominadas de PEUB; quatro Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATB) efetivos e seis Auxiliares de Serviços de Educação Básica (ASB) designados.

Quanto aos espaços físicos, a escola possui sete salas de aulas equipadas com cortinas e ventiladores, um laboratório de informática com cortinas e TV de 50 polegadas, uma sala de arquivo morto da secretaria, cozinha com refeitório e dispensa para alimentos, quatro banheiros sendo dois masculinos e dois femininos, sala dos professores com banheiro exclusivo, sala da supervisão, sala de planejamento para professores equipadas com computadores e acesso à internet, sala de recursos multifuncionais, biblioteca, sala de áudio - visual com data-show e sistema sonoro, laboratório de ciências com data-show e computador com acesso à internet, almoxarifado, banheiro para o servidores auxiliares de limpeza e cozinha, além de grande área gramada e quadra poliesportiva coberta, ainda em obras, com previsão de conclusão ao final do 2º semestre de 2020).

Figura 6 - Área de entrada da EE Fernando Melo Viana



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Figura 7 - Fachada do bloco 2 da EE Fernando Melo Viana



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Todos os espaços citados anteriormente são de uso comum dos professores que lecionam na escola em sua rotina pedagógica executando as diversas estratégias e metodologias contempladas nos planejamentos de ensino, a fim de promover efetiva aprendizagem dos estudantes. Diariamente a sala de áudio visual é utilizada pelos professores e alunos para a exibição de filmes, documentários e aulas expositivas por meio de slides.

O laboratório de informática é utilizado por todos os professores e alunos para realização de pesquisas na internet. Quanto à biblioteca, trata-se de um espaço destinado ao reforço escolar dos alunos com dificuldades de aprendizagem ministrados pelas Professoras de Ensino e Uso da Biblioteca (PEUBs), pelos professores de Língua Portuguesa, nas aulas de leitura e pelos demais professores para pesquisa e produção de atividades, como confecção de cartazes e trabalhos em grupo.

O laboratório de ciências é um espaço destinado aos professores que ministram aulas de física, química, biologia, matemática e ciências. Nesse espaço, além das vidrarias e produtos químicos utilizados especialmente nas aulas de química, há disponibilizados uma TV com aparelho de DVD, notebook adaptado a um aparelho de data-show para exibição de vídeo-aulas, documentários, para a análise de figuras, gráficos e tabelas nas aulas de biologia, ciências, física e matemática. Os professores utilizam o mesmo espaço de acordo com um cronograma elaborado pelas Especialistas.

A equipe pedagógica juntamente com o grupo de professores, realiza ao longo do ano diversos projetos interdisciplinares com objetivo de promover a socialização, integração e

valorização das habilidades artísticas dos alunos. Dos diversos projetos realizados destacarei em seguida os de maior participação dos alunos e envolvimento da comunidade escolar.

Há o “Projeto Festa Junina” com o objetivo de favorecer ao educando conhecimento à pluralidade cultural e às características das festas juninas, bem como valorizar e respeitar o trabalho do homem do campo buscando conhecer através de pesquisas e confecção de cartazes como é a rotina deste trabalhador e quais as atividades desenvolvidas pelos mesmos. O Projeto “Semana de Educação para a Vida” onde são propostas atividades que promovem o reconhecimento e a valorização das diversidades, a dignidade humana, a laicidade do estado, a democracia na educação e transversalidade, a sustentabilidade socioambiental na perspectiva dos direitos humanos. Projeto “Intervenção na Alfabetização e Letramento” para (re)construção do processo de alfabetização e letramento dos alunos com competências e habilidades ainda defasadas. Projeto “Às Merendeiras com Carinho” com a finalidade de homenagear todas as cantineiras da escola responsáveis pela garantia de uma alimentação saudável, a limpeza e higiene do espaço escolar. Projeto “Calourada Pedagógica” para proporcionar aos alunos dos 6º anos, oriundos da rede municipal de ensino, uma semana de troca de experiências e convivência harmoniosa entre os colegas e professores. Projeto “Meio Ambiente”, com eixo temático ambiente, tecnologia e sustentabilidade a fim de executar ações de enfrentamento às questões ambientais, como a poluição dos recursos hídricos, surgimento dos lixões, combate à dengue no âmbito educacional. Projeto “Vida de um Autista” em que são trabalhadas as características da doença, a conscientização da importância da inclusão no âmbito escolar e na sociedade como um todo, além de valorizar as produções artísticas dos alunos autistas da escola. Projeto “Feira de Ciências”, com a finalidade de identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida no mundo de hoje. Projeto “O Século 19 é hoje: a performance da vida real” a fim de despertar o interesse e o gosto pela leitura, relacionar o movimento literário Romantismo no Brasil e suas gerações com os contextos históricos políticos da atualidade. Projeto “Transitando Conhecimentos e Atitudes” que coloca em pauta o tema trânsito, a fim de reconhecer e desenvolver atitudes concretas de cuidados com o trânsito. Projeto “Prosa ou Poesia” com a finalidade de incentivar a leitura e a escrita de textos em prosa e verso, despertando a criatividade, a imaginação e a fantasia, estimulando o respeito por todas as culturas, tradições e religiões. Projeto “Folia Pedagógica” na intenção de promover conhecimentos culturais acerca de uma das principais manifestações culturais do país: o carnaval. Projeto “Trabalho de Campo” com o objetivo de levar o aluno para além dos muros da escola, realizando visitas na área de cerrado do município e casa de cultura, um pequeno

museu local, para que possam ter contato com a história local e conhecer a fauna e flora no entorno do município.

Com o objetivo de relatar um pouco mais sobre a escola campo de pesquisa, no que se refere à implantação das políticas de uso dos dados do Simave e das ações propostas pela Secretaria Estadual de Educação, destaco que, de acordo com os registros de assessoria pedagógica da escola, em agosto de 2009, foram dadas as primeiras orientações, feitas pela analista da SRE, de implantação do PIP. A partir daí inicia-se a etapa de elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica que deveria ser posto em prática na intenção de recuperar alunos com defasagem de conteúdos e de aprendizagem.

A orientação recebida pela escola é que a equipe pedagógica e de professores deveria se basear nos resultados do Simave de 2008 para propor ações de melhoria dos desempenhos dos estudantes. Ainda no mês de novembro do mesmo ano, além do monitoramento na elaboração do plano de intervenção em tela, foram dadas orientações diversas quanto ao pacto de metas que a escola deveria propor para fazer parte do acordo entre aquelas propostas pela escola x Secretaria Estadual de Educação.

Em 2010, o plano de intervenção pedagógica elaborado pela escola, no semestre do ano anterior, foi colocado em prática nas salas de aula, principalmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Ao longo dos anos de 2010 e 2011, a escola recebeu quinzenalmente a visita técnica da SRE a fim de monitorar a execução do PIP na escola.

No período de 2012 a 2014, a equipe de analistas do PIP visitou sistematicamente a escola. Durante as visitas, realizaram observações nas aulas dos professores e nos cadernos de planos de aulas e analisaram os planejamentos que deveriam estar em consonância com o CBC utilizado na rede estadual mineira de ensino

Nesse período de implantação e execução do PIP na escola, uma vez por ano, geralmente no mês de setembro, era realizado o Dia “D”, que tinha como slogan “Toda a escola pode fazer a diferença”. Nesse dia, em especial, havia a suspensão das aulas e atividades rotineiras para que fossem discutidas e desenvolvidas propostas de intervenção com objetivo de solucionar os baixos resultados demonstrados pelas avaliações externas. Todos, direção, professores e coordenação pedagógica se reuniam para corrigir os rumos e alinhar novas metodologias e adequá-las ao plano de intervenção, proposto anteriormente.

De 2016 a 2018, o foco da Secretaria Estadual de Educação mineira foi o movimento Virada Educação Minas Gerais, que consistia no chamamento dos jovens a serem protagonistas no debate sobre quais seriam as prioridades para a educação no estado. Segundo Alves (2017), este movimento na época, denominado Semana Escola em Movimento, aconteceu a partir da

realização de três movimentos. O primeiro foi denominado “Um olhar pedagógico sobre a avaliação”; o segundo, “Construindo um olhar coletivo sobre a avaliação e a garantia do direito à aprendizagem”; e o terceiro, “Ações mobilizadoras para uma escola em movimento”.

Por fim, as escolas ainda foram orientadas a construir uma proposta de intervenção para o Dia da Virada Educação em Minas Gerais, que aconteceria no dia 17 de setembro de 2016. As atividades desenvolvidas nessa semana foram dedicadas à discussão sobre os processos de avaliação – externa e interna – a partir dos seguintes eixos: Direito à Aprendizagem, Gestão Democrática e Participativa, Fortalecimento do Trabalho Coletivo e Relação da Escola com a Comunidade.

Nesse intervalo, surgiram ao final de 2016 e início de 2017, os Itinerários Avaliativos de Minas Gerais, curso de formação em exercício para que o diretor e os especialistas desenvolvessem estratégias de gestão participativa em torno do Projeto Político Pedagógico. O objetivo era de elevar os níveis de equidade e melhorar o processo de qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Para isso, os especialistas da escola reuniam-se com os professores e discutiam propostas para a construção coletiva da avaliação interna e externa e definição de um plano de ação que seria implantado na instituição. Tudo com a finalidade de potencializar as avaliações internas e externas na rede e criar a cultura de apropriação de resultados.

Já em 2019, com o lançamento da nova etapa dos Itinerários Avaliativos, agora em outra modelagem, a escola recebeu mais um instrumento para subsidiar a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

As etapas dos itinerários consistiram em dimensões que foram sintetizadas em 4 eixos, a saber: relação da escola com a comunidade; direito à aprendizagem; gestão democrática e participativa; e fortalecimento do trabalho coletivo. Toda a discussão, baseada nos eixos elencados, serviram de base para a elaboração dos Planos de Ação e consequentemente da nova Proposta Pedagógica que a escola colocará em prática no ano subsequente, ou seja, 2020.

Para a execução dos itinerários avaliativos, as especialistas se reuniram, por várias vezes com os professores, nos momentos das reuniões pedagógicas, para elaborar o marco referencial de acordo com o contexto em que a escola está inserida, realizar o diagnóstico e, em seguida, elaborar o plano de ação.

Dando sequência à ação e vinculando a discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi realizado no dia 21 de setembro de 2019, em toda a rede estadual de ensino mineira, o Dia do Currículo.

No Dia do Currículo, a rede estadual de educação de Minas Gerais se envolverá em discussões que tratam tanto do processo de elaboração do Currículo do Ensino Médio quanto da reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos. (MINAS GERAIS, 2019c, recurso online).

Neste dia reuniram-se a Direção, Especialista de Educação, Professores, estudantes e pais da comunidade para discutirem temas relevantes em pauta na educação. Toda a equipe participante foi dividida em pequenos grupos. Discutiram e debateram sobre os temas em questão: sujeitos da aprendizagem e territórios escolares, relações família e comunidade, análise de desempenhos, ambiente participativo, formação de professores e o Novo Ensino Médio.

Após discussão dos temas propostos, foi realizada a plenária, momento em que cada grupo elencou as prioridades (pontos de melhoria) que a escola deveria trabalhar em seu plano de ação. Para cada ponto priorizado as equipes propuseram ações de intervenção a fim de solucionar ou minimizar os problemas.

Vale ressaltar que em agosto de 2019, a Direção da escola foi convocada para participar de um evento da SRE Caxambu, a qual faz parte, para o lançamento do programa Jovem de Futuro, pelo fato de a escola atender turmas de ensino médio.

Foi destacado pelos organizadores do evento, que o objetivo do Jovem de Futuro é o de permitir que a escola realize um diagnóstico e desenvolva ações de combate à evasão, melhore as proficiências nas avaliações externas e consequentemente eleve as médias do IDEB.

A fim de subsidiar os trabalhos, a escola já recebeu visitas do serviço de inspeção da SRE, indicado pela SEE/MG, para liderar e monitorar as ações frente ao programa Jovem de Futuro.

Na primeira visita, a Direção e Serviço de Coordenação Pedagógica se reuniram com o serviço de inspeção a fim de dar início às primeiras ações do programa. O primeiro passo foi acessar a plataforma do programa, conhecer as metas propostas para o ano de 2019 e visualizar os componentes prioritários que a escola deverá se debruçar para solucionar os problemas. Também foi cadastrada a comissão composta por um professor de Língua Portuguesa, um professor de Matemática, um aluno do Ensino Médio e um Responsável por aluno do Ensino Médio. Juntamente com a Direção e Supervisão da escola, esta comissão tem a função de construir um planejamento de ações que possam ser desenvolvidas e postas em prática para o alcance da meta indicada.

Nas segunda e terceira visitas do serviço de inspeção, foram realizadas discussões e proposição de ações por parte da Direção e Supervisão para dar um impulso nas ações do programa. Foi decidido que seriam organizadas três reuniões de formação, ainda em 2019, para

os professores, com os seguintes temas: Gestão de Sala de Aula e Busca por novas metodologias. Nesse intervalo também foi levada ao grupo de professores a discussão sobre as possíveis causas da baixa proficiência nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os professores foram unânimes em afirmar, que isso se deve a baixo autoestima dos alunos e a falta de perspectiva quanto ao prosseguimento nos estudos, falta de apoio das famílias e inserção precoce ao mercado de trabalho. Diante da percepção unânime dos professores citada anteriormente, talvez, eles não tenham se colocado em um lugar de autocrítica e também de corresponsáveis pelo que acontece em relação ao processo de ensino–aprendizagem.

O programa Jovem de Futuro é uma ação que será realizada na escola pelos próximos três anos, portanto, terão continuidade a elaboração e execução das ações.

De todos os problemas que perpassam pela escola podemos destacar um que tem acometido a equipe gestora e pedagógica da instituição no que diz respeito aos resultados dos estudantes nas avaliações externas do SIMAVE/PROEB. Os resultados desde 2011 indicam que a escola não tem apresentado índices satisfatórios quanto ao desempenho dos alunos dos 9º e 3º anos, avaliados anualmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática por meio do PROEB.

Nas tabelas abaixo poderemos verificar o percentual de evolução do nível de desempenho do 9º ano dos anos finais do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Fernando Melo Viana no período de 2014 a 2018, nas disciplinas de Matemática e de 2015 a 2018 em Língua Portuguesa.

Tabela 1- Percentual de Alunos do 9º ano/Ensino Fundamental por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho em Matemática

Matemática 9º ano		% do Nível de desempenho			
Edição	Proficiência	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2014	264,8	17,6	58,8	19,1	4,4
2016	251,4	30,3	56,1	10,6	3,0
2018	247,0	30,0	66	4,0	0,0

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nota-se que houve uma queda na proficiência e quanto ao desempenho é possível observar que nos anos indicados, em média, 86,2% dos alunos se encontram nos níveis baixo e intermediário.

Tabela 2 - Percentual de Alunos do 9º ano/Ensino Fundamental por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa.

Língua Portuguesa - 9º ano		% do Nível de desempenho			
Edição	Proficiência	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2014	260,7	9,1	50,0	28,8	12,1
2016	246,0	19,7	48,5	24,2	7,6
2018	241,7	22,0	46,0	30,0	2,0

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ainda explorando os resultados dos 9º anos, nota-se que também houve uma queda na proficiência e quanto ao desempenho é possível observar que nos anos indicados que, em média, 65% dos alunos se encontram nos níveis baixo e intermediário.

Tabela 3 - Percentual de Alunos do 3º ano/Ensino Médio por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho em Matemática

Matemática - 3º ano		% do Nível de desempenho			
Edição	Proficiência	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2015	274,4	46,7	53,3	0	0
2016	276,9	46,9	50,0	3,1	0
2017	268,6	63,0	28,3	6,5	2,2
2018	254,7	66,7	28,6	4,8	0

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quando analisados os resultados dos 3º anos, observa-se que há um aumento da proficiência entre 2015 e 2016, porém, há a queda nos anos seguintes. No que se refere ao nível avançado, apenas em 2017, aparece 2,2% dos alunos.

Tabela 4 - Percentual de Alunos do 3º ano/Ensino Médio por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho em Língua Portuguesa

Língua Portuguesa 3º ano		% do Nível de desempenho			
Edição	Proficiência	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2015	273,5	23,3	46,7	30,0	0
2016	280,1	34,4	28,1	31,3	6,3
2017	277,4	23,9	39,1	34,8	2,2
2018	272,9	33,3	35,7	21,4	9,5

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Por fim, dos resultados dos 3º anos, na disciplina de Língua Portuguesa, também se observa um aumento da proficiência entre 2015 e 2016, e um aumento significativo de percentual de alunos no nível avançado.

Nota-se na tabela abaixo que os resultados da escola, entre 2015 se encontra abaixo dos resultados da Estado e SRE. No entanto em 2016, apresenta um aumento considerável comparado aos da rede estadual e SRE no que se refere ao aumento da proficiência e do percentual dos alunos no nível avançado.

Tabela 5 - Resultados da Escola, SRE Caxambu e Estado de MG

Língua Portuguesa - 3º ano			
Edição	Proficiência da SEE Nível avançado (%)	Proficiência da SRE Nível avançado (%)	Proficiência da Escola Nível avançado (%)
2015	274 6,1%	278,5 5,6%	273,5 0%
2016	270,7 3,9%	277 4,4%	280,1 6,3%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os dados⁹ apresentados anteriormente evidenciam que os desempenhos dos alunos oscilam de um ano para o outro, havendo a necessidade por busca de alternativas que demonstrem um padrão sistemático de crescimento e melhoria dos resultados.

Nota-se, de acordo com os resultados expostos, que o nível de proficiência da escola fica compreendido, em média, entre 225,0 e 290,0 pontos. Índices bastante baixos e longe do ideal, pois na escala de proficiência (estimativa do nível de desempenho dos alunos nos conhecimentos dispostos em testes padronizados), segundo o boletim pedagógico, o índice ideal está, compreendido entre 325 e 500, esperado para a qualidade da educação, já que comprovadamente, a maioria dos estudantes não atingiu sequer o padrão recomendado para a etapa e nível de ensino em que se encontram. (MINAS GERAIS, 2019a).

Na escola estadual em questão, não foram encontrados registros que comprovem ações concretas de análise de resultados das avaliações externas e ações pedagógicas pontuais e sistemáticas com o objetivo de proporcionar efetivo aprendizado e consequentemente melhoria na qualidade de ensino. Em geral os resultados das avaliações externas são apresentados de forma bastante superficial em dada reunião pedagógica e na semana que antecede a avaliação, um ou outro professor, tenta trabalhar alguns itens do banco de dados com os alunos. Percebe-se que há uma falha da gestão, da equipe pedagógica e consequentemente dos professores em relação ao cuidado necessário sobre a real relevância destes resultados para a instituição,

⁹ Em 2017 foram aplicados testes do PROEB apenas para as turmas dos 7º anos/Ensino Fundamental e 1º anos/Ensino Médio.

conforme foi proposto pela política da Secretaria Estadual de Educação, no Programa dos Itinerários Avaliativos em 2017.

A seguir, apresentamos uma tabela indicando datas e pautas¹⁰, no período de 2016 a 2018, de reuniões pedagógicas realizadas semanalmente pelas Especialistas de Educação Básica (Supervisoras Pedagógicas) com duração de 02(duas) horas, com a participação de todos os professores, momentos em que verificamos a não apropriação dos resultados do SIMAVE/PROEB. Essas reuniões, também chamadas de Módulo II, fazem parte da carga horária obrigatória do quadro do magistério, conforme Decreto nº 46125, de 4 de janeiro de 2013.

Quadro 2 - Pauta das reuniões de módulo II de 2016 a 2018

(continua)

Mês/Ano de Realização de Reunião Pedagógica (Módulo II)	Pauta realizada
Fevereiro/2016	Calendário, Medidas Disciplinares do Regimento Escolar.
Março/2016	Orientações Pedagógicas, Diários, Saúde Vocal, Planejamento
Abril/2016	Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI), Projeto Dia das Mães, Planejamento, Palestra: formação de professores,
Maio/2016	Cronograma de atividades pedagógicas do mês, Participação da escola no Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), Conselho de Classe.
Junho/Julho/2016	Projeto Festa Junina, Orientações para professores que atuam no projeto de Educação Integral e Integrada, Planejamento, Conselho de Classe.
Agosto/2016	Cronograma do 3º bimestre, Organização para 7 setembro, Projeto Feira de Ciências
Setembro/2016	Escola em Movimento, Planejamento, Educação Integral, Conselho de Classe
Outubro/2016	Cronograma do 4º bimestre, Dia do Professor, Planejamento
Novembro/2016	Planejamento, Enturmação, Reunião Administrativa, Reposição de greve(calendário)
Fevereiro/2017	Calendário, Planejamento, Remanejamento de alunos,
Março/2017	Leitura de resultados das avaliações externas (Itinerários 3 e 4), Itinerários avaliativos de 5 a 9, Planejamento, Conselho de Classe
Abril/2017	Itinerários avaliativos de 5 a 9, Planejamento, Diário Digital
Maio/2017	Calendário de reposição de greve, Reunião de Responsáveis, Planejamento
Junho/Julho/2017	Reunião Administrativa, Planejamento, Conselho de Classe, Reposição de greve
Agosto/2017	Planejamento, Projeto Dia do Estudante, Projeto Feira de Ciências, Reunião de Responsáveis
Setembro/2017	Momento Cívico, Projeto Primavera, Capacitação sobre o Autismo, Conselho de Classe

¹⁰ Descrição de pautas retiradas do Livro de Atas de Reunião Pedagógica nº 33 e 42.

Quadro 2 - Pauta das reuniões de módulo II de 2016 a 2018

(conclusão)

Mês/Ano de Realização de Reunião Pedagógica (Módulo II)	Pauta realizada
Outubro/2017	Conselho de Classe, Projeto Primavera, Homenagem aos Professores, Capacitação para aplicação do PROEB
Novembro/Dezembro/2017	Conselho de Classe, Planejamento, Homenagem ao Dia do Diretor, Semana de Educação para a Vida, Reforma do Ensino Médio
Fevereiro/2018	Reunião Administrativa, Calendário, Planejamento
Março/2018	Reunião de Responsáveis, Planejamento, Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), Diário Digital
Abril/2018	Palestra sobre Educação Fiscal, Planejamento, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Projeto Selfie
Maio/2018	Conselho de Classe, Planejamento
Junho/Julho/2018	Planejamento, Conselho de Classe
Agosto/2018	Planejamento, Reposição de greve, Projeto Dia do Estudante, Estudo da BNCC- Base Nacional Comum Curricular
Setembro/2018	Estudo da BNCC- Base Nacional Comum Curricular, Virada Educação, Planejamento
Outubro/2018	Capacitação para aplicação do PROEB, Homenagem ao Professor, Projeto Feira de Ciências
Novembro/2018	Planejamento, Homenagem ao Dia do Diretor, Reposição de greve, Projeto Feira de Ciências, Conselho de Classe

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

À luz dos resultados demonstrados, e das evidências pontuadas, proponho um estudo de caso da situação numa tentativa de propor ações concretas que visam aperfeiçoar as práticas que priorizem o aprendizado, incentivar a equipe pedagógica, professores e alunos a avançarem no ensino-aprendizagem para que haja um maior desempenho escolar e consequentemente uma educação de qualidade, objetivo fundamental das avaliações externas realizadas e que o Projeto Político Pedagógico da escola seja posto em prática sistematicamente a fim de favorecer o cotidiano escolar próximo à realidade do educando.

Neste capítulo, foi apresentada a descrição do caso, tema de estudo, da dissertação, que tem como proposta responder à questão “Como se apropriar e compreender os resultados do PROEB”. No capítulo seguinte, buscam-se discorrer sobre as práticas de apropriação, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, que reforçam e demonstram a relevância da mencionada apropriação. Para tal, serão discutidos autores que investigam a apropriação de resultados de avaliações externas e apresentadas dissertações defendidas no PPGP, que relatam experiências exitosas ou não, sobre o tema supracitado. Na sequência serão apresentados o referencial teórico e a metodologia utilizada, entrevistas semiestruturadas e questionários, para investigar a escola campo de pesquisa no que se refere a práticas de apropriação dos resultados das avaliações externas.

3 APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

No primeiro capítulo foi apresentada a introdução da dissertação. No capítulo 2, foi apresentada a descrição do caso de gestão, abordando temas como sistema mineiro de avaliação, as características e potencialidades da escola campo de pesquisa.

No capítulo 3, o foco será verificar se ocorre e/ou como ocorre a realização da apropriação de resultados na escola em questão. Serão apresentadas também as análises das entrevistas e dos questionários, instrumentos aplicados à Especialista, Vice-Diretor e aos Professores.

Como mencionado na introdução, o terceiro capítulo da dissertação abará o referencial teórico e as metodologias utilizadas para a produção desta pesquisa, sob o ponto de vista de autores que discutem as avaliações externas e apropriação de resultados, tais como Machado (2012), Bonamino e Souza (2012), Luck (2009), Brooke e Cunha (2011), Souza e Oliveira (2010), Silva (2014), Viana (2003), Locatelli (2002), dentre outros. Discorrerei sobre o posicionamento teórico deles, bem como relatarei os dados da pesquisa realizada na escola campo por meio de questionários aplicados aos professores e entrevistas respondidas pela Especialista e Vice-Diretor, com a finalidade de entender como se dá a apropriação de resultados nas avaliações externas do PROEB. Dessa forma, será possível analisar quais fatores interferem nos resultados, os possíveis motivos das oscilações nas proficiências e, especialmente, descrever como se dá o processo de apropriação nessa escola.

O primeiro passo para iniciar este capítulo foi um levantamento de dissertações sobre o referido tema, no banco de dissertações defendidas do PPGP da UFJF.

Após o levantamento e apreciação das dissertações, realizou-se um mapeamento do material, destacando o autor, o tema, o ano de defesa, a descrição de que se trata o caso em questão, a metodologia utilizada pelo autor, o referencial bibliográfico em que se baseou para a construção do texto, o relato dos resultados da pesquisa efetivada e, finalmente, quais as ações foram propostas pelo PAE.

3.1 LEVANTAMENTO DE DISSERTAÇÕES NO BANCO DE DADOS DO PPGP/UFJF

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa realizada no banco de dissertações do PPGP da UFJF.

Como mencionado, houve um levantamento de dissertações defendidas no âmbito do programa, com foco no tema avaliações externas e apropriação de resultados.

Durante a busca foram utilizadas palavra-chave como: “apropriação”, “apropriação de resultados” e “PROEB”. Para a primeira, encontramos 35 dissertações, para a segunda 30 e quando utilizada a palavra “PROEB” foram filtradas 14 dissertações.

Após a execução do filtro, foram realizadas a leitura das 14 dissertações e seus mapeamentos com o propósito de selecionar apenas aquelas que trariam informações significativas a respeito do tema em questão, ou seja, apropriação de resultados do PROEB. Após fichamento de cada dissertação, foram selecionadas 8 delas com foco no uso de dados do PROEB. Das 8, foram priorizadas 6, no âmbito das escolas, já que uma delas tratava da apropriação de dados na Superintendência Regional de Ensino e a outra de uma análise da aplicabilidade das oficinas de apropriação desenvolvidas pelo CAEd, nas regionais de ensino. O objetivo principal foi analisar se há o uso dos resultados das avaliações externas no interior das escolas pesquisadas.

Diante do exposto, foram analisadas as práticas de apropriação e uso dos dados do PROEB discutidas nas seguintes dissertações: Chagas (2014), Carvalho (2015), Faria (2015), Alves (2017), Marques (2017) e Borges (2019).

3.1.1 Práticas de apropriação envolvendo o PROEB

Chagas (2014) analisou o uso que os gestores fazem dos resultados do PROEB em Matemática do Ensino Médio, juntamente com os professores desse componente curricular, em duas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, localizadas em Belo Horizonte/MG, pertencentes a uma mesma SRE. A proposta de trabalho foi desenvolvida por meio de pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com o diretor da Diretoria Educacional da Regional, os gestores escolares, os especialistas (pedagogos) e os professores de Matemática. Também realizou - se a análise de documentos oficiais divulgados pelo SIMAVE e CAEd – centro de estudos responsável pela sistematização e divulgação dos resultados das avaliações do PROEB. Para discutir a avaliação e resultados das avaliações o autor usou Brooke (2012); para tratar da importância da análise dos dados o autor mencionou Machado (2012) e Luck (2009); e para analisar o papel do professor, o autor contou com a colaboração de Santos e Varela (2007).

A pesquisa de Chagas (2014, p. 80) conclui que parece haver apenas cumprimento de protocolo estabelecido pela SEE/MG do que um “[...] real debate entre os agentes escolares

sobre as reais dificuldades de seus alunos e, conseqüentemente, a criação de ações coesas para minimizar as distorções de aprendizagem desses educandos.”. Revela também que em função dos relatos dos sujeitos entrevistados nas escolas, há um extenso caminho a percorrer sobre os objetivos das avaliações externas. Reforça que, talvez, falte um melhor direcionamento da própria Secretaria de Estado de Educação para com os agentes escolares. Conclui, por sua vez, que cabe à escola entender que a sua preocupação é com o aspecto micro, ou seja, é ela quem deve se mobilizar para oferecer uma educação de qualidade, permitindo que o professor ensine e que o aluno aprenda. Deste modo, propõe um PAE com as seguintes ações: Implantação de PIP, para o Ensino Médio na Rede Estadual, com duração de 3 anos; Análises dos resultados das avaliações externas e internas e possibilidades de intervenções pedagógicas, visando às aprendizagens dos alunos; Aplicação de avaliações diagnósticas, para o mapeamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem; Elaboração de Material de apoio ao professor; Monitoramento sistemático e eficaz da Intervenção Pedagógica em sala de aula.

Carvalho (2015) pretendeu verificar quais são as práticas e as estratégias desenvolvidas para a apropriação de resultados do PROEB, em duas escolas da rede estadual de ensino de Juiz de Fora, Minas Gerais, avaliadas no 9º ano do ensino fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Utilizou questionários e entrevistas para diretores, coordenadores pedagógicos e professores. Para discutir a avaliação externa e seus objetivos o autor usou Locatelli (2002) e Brooke e Cunha (2011); a importância do diagnóstico de desempenho do aluno, citou Burgos, Ferreira e Santos (2012). Após a pesquisa, Carvalho (2015) destaca que a apropriação de resultados realizada nas escolas ocorre de forma fragmentada, pois, os profissionais que participaram do estudo afirmaram desconhecer as revistas de apropriação de resultados. Destaca ainda que, “[...] essa percepção vem do fato de os professores não possuírem acesso às revistas e, conseqüentemente aos resultados, pelo fato de cada escola receber somente um exemplar de cada revista.” (CARVALHO, 2015, p. 62). Propõe, então, um PAE com as seguintes ações: levar aos gestores das escolas participantes o resultado da pesquisa realizada e discutir a respeito da implementação do PAE; promover nas escolas a realização de minicursos (momentos de formação) e oficinas do PAE para discutir a apropriação dos resultados; e, finalmente, organizar um momento de avaliação do PAE para analisar as contribuições das ações implantadas.

Faria (2015) apresentou em seu estudo como ocorreu a apropriação de resultados do PROEB, nos anos de 2013 e 2014, pela equipe gestora de uma escola da rede pública estadual da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Como metodologia, a autora utilizou as observações próprias de pesquisadora, pesquisa documental e bibliográfica, bem como a descrição da equipe

gestora quanto à análise do material recebido do PROEB. Para discutir sobre avaliação externa usou os autores Perrenoud e Thurler (2002) e quanto à apropriação de resultados abordou os autores Fontanive (2013), Silva (2015), Sousa e Oliveira (2010) e Vieira (2015).

Faria (2015) conclui sua pesquisa destacando que apropriação de resultados na escola pesquisada ainda precisava de ajustes pelo fato de não seguir uma organização espaço-tempo que contemplasse procedimentos de recebimento, análise e uso dos dados. Também destacou que não havia na instituição uma orientação voltada para os professores, pais e alunos no sentido de responsabilizá-los quanto ao comprometimento na realização das avaliações, acompanhamento e empenho para que os dados produzidos por elas retornassem para a escola em forma de recursos que pudessem favorecer a todos os envolvidos, direta ou indiretamente. Por fim, Faria (2015) chama a atenção para que todos na escola reflitam sobre as formas de utilização dos dados, de modo a contribuírem para a transformação das práticas de apropriação na escola, ressaltando ainda a importância de se estabelecer um reconhecimento dos resultados como parte da prática docente de planejamento e acompanhamento durante todo o ano letivo. Propôs, por sua vez, um Plano de Ação Educacional com as seguintes ações: identificar a função do gestor e o papel de cada membro da escola envolvido em relação às avaliações externas; elaborar uma agenda de reuniões desenvolvendo rotina para discussão dos temas; conscientizar a equipe gestora, equipe escolar e entorno sobre a importância das avaliações através do trabalho do Especialista, que de posse dos materiais em slides e revistas pedagógicas, deveria organizar momentos de formação envolvendo toda a equipe; avaliar as ações implementadas e (re)planejar para corrigir os rumos.

Alves (2016) buscou estudar a forma de apropriação dos resultados do PROEB na escola Vista Alegre, pertencente à rede pública estadual de Minas Gerais. Como metodologia a autora utilizou pesquisa quantitativa, por meio da análise das taxas do rendimento da escola e dos dados dos alunos na avaliação externa; pesquisa qualitativa por meio da utilização de coleta de dados de entrevistas, com roteiro semiestruturado, com todo o corpo docente e com a supervisora pedagógica. Para discutir sobre a avaliação externa usou autores como Luck (2009), Santos, Gimenes e Mariano (2013); para dialogar sobre o papel do gestor escolar frente à avaliação externa usou Davis e Grousbaum (2002); e para contemplar o uso e apropriação de dados usou Machado (2012) e Fontanive (2013).

Alves (2016, p.132) conclui que acerca da apropriação dos resultados da avaliação externa do SIMAVE, a equipe gestora “ [...] necessita trabalhar de forma planejada, sistemática e descentralizada para superar os desafios elencados, a fim de que suas ações se convertam em ganhos de aprendizado na vida acadêmica de seus estudantes.”. Por fim, propõe um Plano de

Ação Educacional que contempla as seguintes propostas: Planejamento Pedagógico; Divulgação dos resultados das avaliações internas; Reunião com a comunidade escolar; Avaliações de rendimento nos moldes do SIMAVE; e escolha de representantes de turmas para fomentar a participação estudantil na realização de eventos extraclasse, culturais e, ainda, nas questões pedagógicas.

Marques (2017) discutiu o processo de apropriação da política pública da avaliação em larga escala pelos professores do ensino médio de uma escola mineira, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. Considerou o papel do gestor para identificação de apropriações, com objetivo de analisar a presença de práticas de apropriação dos resultados do SIMAVE/PROEB. A autora utilizou como metodologia a realização de grupo focal com 11 professores, pesquisa qualitativa baseada em documentos oficiais, Revistas e Boletins do Simave. Para discutir avaliação na perspectiva de avaliação externa a autora usou Vianna (2003), Souza e Oliveira (2010), Alavarse, Bravo e Machado (2013); já para a apropriação de resultados, os autores Horta Neto (2006), Bonamino (2002), Blasis (2013), Soligo (2010), Machado (2012), e Brooke e Cunha (2011).

Marques (2017) conclui, a partir da pesquisa, que há necessidade do reordenamento de práticas de gestão da escola, para que o processo de apropriação dos resultados vá além de entender os significados e as formas de trabalho. Ainda sugere a construção coletiva da aprendizagem docente. Percebeu-se, também, que a interpretação e o uso dos resultados acontecem de forma insatisfatória e precisam ser aperfeiçoados. Para tal, propõe um Plano de Ação Educacional com as seguintes ações: promover momentos de estudos aos professores da escola, de forma a integrar o grupo em geral e por áreas de conhecimento; promover trabalho pedagógico por parte do gestor; promover maior discussão e divulgação dos resultados junto à comunidade escolar; estimular a reflexão sobre a prática docente, a partir da compreensão dos resultados das avaliações externas; fortalecer a cultura de utilização dos resultados para o planejamento pedagógico; e, por fim, efetivar o acompanhamento pedagógico individualizado aos estudantes do 1º ano Ensino Médio, com base nos boletins individuais.

Borges (2019) discutiu o uso dos dados do SIMAVE pelos professores do 3º ano do Ensino Médio e pela especialista de Educação Básica desse segmento de ensino, da Escola Estadual Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pertencente à rede pública do Estado de Minas Gerais, localizada no município de Vazante. O autor utilizou como método, a pesquisa qualitativa, por possibilitar uma abordagem crítica, considerando, nas análises, aspectos sociais, culturais e econômicos que poderiam explicar como os professores da escola investigada compreendiam os impactos da implementação de políticas públicas no cotidiano das

experiências vivenciadas no Ensino Médio; e como procedimento metodológico, optou pelo estudo exploratório na primeira etapa da pesquisa e questionário não identificado para a subsequente, envolvendo 12 professores e 1 especialista. Para discutir o papel do gestor frente aos resultados das avaliações usou Machado (2016); para a avaliação na perspectiva das avaliações externas Minayo (2009); já para a avaliação, na perspectiva de apropriação de resultados, os autores Santos (2017), Machado (2012) e Cavalcanti (2016).

Borges (2019) conclui seu trabalho destacando que a escola utiliza resultados das avaliações em larga escala na prática em sala de aula e no aprimoramento das ações pedagógicas, porém, evidenciou a necessidade de se pensar em uma forma de assegurar, à equipe de profissionais da educação, o acesso à qualificação que lhes viabilize interpretar, refletir e apropriar-se dos resultados das avaliações estaduais, de tal modo que possa fortalecer o ensino público e o aprendizado dos alunos. Na tentativa de apontar sugestões para melhoria do processo de apropriação de resultados na escola, o autor propõe um Plano de Ação com as ações seguintes: apresentação da pesquisa para a escola; formação continuada para professores e especialistas; fortalecimento dos projetos interdisciplinares; monitoramento e avaliação das ações propostas.

Conforme pesquisas apresentadas, é possível verificar que o processo de apropriação de resultados nas escolas, de maneira geral, acontece de maneira mais informativa do que pedagógica. Além disso, as dificuldades encontradas nas pesquisas se relacionam com o desconhecimento, por parte dos professores, dos resultados das avaliações, dos canais de divulgação dos dados e resultados, por exemplo e da própria dinâmica das escolas que se ocupam de outras demandas pertencentes à rotina escolar e talvez não dedicam momentos efetivos para a formação dos professores, estudo e análise dos resultados.

A realização de tal ação, leitura e análise de dissertações acima mencionadas, certamente aguçou o desejo de propor algo que possa transformar a rotina da escola apresentado no quarto capítulo. É notório o fato de que momentos de formação, estudo e capacitação, urgem na realidade educacional. E esta será a minha intenção.

Diante do exposto, ressalta-se a relevância da presente pesquisa cuja temática é a apropriação de resultados.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A apropriação dos resultados alcançados nas avaliações em larga escala deve ser vista por gestores educacionais e equipe pedagógica como instrumentos de implementação de novas

práticas escolares, a fim de proporcionarem melhorias no processo de ensino aprendizagem e, consequentemente, no desempenho dos estudantes (NICOLELLA; SILVA, 2014). Em função disso, apresentarei o aporte teórico de alguns autores sobre o tema da apropriação de resultados e sua importância no contexto das avaliações externas, nas práticas e rotina de planejamento das escolas.

No Brasil as avaliações em larga escala datam da década de 1990 e, por isso, possuem um lastro como políticas públicas educacionais. Contudo, a apropriação dos resultados ainda é um terreno a ser explorado e aprimorado (FARIA, 2015).

A cultura da avaliação depende diretamente de mudanças de perspectivas da escola sobre o que ela deve oferecer (LEÃO, 2016). Portanto, não se deve confundir apropriação de resultados à mera divulgação dos dados.

Faria (2015) e Leão (2016) destacam que o tema avaliação e apropriação de resultados está relacionado às novas demandas da educação e tem o propósito de promover reflexão coletiva no que se refere à maneira como as escolas têm tratado tais pautas em seu cotidiano. Vale ressaltar que a qualidade do ensino está atrelada à importância do processo que abrange as avaliações no âmbito escolar, pois, são elas, que indicam o nível de conhecimento dos estudantes a despeito dos temas e conteúdos abordados pelo professor na sala de aula.

Os sistemas de avaliação objetivam oferecer um feedback aos professores de sala de aulas (BROOKE; CUNHA, 2011). Diante disto, será possível provocar uma reflexão em relação às práticas pedagógicas dos docentes e as avaliações externas poderão embasar o trabalho dos professores e tornar a melhoria dos resultados em uma realidade concreta.

Brooke e Cunha (2011) sinalizam a importância dos sistemas de avaliação uma vez que seu papel é o de indicar para o professor o caminho a seguir por meio dos resultados alcançados pelos estudantes. Nesse contexto, a gestão pedagógica deve relacionar os resultados das avaliações a favor da aprendizagem dos estudantes.

Machado (2012) considera o ato de avaliar como fator integrador de todo o sistema avaliatório e chama a responsabilidade, referente às redes públicas, para os atores diretamente envolvidos no sentido de desenvolver os processos de forma coletiva.

Nessa perspectiva da avaliação, Machado discorre:

[...] avaliar é um processo que pode ter como integrante o levantamento sistemático de informações dos alunos em testes padronizados, mas não se esgota nele. A análise dos dados obtidos, a produção de juízos de valor sobre eles e a utilização dos resultados alcançados na proposição e direcionamento de ações são etapas indissociáveis do ato de avaliar. No caso das redes públicas de ensino, urge repercutir os resultados das avaliações externas de

forma a alavancar o desenvolvimento de processos subsequentes por parte de professores e equipes gestoras de unidades educacionais, configurando impactos desejáveis na escola. (MACHADO, 2012, p. 71).

Os conteúdos das avaliações externas não se resumem à qualidade da escola (MACHADO; ALAVARSE, 2014). Nesse sentido, Chagas (2004), defende, fazer parte do trabalho do professor, verificar e julgar o rendimento dos alunos junto às avaliações que estão sempre presentes na rotina escolar. Dessa forma, os agentes escolares terão a possibilidade de aprimorarem suas técnicas de ensino, dando significado às habilidades/competências ensinadas em sala de aula.

Machado e Alavarse (2014) e Chagas (2014) destacam o papel e a responsabilidade do professor no ato de ensinar e avaliar. Chamam a atenção para a reflexão e a necessidade do trabalho coletivo. Para os autores é fundamental que hajam estratégias para que gestor e professores busquem alternativas que deem sentido ao que é ensinado.

Contudo, é de suma importância observar que as informações obtidas a partir das avaliações externas só terão relevância se trabalhadas pela escola.

Segundo Brooke (2012):

Para melhorar os resultados da educação, é preciso, primeiro, estipular o que cada aluno deve aprender em cada etapa ou ano em termos de conteúdo e nível de expectativas e exigências. Segundo, para poder cobrar esse nível de aprendizagem, precisam-se criar os instrumentos de avaliação padronizados necessários para mensurar o desempenho dos alunos de forma rigorosa em todas as áreas do currículo para os quais existem padrões. (BROOKE, 2012, p. 145).

Ainda nessa seara, considera-se ser de responsabilidade da escola, divulgar e trabalhar com os resultados. No momento em que houver um engajamento coletivo nas ações diversas, haverá a possibilidade de formulação de políticas públicas para ao aperfeiçoamento do ensino (LUCK, 2009).

Segundo a autora, “[...] faz-se necessário que os resultados dessas avaliações cheguem, de forma, oportuna e acessível, a alunos, pais, educadores, políticos e empresários.”. (LUCK, 2009, p.7).

Os autores acima demonstram que se faz necessária uma análise criteriosa de cada proposta de aprendizagem que surge ao longo do percurso e que tal análise deva ser realizada de maneira coletiva, dentro do contexto à que se refere, por se tratar de aplicabilidade na oferta da educação. Alertam para o fato de que haja uma apropriação de resultados que seja qualitativa e publicizada.

Luck (2009) ainda chama a atenção para que os resultados estejam relacionados às políticas públicas implantadas para nortear o trabalho da escola.

Destarte, Machado (2012) argumenta que a escola deve assumir, também, a responsabilidade pela socialização das discussões sobre as avaliações externas em reuniões escolares e formação continuada com objetivo de que os professores possam refletir sobre a influência destes resultados no desempenho dos alunos.

A autora destaca ser fundamental que a gestão escolar promova a articulação da equipe nos momentos de encontros, visando à busca de alternativas que promovam a transformação dos estudantes em cidadãos participantes da sociedade que conseqüentemente refletirão no seu desempenho.

Dada a relevância do papel do gestor escolar no âmbito da gerência pedagógica, ressalta-se que ele deverá assumir um papel fundamental no processo de apropriação de resultados. Pois, será ele, o articulador das ações educativas dentro da instituição, e quem terá o papel de proporcionar momentos e espaços de diálogo, articulando o trabalho dos servidores com vistas a atender às peculiaridades da escola (BORGES, 2019).

Nesse sentido, Machado (2012) e Borges (2019), expressam por meio de suas teorias a necessidade de formação permanente dos gestores e professores na busca da apropriação e compreensão dos resultados das avaliações externas. Tal ação tende a contribuir para a cultura de uma rotina pedagógica organizada, com vistas à melhoria de oferta do ensino e ao alcance de desempenhos mais satisfatórios advindos dos estudantes.

Em contrapartida, relacionando a responsabilização, Lemov (2011), coloca como papel do professor, que sob sua ótica, são melhores nisso, verificar a compreensão dos alunos. É importante que os professores utilizem técnicas diversas e instrumentos variados, como apontam (SANTOS; VARELA, 2007), para que possam diagnosticar o começo, o durante e o final de todo o processo a fim de retomar o que fora insatisfatório.

Nesse momento, entendemos que as avaliações externas como o PROEB, poderão se apresentar como fator de medida da proficiência concomitantemente a um conjunto de referências relevantes sobre o nível de desempenho dos estudantes, além de apontarem possíveis indicadores que possam interferir no processo.

Lemov (2011), Santos e Varela (2007), coadunando com Machado (2012) e Borges (2019), também defendem que é fundamental a atuação do professor no acompanhamento do processo evolutivo de aprendizagem do aluno, visto ser ele o detentor da missão de ensinar, dotado de habilidades e conhecimentos didáticos. Com isso, terão a possibilidade de realização

de um trabalho sistemático direcionado à transposição das fragilidades dos estudantes, garantindo a aprendizagem com equidade.

Tendo em vista que os fatores intraescolares deverão ter a gerência da instituição, Menezes (2019) traz à luz um recorte de Machado (2012), fomentando que, diante dos resultados obtidos pela escola, gestores e professores devem refletir sobre os possíveis fatores que explicam o desempenho dos alunos, em um movimento de:

[...] interpretação pretérita. Não há condições de ensinar o que os alunos não aprenderam, porque eles, em muitos casos, não são mais alunos da escola, mas é possível considerar procedimentos, rever métodos e alterar projetos”. (MACHADO, 2012, p.77)

Novamente a autora nos faz refletir sobre a necessidade de ação coletiva no âmbito escolar. Mais uma vez chama a atenção, no que se refere à responsabilização, para os atores diretamente envolvidos no desenvolvimento do processo, ou seja, gestores, professores e equipe pedagógica.

Menezes (2019) e Machado (2012) também apontam que outros possíveis fatores influenciam o contexto educacional e, consequentemente, os resultados das avaliações externas, não se limitando apenas aos conhecimentos adquiridos. Para Machado (2012) os processos avaliativos externos só terão sentido quando provocarem compreensão dos resultados, proporcionando reflexões e mudanças no trabalho desenvolvido.

Dentro da rotina escolar sabemos que a formação ocorrida junto às equipes, no que tange às avaliações externas, são limitadas à aplicação dos testes e à mera divulgação de seus resultados.

Posto isto, trazemos em questão, a formação continuada, já defendida anteriormente por Machado (2012). A formação continuada é um conjunto de atividades organizadas e desenvolvidas pela equipe gestora a partir de resultados da avaliação externa nos horários de trabalho coletivo (SILVA, 2013). Nesta mesma linha de raciocínio, Imbernón (2010) defende que a formação deverá ser capaz de criar espaços de pesquisa e inovação.

Nesse sentido os autores discorrem sobre a necessidade de toda a equipe se capacitar e passar por uma formação específica, a fim de se tornarem aptos a agir em harmonia e consonância para dar sentido ao processo da avaliação e implementação de uma rotina sistemática de apropriação, provocando a ressignificação e tomada de posse dos resultados.

No tocante à apropriação de resultados das avaliações externas, um trabalho ordenado será possível desde que seja coletivo e voltado a garantir o direito à aprendizagem dos estudantes.

Segundo dicionário da Língua Portuguesa, apropriação significa ato ou efeito de tornar-se próprio, ou seja, dá a ideia de tomar posse de algo.

A apropriação de resultados deve ser algo que auxilie a escola no alcance de seus objetivos (KISTEMANN JR.; SOUZA, 2018) e reforce a possibilidade de identificar quais as maiores dificuldades dos alunos nas avaliações, como aponta Bonamino (2012).

Cabe mencionar que os resultados das avaliações não devem ser vistos como meros instrumentos de medida, mas, como mecanismos que embasarão mudanças de paradigmas, assim como novas maneiras de gerir a escola e o uso de resultados. Os resultados das avaliações, como afirma Vianna (2009), não devem ser usados única e exclusivamente para traduzir o desempenho escolar.

Sobretudo, sobre a apropriação de resultados, Vianna (2009) afirma:

A sua utilização implica em servir de forma positiva na definição de novas políticas públicas, de projetos de implantação e modificação de currículos, de programas de formação continuada dos docentes e, de maneira decisiva, na definição de elementos para a tomada de decisões que visem a provocar um impacto, ou seja, mudanças no pensar e no agir dos integrantes do sistema (VIANNA, 2009, p. 14).

Tal afirmação confirma a teoria de Marques (2017) que trata dos resultados das avaliações em larga escala, no sentido que, quando interpretados e apropriados de forma reflexiva, tornam instrumentos de gestão e permitem repensar a escola em todas as suas dimensões.

Sobre a apropriação de resultados, os autores retratam que estes devem servir de base para reflexão e análise coletiva da realidade educacional. Eles servirão para direcionar as propostas de ações, estratégias e alternativas para enfrentar as complexidades peculiares à educação.

Quando pensamos em escola pública devemos pensar em promoção da equidade. Uma escola justa não pode se limitar a selecionar os quem têm mais mérito (DUBET, 2008). Todavia, torna-se imprescindível que a escola abarque a apropriação de resultados de maneira reflexiva e compartilhada, não se limitando em pontuar aqueles alunos com mais mérito e sim com o todo.

Diante de tal afirmação o autor chama a responsabilidade para a escola no sentido de promover a equidade e tornar a apropriação de resultados uma prática compartilhada, ou seja, em que todos estejam envolvidos. Para esse autor, somente a igualdade da oferta não é o bastante. Torna-se imprescindível pensar na equidade como meio de garantir condições mais adequadas aos que aprenderam menos, assegurando competências básicas de maneira a evitar demais fatores como reprovação ou abandono escolar.

A teoria aqui apresentada, a princípio vai na contramão da realidade encontrada na pesquisa. Torna-se necessária, na escola campo, uma ação empenhada da gestão no tocante à organização coletiva para estudo, análise e compreensão dos dados obtidos após as avaliações externas. Referente ao uso dos resultados pelos professores, caberá à gestão organizar capacitações e momentos de formação continuada a fim de promover efetivos critérios no planejamento, que possam ser postos em prática pela equipe pedagógica, culminando em ações profícuas de melhoria no desempenho dos estudantes.

Na seção seguinte serão apresentados os procedimentos metodológicos de pesquisa utilizada.

3.3 PROCEDIMENTOS S METODOLÓGICOS

À luz de autores referenciados anteriormente e dos dados que obtidos por meio de entrevista semiestruturada aplicada à Especialista e Vice-diretor da escola e questionários aplicados aos professores, especialmente das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, pertencentes aos sistemas de avaliação externa, irei discorrer sobre o detalhamento da atuação desses sujeitos no processo de apropriação e utilização dos resultados das avaliações externas, especificamente ao que se refere às avaliações do PROEB.

Tal pesquisa possui a abordagem qualitativa como opção metodológica e se trata de um estudo de caso.

Conforme citado em Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. Além disso “[...] o estudo de caso, assim como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados.” (YIN, 2001, p.35).

Para Fonseca (2002), o estudo de caso pode ser caracterizado como o estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição ou um sistema educativo, por exemplo, visando conhecer, em profundidade, uma determinada situação. É uma investigação

que “[...] se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos.” (FONSECA, 2002, p. 33).

É importante destacar que:

[...] o caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. [...] O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 20).

A presente seção tem como objetivo explicitar o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, fundamentado principalmente, nos autores Ludke e André (1986) e Yin (2001).

Como explica Ludke e André (1986, p.33), a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, (...) ela desempenha importante papel não apenas nas atividades científicas como em muitas outras atividades humanas.

Para Ludke e André (1986):

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Ainda de acordo com Ludke e André (1986), o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados, pois, as informações que se quer obter, em geral de professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível. É fundamental que o entrevistado esteja bem informado sobre os objetivos da entrevista e de que as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa, respeitando-se sempre o sigilo em relação aos informantes.

Portanto, segundo Ludke e André (1986, p.37), é preciso que ele concorde, “[...] em responder às questões, sabendo, portanto, que algumas notas têm que ser tomadas e até aceitando um ritmo com pausas destinadas a isso.”.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, aprofundando-se na compreensão de um grupo social ou de uma organização, por exemplo. Nessa abordagem, busca-se a “[...] compreensão e

explicação da dinâmica das relações sociais [...]”, e o pesquisador “[...] é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Para Lüdke e André (2018, p. 27), essa metodologia tem um “[...] grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola.”. Diante disso, optamos pela entrevista semiestruturada, “[...] que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.” (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 40).

Os sujeitos da pesquisa foram o Vice-diretor e a Especialista de Educação Básica que compõem a equipe gestora da escola, além dos professores regentes de aulas, incluindo Professores para Ensino e Uso da Biblioteca e Professores da Educação Especial.

A intenção da presente pesquisa foi investigar se ocorre e como ocorre a análise e apropriação dos dados do PROEB, ou seja, como os dados vêm sendo trabalhados, não apenas com os professores de Português e Matemática, mas também com os professores das demais disciplinas, no momento em que as análises são pautadas nos resultados da escola.

Os questionários foram enviados aos professores via formulário do Google. Dos 22 convites realizados, 20 responderam às questões. Já as entrevistas aplicadas ao Vice-diretor e à Especialista, foram realizadas no período de março de 2020, via aplicativo de mensagens, o *Whatsapp*, por meio de gravação de áudios. Os instrumentos utilizados, questionários e entrevistas, foram realizados por meios virtuais devido ao isolamento social imposto a todos nós, em função da Pandemia do Corona Vírus que assolou todo o mundo, forçando-nos à nova rotina e adaptações no dia-a-dia.

Encontra-se nos apêndices desta dissertação os roteiros utilizados nas entrevistas e questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa especificados acima.

O Vice-diretor, no cargo há 4 anos, é professor efetivo de Geografia e atua na escola desde 2013. Já a Especialista, no cargo há 5 anos, é licenciada também em Língua Portuguesa e atua na rede estadual de ensino desde 2000.

Dos professores que responderam aos questionários, encontraremos efetivos e designados, todos pertencentes à rede estadual de ensino, com mínimo 2 anos de experiência.

Encontra-se na seção abaixo a análise de dados referentes à pesquisa realizada.

3.4. ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, serão apresentadas as análises dos dados coletados a partir das entrevistas¹¹. Para tanto, abordarei aspectos relacionados à escola campo da pesquisa tais como: conhecimento e divulgação da avaliação externa SIMAVE/PROEB; apropriação dos dados e gestão dos resultados pela equipe gestora e responsabilização. Pretendeu-se perceber como é a divulgação dos resultados, como é realizada a preparação dos alunos para a prova, se ocorrem capacitações à equipe gestora e aos professores. E finalmente, identificar, segundo o ponto de vista dos entrevistados, de quem é a responsabilidade no tocante às diversas ações inerentes aos dados e resultados do PROEB.

Na subseção a seguir, serão apresentadas as compreensões dos sujeitos pesquisados acerca da avaliação externa e sua divulgação na escola.

3.4.1 Avaliação Externa na escola: o olhar dos atores envolvidos

Para conhecer as percepções dos atores envolvidos na pesquisa, primeiramente foram apresentadas questões relacionadas ao SIMAVE, sistema de avaliação externa, aplicado anualmente aos alunos da escola através do PROEB.

O Vice-diretor demonstrou ter noção da importância da avaliação, porém, destaca que particularmente nunca acessou o sistema propriamente dito para conhecimento dos resultados, fato evidenciado em sua fala “[...] dentro da minha rotina, esses dados mesmo, realmente só os vejo quando tem uma reunião que eu participo.” (VICE-DIRETOR. Entrevista realizada em abril de 2020).

Enquanto isso, a Especialista de Educação Básica destaca que, em relação às avaliações externas, nem sempre os professores fazem a análise cuidadosa dos descritores e habilidades não consolidadas pelos alunos, embora relate entrar em contato com a equipe e solicitar a revisão e criação de um plano de intervenção para sanar as dificuldades dos alunos. Descreve em seu relato: “[...] então eu oriento, peço para que seja atendido esse pedido, para a gente realmente cuidar daquilo que ainda não foi aprendido e ou ensinado aos nossos alunos.” (ESPECIALISTA. Entrevista realizada em abril de 2020).

¹¹ Entrevistas realizadas em 2020 no período da Pandemia Covid-19. Momento ímpar vivenciado pelo mundo todo.

A partir do exposto podemos perceber que os sujeitos acima mencionados não compreendem o uso dos dados tal qual apontado por Machado (2012).

Utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los, não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos (MACHADO, 2012, p. 10).

Na mesma linha de raciocínio, Luck (2009) chama a atenção para o fato de que a gestão pedagógica deve estar voltada para alcançar o equilíbrio de construir a unidade do trabalho educacional, contemplando, contudo, a diversidade e a peculiaridade de cada escola.

Ao questionar à Especialista, quanto ao acesso sistemático aos boletins de resultados do PROEB, ela menciona que devido à sobrecarga burocrática de trabalho, não o faz com a frequência desejada. Esse fato fica claramente evidenciado na argumentação apresentada por ela, “confesso que o tempo está escasso, além do SIMADE e outras plataformas que nós temos que rotineiramente acessar e outras demandas que a secretaria nos impõe, confesso que não tenho feito com tanta frequência”. (ESPECIALISTA. Entrevista realizada em abril de 2020).

Em relação a esta colocação, trago à reflexão os principais desafios impostos à apropriação e gestão dos resultados, quando Machado (2012), menciona a perspectiva reflexiva sobre as práticas de gestão escolar desenvolvidas, uma vez que tradicionalmente conviveu-se por décadas com um padrão burocrático e verticalizado de gestão, com pouco ou nenhum espaço para análise e discussão dos resultados, tampouco para proposições, por parte dos sujeitos do processo educativo.

A despeito das observações dos entrevistados em relação às mudanças na prática pedagógica dos professores, mediante aos resultados da escola no PROEB, ambos foram unânimes em relatar que, de modo geral, todos estão preocupados apenas em ministrar as aulas, cumprir com o planejamento. Poucos se preocupam em inovar as metodologias a fim de promover melhoria nos resultados dos alunos e efetiva aprendizagem.

Ainda discutindo esta questão, a Especialista destaca a rotatividade de professores designados e lamenta a situação, enfatizando que,

[...] a dinâmica de troca de professores, a cada ano, nas designações, não permite um trabalho mais sistemático, mais dinâmico, mais contínuo com as turmas. Às vezes o que algum professor começou no ano e gostaria de terminar, dar continuidade no outro, é inviabilizado pela troca de docentes, torna-se impossível a continuidade de um trabalho eficaz. (ESPECIALISTA. Entrevista realizada em abril de 2020).

Sob esta óptica, quando nos referimos à apropriação de dados dos resultados das avaliações, trazemos à reflexão o que Marques (2017) nos afirma:

A avaliação somente terá utilidade para os professores se esses receberem, em tempo hábil, as informações e subsídios que os ajudem a orientar suas práticas pedagógicas. Por esse motivo, é importante verificar como a apropriação de resultados é realizada e quais são as estratégias utilizadas pelo gestor para disseminar as informações. (MARQUES, 2017, p. 94).

A opinião acima, apontada pela Especialista, reforça a afirmação de Marques (2017), no sentido em que todos os professores devem ter acesso às informações necessárias de todo o processo referente às avaliações externas. É de suma importância, que todos os atores do processo, quer sejam professores e/ou especialistas e equipe gestora, estejam de fato engajados e envolvidos da divulgação, recebimento e análise dos resultados. Só assim, haverá possivelmente, uma melhoria na aprendizagem dos estudantes.

No âmbito da gestão, Machado (2012) afirma que:

[...] os resultados quando apropriados pelo diretor e pelo coordenador da escola podem contribuir para a reflexão de todas as áreas de atuação da gestão escolar, mas devem, principalmente, servir à análise sobre a efetiva condução da escola na realização da sua função social na sociedade democrática que deve garantir o ensino-aprendizagem para todos os alunos. (MACHADO, 2012, p. 74).

De acordo com Machado (2012, p. 7), “[...] usar os resultados das avaliações é colocar os dados obtidos no alicerce da construção de novas oportunidades de ensinar todos os alunos.”.

Para Kistemann Jr. e Sousa (2018, p. 126), a apropriação desses resultados auxilia “[...]no alcance de um dos objetivos centrais da escola, qual seja o de assegurar que as crianças, adolescentes, jovens e adultos efetivamente aprendam de forma significativa os conteúdos ensinados.”.

Bonamino (2012) reforça que a partir dos dados dos resultados das avaliações externas, é possível identificar quais as maiores dificuldades dos alunos nas avaliações para, posteriormente, pensar estratégias educacionais voltadas para a superação dessas fragilidades.

Coadunamos com Vianna (2009), no sentido de que, a utilização dos resultados das avaliações em larga escala, pelos professores, nos planejamentos escolares são a base para a definição de estratégias a serem implementadas pela escola na busca dos avanços necessários na melhoria da qualidade da educação.

Em um segundo movimento de pesquisa foram aplicados aos professores um questionário a fim de levantar dados sobre a formação escolar, tempo de atuação na área da educação, bem como coletar informações sobre o conhecimento do SIMAVE/PROEB realizado na rede estadual de ensino e na escola campo de atuação destes atores.

Dos 20 professores participantes, 14 atuam na área há mais de 10 anos, 4 deles, de 5 a 10 anos e 2 deles há menos de 5 anos. Todos são habilitados em área específica que atuam e 04 possuem pós-graduação. Todos disseram conhecer o SIMAVE.

As questões apresentadas se referem aos últimos quatro anos trabalhados na escola, a contar de 2016.

No questionário foi colocado para os professores qual seria o grau de concordância deles em relação ao esclarecimento da composição do Simave pelas instâncias da SEE, SRE e Escola. E, em torno de 90%, disseram que as três fizeram uma apresentação do Sistema Mineiro de Avaliação.

Ao serem levados a refletir se o SIMAVE/PROEB avalia o trabalho docente, 75% deles confirmaram que sim, e também concordaram que o SIMAVE proporciona um diagnóstico da educação ofertada aos alunos.

No âmbito da formação continuada, o vice-diretor aponta a necessidade de a escola fomentar uma cultura de apropriação dos resultados, promovendo a formação continuada de todos os professores. Destaca que os professores até reconhecem o valor das avaliações, “[...] só que eles não têm informação para trabalhar em cima disso.” (VICE-DIRETOR. Entrevista realizada em abril de 2020).

Entende-se por capacitação o ato ou efeito de habilitar; de tornar uma pessoa capaz, possuidora de faculdades, potencial e habilidades para estar em estado de compreender e desenvolver uma determinada atividade. Não se confunde com treinamento. Nesse, o processo de ensino-aprendizagem é tomado na perspectiva de instruir, de transmitir conhecimentos e informações, de acostumar o trabalhador às tarefas que deverá assumir no seu trabalho, ou seja, de habituar, disciplinar e até de adestramento (PACHECO, 2012).

Para Silva (2013) a formação continuada de professores é um conjunto de atividades organizadas e desenvolvidas pela equipe gestora a partir dos resultados da avaliação externa nos horários de trabalho coletivo dos docentes nas próprias escolas.

Nota-se que, com a implantação e o aprimoramento da formação continuada na escola, as avaliações certamente ocuparão destaque na rotina pedagógica e poderão levar à melhoria do desempenho dos estudantes. No entanto, torna-se fundamental a participação coletiva da equipe, a fim de que as mudanças sejam alcançadas.

Segundo Imbernón (2010) a formação continuada de professores, mais do que atualizá-los, deve ser capaz de criar espaços de formação, pesquisa e inovação. “Na formação deve-se trabalhar com os professores e não sobre eles.” (IMBERNÓN, 2010, p.28).

Considerando-se tal necessidade, caberá ao gestor escolar, no exercício de sua liderança pedagógica, “[...] promover ações de formação continuada, em situações de trabalho com foco no desenvolvimento de competências pedagógicas [...]” (LÜCK, 2009, p. 102) visando à melhoria da aprendizagem dos alunos.

No que tange à reflexão teórica elencada acima, será proposto no plano de Ação Educacional, momentos de formação e capacitação organizados pelo gestor para que a prática pedagógica seja organizada em função da aprendizagem dos estudantes.

Diante do exposto, espera-se do gestor a incumbência de criar condições que visem o aperfeiçoamento dos conhecimentos. Para tal, torna-se imprescindível que ele seja capacitado, ou seja, receba formação específica destinada a melhorar a sua atuação como agente transformador na gestão pedagógica, no que diz respeito à apropriação de resultados e sua utilização na rotina escolar.

Luck (2009) defende que:

O trabalho de gestão escolar exige, pois, o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes. A sua diversidade é um desafio para os gestores. Dada, de um lado, essa multiplicidade de competências, e de outro, a dinâmica constante das situações, que impõe novos desdobramentos e novos desafios ao gestor, não se pode deixar de considerar como fundamental para a formação de gestores, um processo de formação continuada, em serviço, além de programas especiais e concentrada sobre temas específicos. (LUCK, 2009, p. 25).

Nesse cenário, a atuação do gestor se torna essencial para promover e incentivar na rotina escolar a cultura da análise e apropriação dos resultados das avaliações externas. Tal prática tende a melhorar a atuação docente e conseqüentemente a promover a aprendizagem dos estudantes, que se espera, sejam refletidas nos resultados da instituição.

Na próxima subseção, serão apresentadas as percepções sobre a apropriação de resultados na escola campo de pesquisa.

3.4.2 Respondendo à pergunta do caso de gestão “ se ocorre e como ocorre a apropriação dos resultados do PROEB na Escola Estadual Fernando Melo Viana”

Em relação às ações desenvolvidas pela escola quanto à utilização dos resultados das avaliações do PROEB, Vice-diretor e Especialista tiveram o mesmo posicionamento.

O vice-diretor destaca que há orientação por parte da supervisão, para que os professores analisem e utilizem os resultados das avaliações na prática e no planejamento das aulas.

Segundo a Especialista, os professores relatam acessar os boletins pedagógicos do PROEB para analisar os resultados dos estudantes. Destaca que há aqueles mais comprometidos e dedicados que fazem até tabela analisando o resultado individual e coletivo. Porém, essa ação ainda é falha pelo fato de não ser aderida por todo grupo.

Confirmando o parecer da Especialista, quando se refere que não são todos os professores que acessam os resultados, de acordo com a pesquisa realizada junto aos professores, por meio do questionário, apenas 65% deles, relataram utilizar materiais de apoio presentes em boletins pedagógicos do SIMAVE/PROEB.

A Especialista destaca que quando estão de posse dos resultados, que chegam tardiamente à escola, há execução de algumas ações, embora não sistemáticas, de análise dos dados. Relata preocupação diante do fato de a escola não mais poder ajudar os alunos dos 3º anos do Ensino Médio, uma vez que, já saíram. “Por exemplo, o aluno que está no terceiro ano já foi, então não tem como fazer mais nada por eles.” (ESPECIALISTA. Entrevista realizada em abril de 2020).

Com relação a isso, Menezes (2019) ressalta a opinião de Machado (2012, p.77) esclarecendo que, diante dos resultados obtidos pela escola, gestores e professores devem refletir sobre os possíveis fatores que explicam o desempenho dos alunos, em um movimento de “[...] interpretação pretérita. Não há mais condições de ensinar o que os alunos não aprenderam, porque eles, em muitos casos, não são mais alunos da escola, mas é possível reconsiderar procedimentos, rever métodos e alterar projetos.”.

Menciona que já houve, em anos anteriores, práticas de montagem de aulões de Português e Matemática em que os professores elaboravam ou selecionavam questões pertinentes à cada habilidade ou descritor defasado e aplicavam as aulas aos alunos.

Dos professores pesquisados, boa parte (em torno de 75%), concorda que existe uma cobrança maior sobre os professores de Português e Matemática nos resultados do SIMAVE/PROEB.

A fala da Especialista e a da maioria dos professores reforça e coaduna com Marques (2017),

A responsabilidade dos resultados recai sobre os professores das disciplinas avaliadas, fato que aponta para a necessidade de ações voltadas para o envolvimento dos diferentes atores do processo educacional escolar, para que esses possam ver o processo de apropriação como uma prática útil e assim possam realizar intervenções e melhorar a qualidade da educação. (MARQUES, 2017, p. 133).

Quanto às ações de incentivo a participação dos alunos na avaliação, a Especialista, relata haver muita sensibilização em relação a esse momento de grande importância. Costuma dizer, como forma de incentivar ao aluno, que “[...] o resultado da prova é identidade do aluno.” (ESPECIALISTA. Entrevista realizada em abril de 2020).

Diante disso é realizada uma campanha de divulgação e incentivo à importância da participação de todos. “Incentivamos, damos lanche antes da realização das provas, depois elogiamos e parabenizamos, com a entrega de uma mensagem individual de agradecimento pela participação.” (ESPECIALISTA. Entrevista realizada em abril de 2020).

Na pesquisa, 85% dos professores afirmaram que os resultados das avaliações do SIMAVE/PROEB obtidos pela escola são discutidos pela equipe diretiva (diretor, vice-diretor e especialista) com os professores. Disseram utilizar os resultados do SIMAVE/PROEB para (re) pensar o planejamento e mudar as estratégias de ensino para as suas aulas.

Para Marques (2017), “[...] os resultados das avaliações em larga escala, quando interpretados e apropriados de forma reflexiva, se tornam instrumentos de gestão e permitem repensar a escola em todas as suas dimensões.” (MARQUES, 2017, p.127).

Nesta perspectiva, os professores foram questionados sobre a análise dos resultados do SIMAVE/PROEB, se eles, contribuem para pensar a prática pedagógica. A maioria (75%) deles concorda que sim e os mesmos professores relatam utilizar os resultados presentes nos boletins pedagógicos para pensar novas estratégias de ensino. Relataram compreender a média da proficiência obtida pela escola e indicaram que os resultados do SIMAVE/PROEB são debatidos entre os professores, inclusive envolvendo os responsáveis por disciplinas não avaliadas.

Com base na análise apresentada ao longo dessa seção, concluímos que a equipe tem uma percepção do SIMAE/PROEB, porém, não agem coletivamente na preparação dos alunos para a prova. A responsabilidade maior é posta para os professores de Língua Portuguesa e Matemática e os demais são meros expectadores de todo o processo.

Percebe-se que não há um acompanhamento efetivo das intervenções pedagógicas planejadas, talvez pelo fato de a escola ter apenas uma especialista responsável pelos dois turnos, de modo ser necessário estabelecer metas e monitoramento das ações.

Nota-se também, em descrição anterior encontrada no capítulo 1, que a escola desenvolve uma rotina de reuniões semanais de planejamento, contudo, o trabalho com os professores não foi realizado com os dados das avaliações do PROEB.

Sendo assim, o processo de apropriação dos resultados, realizado na escola campo de pesquisa: divulgação dos resultados em reunião, solicitação aos professores para que acessem e analisem os dados, ações de incentivo a participação dos alunos, desinteresse por parte de alguns professores na utilização dos resultados, são incipientes e reiteram a necessidade de ações mais efetivas que possibilitem ao grupo a reflexão e discussão. Ações que serão propostas no PAE no quarto capítulo desta dissertação.

3.4.3 O Papel do Professor e Responsabilização

Dando sequência ao estudo das ações da escola referentes ao uso dos dados e dinâmica de todo o processo das avaliações do SIMAVE/PROEB, Vice-diretor e Especialista foram questionados sobre a responsabilização quanto à divulgação, análise, apropriação e uso dos resultados dos alunos na prática docente.

Para o vice-diretor, definir um responsável é complexo. No entanto, chama a responsabilidade para a Secretaria Estadual de Educação e Superintendência Regional de Ensino, para que definam plano específico de atribuições responsabilizando Especialistas Pedagógicos e Professores, já que estes estão na ponta do processo.

Na visão da Especialista de Educação, a tarefa de analisar e utilizar os resultados para a melhoria da aprendizagem, deve ser do professor, ator que está ali na gestão da sala de aula, que domina o conteúdo, assessorado e apoiado pela Supervisão Pedagógica.

[...] sem dúvida, essa principal tarefa é a do professor que está ali na sala de aula. Lógico que sobre supervisão da especialista, mas desde que ele é detentor daquele cargo, daquele componente curricular, a responsabilidade é dele, o resultado é dele. (ESPECIALISTA. Entrevista realizada em abril de 2020).

Segundo Santos e Varela (2007) faz parte do trabalho do professor verificar e julgar o rendimento dos alunos, analisando os resultados da avaliação, que está sempre presente na sala de aula e faz parte da rotina escolar. Dessa forma, os agentes escolares têm a possibilidade de

aprimorarem suas técnicas de ensino, dando significado às habilidades/competências ensinadas na sala de aula.

No que tange à visão dos autores indicados na revisão bibliográfica, destaco abaixo seus pontos de vista sobre a responsabilização da gestão dos dados, bem como reforçam qual o papel do professor diante da pauta avaliação externa e apropriação de resultados.

Machado (2016) elenca que, para a realização de um trabalho colaborativo, o gestor precisa ter conhecimento profícuo dos resultados educacionais da sua escola. Só assim poderá conduzir a comunidade escolar no processo de apropriação e busca da melhoria educacional. Assim, percebe-se a necessidade de formação específica em apropriação e uso dos resultados para os gestores, “[...] a fim de que eles possam orientar melhor a comunidade escolar a utilizar os resultados como uma ferramenta de melhoria no processo de ensino e aprendizagem.” (MACHADO, 2016, p. 221).

Para Lück (2009), “[...] realizar gestão de resultados representa, efetivamente, o interesse específico da gestão na aprendizagem dos alunos.” (LÜCK, 2009, p. 56).

Segundo Machado (2016), o gestor escolar assume um papel fundamental no processo de apropriação dos resultados das avaliações externas, pois é ele quem articula as ações educativas dentro da instituição, é ele quem tem o papel de proporcionar momentos e espaços de diálogo, articulando o trabalho dos servidores com vistas a atender às peculiaridades da escola (MACHADO, 2016).

Machado (2012) reforça que:

[...] os resultados quando apropriados pelo diretor e pelo coordenador da escola podem contribuir para a reflexão de todas as áreas de atuação da gestão escolar, mas devem, principalmente, servir à análise sobre a efetiva condução da escola na realização da sua função social na sociedade democrática que deve garantir o ensino-aprendizagem para todos os alunos. (MACHADO, 2012, p.74).

Sob o ponto de vista dos professores, por meio dos questionários aplicados, 80% deles, concordam que existe uma cobrança maior sobre os professores de Português e Matemática nos resultados do SIMAVE/PROEB.

Confirmando o que reforça Marques (2017):

[...] a responsabilidade dos resultados recai sobre os professores das disciplinas avaliadas, fato que aponta para a necessidade de ações voltadas para o envolvimento dos diferentes atores do processo educacional escolar, para que possam ver o processo de apropriação como uma prática útil e assim

possam realizar intervenções e melhorar a qualidade da educação (MARQUES, 2017, p. 133).

Segundo Lück (2009),

[...] faz-se necessário que os resultados dessas avaliações cheguem, de forma, oportuna e acessível, a alunos, pais, educadores, políticos e empresários. Dessa forma, torna-se possível analisar os dados e promover mudanças importantes na educação, com a formulação de políticas públicas e estratégias focadas no aperfeiçoamento do ensino na sala de aula. (LÜCK, 2009, p. 7).

De acordo com Brooke (2012), para melhorar os índices alcançados pelas escolas, é preciso, primeiro, estipular o que cada aluno deve aprender em cada etapa ou ano de escolaridade, em termos de habilidades e competências, em padrões de desempenho e em níveis de proficiência mínima e, ao fazê-lo, aumentar o grau de expectativas e exigências. Num segundo momento, criar instrumentos significativos para avaliar, de tal forma que o desempenho atingido pelos alunos possa ser mensurado em todos os componentes curriculares oferecidos pelos seus sistemas de ensino.

Bonamino e Sousa (2012, p. 386) alertam para o risco de as políticas de responsabilização advindas das avaliações externas, considerando-se a pressão por bons resultados, “[...] exacerbarem a preocupação de diretores e professores em preparar seus alunos para os testes, levando a um estreitamento do currículo escolar.”. Entretanto, as autoras falam do potencial dessas avaliações em propiciar uma discussão qualificada sobre currículo na escola, partindo-se das habilidades fundamentais de Português e Matemática, que ainda não são garantidas aos estudantes, as quais podem ser verificadas por meio dos boletins pedagógicos e relatórios de resultados dos testes padronizados. Sobre isso, Machado e Alavarse (2014, p. 416) destacam que “[...] os conteúdos das avaliações externas, desempenho em leitura e resolução de problemas, não resumem a qualidade da escola, porém, esses itens não são alheios ao processo escolar que se pretenda de qualidade.”.

Em vista disso, Brooke e Cunha (2011, p. 30) declaram que os sistemas de avaliação “[...] têm como objetivo explícito fornecer *feedback* aos professores de sala de aula e ajudar na busca de soluções para superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.”. Nesse contexto, a gestão pedagógica da escola precisa lidar com a utilização dos resultados dessas avaliações, em benefício da aprendizagem dos estudantes. Embora haja o entendimento de que o uso das avaliações possa contribuir para a melhoria da qualidade da educação, Blasis (2013) ressalta

que as informações produzidas pelas avaliações externas ainda não são suficientemente exploradas por gestores e professores.

De acordo com Dubet (2008, p. 10), uma escola justa “[...] não pode se limitar a selecionar os que têm mais mérito, ela deve também se preocupar com a sorte dos vencidos.”. Ou seja, é preciso dar maior atenção aos alunos que sabem menos, oferecendo mais recursos àqueles que possuem dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, a equidade se configura como elemento primordial para a construção de uma escola justa, pois é imprescindível “[...] garantir a cada um, isto é, ao mais fraco dos alunos, os conhecimentos e as competências a que ele tem direito”. (DUBET, 2008, p. 13).

Para Lemov (2011):

[...] geralmente, os professores são melhores em verificar a compreensão dos alunos do que em agir sobre seus erros, então é imperativo não apenas agir, mas agir imediatamente. Quanto mais curta a distância entre o reconhecimento de uma falha na compreensão do aluno e a intervenção para constatar o problema, mais provável será a eficiência da intervenção [...] (LEMOV, 2011, p. 122).

Por fim, Machado (2012) argumenta que a escola deve assumir, também, a responsabilidade pela socialização das discussões sobre a análise dos resultados das avaliações externas nas reuniões escolares, encontros de capacitação e formação continuada, objetivando que os professores possam refletir sobre a influência destes resultados no desempenho acadêmico dos alunos, ressaltando ainda que as discussões ultrapassem o limiar das médias e índices que a escola atingiu e cheguem na reflexão do desempenho dos alunos.

3.4.4 Considerações sobre a pesquisa

A expressão “fragilidade”, utilizada no Quadro 3, representa as dificuldades encontradas pela equipe diante da dinâmica e rotina escolar. Foi proposta por mim e indicada para pontuar as deficiências da escola durante as discussões referentes ao Programa Itinerários Avaliativos 2019.

Quadro 3 - Achados da pesquisa

(continua)

Eixo de análise	Principais achados da pesquisa
1. Avaliação externa SIMAVE/PROEB Conhecimento e divulgação sobre as avaliações externas na escola. (Avaliação Externa na escola: o olhar dos atores envolvidos)	Os professores da escola conhecem o SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação e concordam que houve uma apresentação prévia das composições das avaliações pela SEE / SRE / Gestão da escola. Para eles o sistema avalia o trabalho docente e proporciona a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos. O Vice-diretor relata ter pouco acesso ao SIMAVE, e a Especialista relata que os professores nem sempre fazem aquela análise cuidadosa dos descritores e habilidades que ainda não foram consolidadas. <u>(FRAGILIDADE: necessário envolvimento coletivo)</u> A escola conta com apenas uma Especialista para atender dois turnos, fator que dificulta um monitoramento mais sistemático das ações e do trabalho dos professores. <u>(FRAGILIDADE: é preciso se adaptar à realidade)</u> Há momentos de sensibilização e valorização dos alunos para a presença e participação nas avaliações.
2. Apropriação dos Resultados na escola. (Respondendo à pergunta do caso de gestão “ se ocorre e como ocorre a apropriação dos resultados do PROEB na escola estadual Fernando Melo Viana”).	Os professores concordam que a análise dos resultados do SIMAVE/PROEB, contribui para pensar práticas pedagógicas e estratégias de gestão na escola. Afirmam que os resultados das avaliações são discutidos pela equipe diretiva (diretor, vice-diretor e especialista) com os professores, inclusive envolvendo os responsáveis por disciplinas não avaliadas, porém, poucos deles utilizam os resultados para (re)pensar o planejamento e mudar as estratégias de ensino para as aulas. <u>(FRAGILIDADE: todos devem utilizar os dados)</u> Os resultados das avaliações são repassados à Especialista pela Direção da escola, e esta, os repassa para os professores após análise com a analista da SRE. A Especialista destaca que existem aqueles professores, mais comprometidos e dedicados, que fazem até tabela com análise individual de alunos. <u>(FRAGILIDADE: o ideal seria envolver todos)</u> Para o Vice-diretor, há orientação por parte da Supervisão, para que os professores analisem e utilizem os resultados das avaliações na prática e no planejamento das aulas. Já tiveram práticas de montagem de aulões de Português e Matemática em que os professores elaboravam ou selecionavam questões pertinentes à cada habilidade ou descritor defasado e aplicavam as aulas aos alunos. Em sua visão, os professores estão preocupados em ministrar sua aula e sair. Poucos procuram por novas metodologias e melhorias no aprendizado dos alunos. Relata que os professores parecem reconhecer a importância das avaliações, só não as colocam em prática, talvez devido à falta de informações e capacitação para se trabalhar diretamente com análise e resultados no seu dia-a-dia. <u>(FRAGILIDADE: sensibilizar o professor sobre a importância do seu papel; sistematizar a prática dos aulões; capacitar professores e equipe gestora).</u> O Vice-diretor sugere um trabalho em conjunto com todos os professores para envolver os alunos. Já a Especialista critica a rotatividade dos professores, que na sua opinião, impede a continuidade de ações efetivas e sistemáticas para a melhoria dos resultados. <u>(FRAGILIDADE: criar rotina de apropriação de resultados e prática de implementação de ações que se aplique ao dia-a-dia da escola independente da rotatividade do quadro de professores)</u>

Quadro 3 - Achados da pesquisa

Eixo de análise	Principais achados da pesquisa (conclusão)
3. Responsabilização (O Papel do Professor e Responsabilização.)	Há uma cobrança maior sobre os professores de Português e Matemática nos resultados do SIMAVE/PROEB. (<u>FRAGILIDADE: envolver todos os professores</u>). O Vice-diretor relata que a responsabilidade deve ser da SEE, SRE e da parte pedagógica da escola, que deverá orientar o grupo de professores que estão na ponta do processo. E a Especialista, aponta a responsabilidade para o professor, por ser ele o agente que está na sala de aula, detentor do conteúdo. (<u>FRAGILIDADE: a responsabilidade deve ser de todos os atores</u>) A Especialista critica as políticas públicas de acessibilidade ao ensino, que em sua opinião, atrapalham demais na busca dos melhores resultados. A questão de poder acelerar os estudos, a questão da progressão parcial e a não reprovação, são fatores relevantes nos resultados. (<u>FRAGILIDADE: sensibilizar professores e alunos quanto à importância do ensinar e aprender; buscar o lado bom das políticas</u>)
Observações extras: Formação dos professores	Todos os professores da escola são habilitados na área que atuam. Apenas 4 (dos 20) possuem pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O caso de gestão investigado procurou discutir se ocorre e como ocorre a análise e apropriação dos dados e resultados nas avaliações do SIMAVE/PROEB na escola campo da pesquisa.

Após analisar e refletir sobre os pontos de vista dos professores, por meio dos questionários, do Vice-diretor e da Especialista de Educação, mediante as entrevistas semiestruturadas, foi possível concluir que a equipe gestora e pedagógica desenvolvem uma dinâmica de conscientização dos professores quanto à relevância das avaliações externas, porém, percebe-se que as ações propositivas parecem ser incipientes tornando-se necessário que haja um maior engajamento e comprometimento de todos em função da causa.

É possível indicar, diante das dificuldades encontradas no processo de apropriação, a necessidade de um maior aprofundamento sobre o sistema de avaliação externa em si, seus elementos e objetivos, necessidade de interação entre equipe gestora e pedagógica na divisão das responsabilidades, necessidade de formação e capacitação dos professores para tratar do seu verdadeiro papel enquanto ator direto em todo o processo avaliativo.

Após a realização dos questionários foi possível perceber que os professores desconhecem dados ou não valorizam o processo de avaliação. Como reforça Machado (2012), os dados coletados são ferramentas indispensáveis para a educação, mas, também adverte que eles “[...] só fazem sentido quando desencadeiam as outras etapas necessárias para a efetivação da avaliação externa: a interpretação dos dados e o uso dos resultados no trabalho das escolas.” (MACHADO 2012, p. 73).

Referindo-nos ao uso dos resultados das avaliações externas, ficou evidenciado que existe um trabalho, embora sutil, desenvolvido na escola. Em determinado período do ano, os professores de Língua Portuguesa e Matemática, juntamente com a equipe pedagógica, promovem ações a fim de melhorar a aprendizagem dos alunos.

Diante do exposto, pontua-se a inevitável necessidade de reorganização sistemática das ações da gestão, equipe pedagógica e professores no que tange ao processo de análise, divulgação e apropriação dos resultados, a fim de compreender seus significados, sua razão de acontecer e a importância da construção da coletiva para garantir sucesso no trabalho docente.

Nesse contexto, o Plano de Ação Educacional que será proposto deverá nortear caminhos para que gestor e professores, interpretem e reflitam sobre os dados e os utilizem como ferramentas propulsoras na melhoria da aprendizagem.

No capítulo seguinte será apresentado o PAE, cuja finalidade é levar aos atores da escola à forma de ‘como se apropriar e compreender dos resultados do PROEB’, e implantar uma cultura de prática contínua de implantação de ações de apropriação e uso dos resultados na

rotina escolar, visando integração da equipe e maior possibilidade de sucesso do trabalho docente.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

No decorrer do estudo, descrevemos sucintamente como a Escola Estadual Fernando Melo Viana gerencia a apropriação dos resultados do SIMAVE/PROEB, junto à equipe gestora, pedagógica e de professores. Foram apresentadas as percepções dos atores envolvidos no processo em relação ao conhecimento sobre o Simave, reflexões de como a Especialista lida com os resultados frente aos professores, e como eles trabalham com os dados em sua prática pedagógica e, ainda, foram expostas algumas tímidas ações que buscam incentivar aos alunos a participarem da avaliação, aos professores, especialmente das disciplinas envolvidas, a se organizarem propondo estratégias para melhorar o desempenho dos estudantes ao final dos resultados.

No segundo capítulo, realizamos uma pesquisa de campo a fim de coletar dados sobre o Sistema de Avaliação SIMAVE/PROEB, junto ao Vice-diretor, à Especialista e ao grupo de professores atuantes na escola, incluindo os regentes de aulas, professores para uso da biblioteca, sala de recursos e os da educação especial¹².

Concluimos que a escola precisa promover ações específicas e coletivas para promoverem a cultura da apropriação de resultados na sua prática pedagógica. Torna-se necessário planejamento conjunto de ações e interação entre a equipe gestora e pedagógica visando buscar estratégias que norteiem e valorizem as boas práticas, levando à melhoria do processo de ensino aprendizagem que possivelmente refletirão nos resultados nas avaliações.

Neste quarto capítulo, será apresentado um PAE. As propostas para o PAE, sugeridas a partir dos resultados da pesquisa realizada com os atores envolvidos no processo de avaliação já mencionados, serão divididas em três ações: i) Formação Continuada para toda a equipe sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação – SIMAVE/PROEB; ii) Capacitação sobre como se apropriar dos resultados do PROEB e inserir novas práticas na sala de aula; iii) Responsabilização de cada ator no processo da avaliação externa; iv) Monitoramento e Avaliação do Plano de Ação Educacional.

O Plano de Ação Educacional apresentado na sequência foi elaborado utilizando a ferramenta 5W 2H, que se trata de um modelo gerencial. Envolve as seguintes perguntas: What (o que será feito?); Why (Por que será feito?); Where (Onde será feito?); When (Quando será

¹² Professores que atendem alunos portadores de necessidades especiais. Em Minas Gerais são chamados de Professores de Apoio à Comunicação, Linguagens e Tecnologias Assistivas (ACLTA).

feito?); Who (Por quem será feito?); How (Como será feito?) e How much (quanto custará fazer?).

Para facilitar o entendimento da proposta do plano será apresentado no Quadro 4 um resumo das estratégias/ações que visam nortear a sua execução.

Quadro 4 - Plano de Ação Educacional

(continua)

O quê?	Por que?	Onde?	Quando?	Por quem?	Como?	Quanto?
Ação 1/Oficina Formação Continuada para toda a equipe sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação – SIMAVE/PROEB; Temas: - Breve histórico sobre as avaliações externas no âmbito nacional e estadual; - Conhecendo o SIMAVE/PROEB; - PROEB e seus indicadores.	É preciso conhecer os sistemas de avaliação para entender sua finalidade e a quem se destina. Isto é o primeiro passo para que professores compreendam o que é o SIMAVE e seus programas. O segundo passo é entender as especificidades do PROEB e à quem se destina na escola.	Sala de planejamento dos professores.	No início do ano letivo. 1ª semana de planejamento em fevereiro.	Gestor/ Pedagogo/ Professores	Apresentar o tema sugerido através de vídeos, slides, cartazes e outros documentos.	Recursos próprios
Ação 2/Oficina Capacitação sobre como se apropriar dos resultados do PROEB e inserir novas práticas na sala de aula por meio da troca de experiências; Temas: - Responsabilização: equipe gestora (Vice-diretor e Especialista). - Importância da apropriação de resultados; - Análise e Apropriação dos resultados da escola. - Reflexão e troca de experiências.	É fazendo que se aprende. Esta estratégia tem como objetivo capacitar a equipe gestora e o professor para que eles criem a cultura de analisar os resultados e propor ações efetivas na sua prática de sala de aula. Ensinar ao professor como ele deve usar os resultados em seu dia-a-dia, na sua sala de aula.	Sala de planejamento dos professores.	No início do ano letivo. 2ª quinzena de planejamento em fevereiro e 1ª quinzena de março.	Gestor/ Pedagogo/ Professores	Apresentar o tema sugerido através de vídeos, slides, cartazes e outros documentos.	Recursos próprios

Quadro 4 - Plano de Ação Educacional

(conclusão)

O quê?	Por que?	Onde?	Quando?	Por quem?	Como?	Quanto?
Ação 3/Momentos de Estudo e Criação de Plano de Intervenção Responsabilização de cada ator no processo da avaliação externa. Temas - Proposta de ações efetivas a serem implantadas na escola por meio de momentos de estudo e dos Itinerários Avaliativos e Programa Jovem de Futuro.	Diante das fragilidades detectadas e dos desafios que a escola tem que enfrentar, relacionados à apropriação dos dados, esta estratégia visa indicar ações que, se postas em prática pela equipe, tendem a melhorar os resultados dos estudantes	Sala de planejamento dos professores.	No início do ano letivo. 2ª quinzena de março (reuniões de planejamento)	Gestor/ Pedagogo/ Professores	Elaboração do Plano Intervenção Pedagógica, com a participação de todos os professores e equipe gestora com definição de responsabilidades.	Recursos próprios
Ação 4/Monitoramento e Avaliação do Plano de Ação Educacional	Momento coletivo de avaliação e replanejamento	Sala de planejamento dos professores	Ao final do ano escolar.	Gestor/ Pedagogo/ Professores	Elaboração de relatórios para verificar a eficácia das ações propostas.	Recursos próprios

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Diante dos dados coletados, o Plano de Ação será colocado em prática por meio da realização das etapas propostas, considerando a realidade da escola e seus recursos disponíveis a seguir: data-show, papel, tonner, impressora, cartolina, papel pardo, pincel e canetas variadas, computador e internet. Deste modo, o Plano de Ação Educacional não trará dificuldades de implantação, sendo necessário, tão somente, que toda a equipe abrace a causa, organize os trabalhos e coloque as ações em práticas sistemáticas e rotineiras, mudando a realidade da escola.

Na próxima seção serão descritas as ações do PAE.

4.1 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PAE

O PAE proposto é composto por quatro ações sugeridas com base na análise de dados coletados por meio das entrevistas e questionários já mencionados em capítulo anterior.

Foram propostas ações praticáveis pela gestão da escola e sua equipe, cuja finalidade deve culminar em uma cultura efetiva de conhecimento, análise e apropriação dos resultados das avaliações do PROEB.

Ação 1: Oficina de Formação Continuada para toda a equipe sobre o SIMAVE/PROEB

Os temas a serem tratados serão: Breve histórico sobre as avaliações externas no âmbito nacional e estadual; Conhecendo o SIMAVE/PROEB; e PROEB e seus indicadores.

Serão realizadas reuniões de momento de formação para todos os professores, incluindo equipe gestora, composta por Vice-diretor e Especialista. Esta ação se faz necessária para que toda a equipe possa, de fato, compreender a história das avaliações externas e entender a responsabilidade que cada ator deve ter durante o processo. Serão destinadas quatro horas da semana de planejamento para a realização da ação 1.

O gestor, líder da equipe, deverá assumir o protagonismo nesta primeira etapa e mostrar ao grupo que as avaliações externas podem e devem ser utilizadas como ferramentas capazes de transformar suas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, elevar a qualidade de ensino da escola. O material a ser utilizado nas reuniões será produzido e organizado pelo gestor escolar, sendo composto por textos, vídeos e slides disponíveis no site do SIMAVE e outras bibliografias. O gestor enviará o material da formação por e-mail, antes do momento de formação, a fim de que todos estejam inteirados dos temas e possam contribuir com dúvidas e explicações. Ao final deste momento de formação, todos deverão sair com conhecimentos

consistentes sobre o sistema de avaliação e entendendo a importância do seu papel na prática escolar.

Ação 2: Oficina de Capacitação sobre como se apropriar dos resultados do PROEB e inserir novas práticas na sala de aula.

Os temas tratados serão: Responsabilização da equipe gestora, Importância da apropriação de resultados, Análise e Apropriação dos resultados da escola e Troca de experiências. Serão destinadas oito horas das reuniões de planejamento, ou seja, quatro encontros de 2 horas cada para a realização da ação 2.

Para a ação 2, o gestor escolar, irá capacitar o Vice-diretor e Especialista, elencando as responsabilidades de cada um em todo o processo.

Em seguida contará com o apoio da equipe gestora da escola, visto que uma das suas funções é a de liderar e monitorar os resultados, junto à equipe de professores. A ação 2 será dividida em duas etapas.

Logo após à formação continuada sobre os sistemas de avaliação, chega a hora de conhecer os resultados da escola e se apropriar dos dados. A proposta da ação é que após capacitação da equipe gestora, os professores sejam divididos em grupo de quatro integrantes, sendo que um deles, já anteriormente preparado pela equipe gestora, fará a mediação da discussão e reflexão dos resultados da escola. Esta ação não se esgotará na primeira semana de planejamento. A ideia é que esta prática seja implantada na rotina pedagógica, compondo os módulos de planejamento que acontecem semanalmente na escola.

Para a realização da oficina de capacitação, etapa 1, que consistirá na sensibilização da importância de se apropriar dos dados da escola, será elaborado material retirado no Portal do SIMAVE, disponibilizado pelo CAEd. Serão analisados dados como: proficiência média nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, padrão de desempenho dos alunos nos níveis baixo, intermediário, recomendado e avançado; índice de participação da escola; histórico de resultados nos quatro anos anteriores à época da capacitação; percentual de acertos por descritor. Com isso, se espera, que a equipe tenha informações suficientes que subsidiarão a elaboração coletiva do Plano de Intervenção proposto na Ação 3.

Após a realização da discussão e análise dos resultados da escola, cada equipe apresentará um resumo do que foi discutido e elencado na reflexão. O representante da equipe deverá sinalizar as fragilidades e potencialidades identificadas pelo grupo. Todos os pontos apresentados pelas equipes servirão de base para a elaboração do Plano de Intervenção.

Para a etapa 2, troca de experiências, o Gestor e o Especialista deverão ensinar aos professores a utilizarem os dados das avaliações, a fim de repensar a prática da sala de aula, tendo como base o currículo escolar. Aqui o professor será ensinado a usar os resultados das avaliações nas suas aulas.

A Especialista e a Gestora irão liderar as equipes de professores, duas para cada um. De posse dos resultados das avaliações da escola, os professores serão levados a identificar quais descritores e habilidades se apresentam como maior fragilidade para os estudantes. Irão mapear quais alunos apresentam maior dificuldade em cada descritor, das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática.

Após isto, cada equipe irá refletir e discutir questões sobre: Como trabalhamos tal assunto nas aulas? Quais estratégias utilizamos? Como tal assunto foi ensinado? Por qual motivo alguns não aprenderam? Devemos mudar as metodologias? Que caminho podemos seguir para sanar tais dificuldades? Quais novas estratégias deverão ser implantadas? Como trabalhar de forma diferente, de maneira a alcançar a todos os estudantes? Como usar os resultados das avaliações nas aulas?

Nessa etapa 2, poderão discutir também questões entre seus pares, como cada conteúdo foi ensinado, por que tal estratégia utilizada se efetivou ou não, em uma turma e em outra não. Poderão mapear e comparar resultados das turmas e/ou resultados individuais e separar alunos por grupo, a fim de organizar metodologias de reagrupamento de alunos. Dessa maneira ficará mais fácil identificar qual metodologia melhor se aplicará àquele determinado grupo.

O objetivo da etapa 2, da segunda ação, é conduzir o professor a repensar a avaliação como parâmetro da prática pedagógica, via currículo. É um momento de formação e troca de experiências em que os professores e toda a equipe gestora poderão dialogar entre seus pares e proporem novos rumos. Um trabalho que será detalhado no Plano de Intervenção da ação 3. Deverá, portanto, ser implantado e executado ao longo do ano, de forma coletiva.

Abaixo segue um Quadro 5 com cronograma de realização da ação 2.

Quadro 5 - Etapas de realização da Ação 2

Ação 2	Etapa 1	Etapa 2
Oficina de Capacitação Divisão de responsabilidades à equipe gestora. Capacitação para os professores sobre como se apropriar dos resultados do PROEB e inserir novas práticas na sala de aula e Momentos de Estudo.	Professores serão divididos em 4 grupos. Gestor e Especialista irão sensibilizar a equipe quanto a importância de conhecer e se apropriar dos resultados. Todos irão se apropriar e mapear resultados das avaliações do PROEB, por turma, por disciplina e por aluno.	Gestores e Especialista deverão ensinar aos professores a utilizarem os dados das avaliações, a fim de repensar a prática da sala de aula, tendo como base o currículo escolar. Após mapeamento na etapa 1, irão discutir questões elencadas na descrição da ação e pensar propostas que comporão o plano de intervenção da ação 3.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Na sequência é apresentada uma sugestão de quadro para mapeamento dos resultados individuais dos estudantes de cada turma avaliada.

Quadro 6 - Modelo de mapeamento de resultados

Avaliação do PROEB					
Componente Curricular: Língua Portuguesa ou Matemática				Turma:	
Aluno(a)	Desempenho baixo	Desempenho intermediário	Desempenho recomendável	Desempenho avançado	Observações

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Após mapeamento de desempenho de cada turma e/ou aluno e reflexão/discussão de questões acima elencadas, sugere-se o preenchimento do formulário que auxiliará a definição e propostas de ações de intervenção para ação 3.

Quadro 7 - Formulário diagnóstico da turma e componente curricular

Turma/ Componente Curricular	Descritores com maior fragilidade	Possíveis soluções (novas estratégias)	Desafios a serem superados	Observações

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ação 3: Criação de Plano de Intervenção: Responsabilização de cada ator no processo da avaliação externa

A proposta desta ação é que seja oportunizado ao professor momentos de estudo a fim de buscar ideias sobre o que tem sido feito na sua área. Assim como colocar em prática um Plano de Intervenção Pedagógica que será elaborado com base em estudos, discussões e produtos já entregues quando a escola vivenciou os programas que deram voz aos sujeitos e atores de todo o processo: os Itinerários Avaliativos de Minas Gerais e Programa Jovem de Futuro, ambos implantados em 2019, na instituição por meio da Secretaria Estadual de Educação Mineira.

Para o sucesso das ações será necessário o envolvimento coletivo. Realizadas ações 1 e 2, a equipe já terá elementos suficientes para elaboração o Plano de Intervenção. O foco da ação 3, que será dividida em quatro etapas, será o aluno e o processo ensino-aprendizagem. No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que nem todos os atores da escola, compartilham sistematicamente dos dados e informações das avaliações do PROEB. Diante disto, é fundamental, elaborar um Plano de Intervenção, cujas responsabilidades sejam pactuadas com todos e que assumam seu verdadeiro papel na prática pedagógica. Serão necessárias ações que envolvam professores e alunos, divulgadas aos pais, de maneira que eles tenham conhecimento sobre o que a escola propõe para superar as dificuldades dos estudantes.

A etapa 1, da ação 3, será um momento de estudos que levará o professor a investigar, por meio de pesquisas em canais virtuais, o que tem sido feito em sua área de ensino para identificar e sanar as dificuldades dos estudantes. Cada professor, individualmente, irá preencher um formulário elencando possíveis ações à serem realizadas em sua rotina, a fim de superar as fragilidades dos alunos.

Na etapa 2, cada equipe de professores irá propor um conjunto de ações nos seus componentes curriculares a fim de vencer os desafios e fragilidades, aquilo que os professores de Língua Portuguesa e Matemática podem desenvolver por meio da interdisciplinaridade. Haverá uma plenária ao final da reunião e cada representante apresentará as propostas do grupo. Todo o grupo de professores, irá definir junto a equipe gestora, as melhores ações que deverão compor o plano de intervenção com foco nos componentes de Língua Portuguesa a Matemática. Após isto, o plano será fechado e colocado em prática imediatamente após aprovação de todos.

Na etapa 3, serão definidas as ações da etapa 2, que serão elencadas no Plano de Intervenção.

Em seguida, na etapa 4, a equipe gestora convocará a comunidade escolar para apresentação da proposta da escola, deixando claro aos pais e alunos que todos têm potencial para melhorar os índices de aprendizagem e ensino. Caberá à equipe da escola incentivar aos alunos e pais a terem maior compromisso com as atividades em seu cotidiano. Neste momento em que a comunidade estará presente, será ministrada uma palestra objetivando sensibilizar pais, alunos e professores sobre os desafios que a sociedade e a escola enfrentam diante das mídias e vasta evolução tecnológica em que vivemos, que vão na contramão da escola tradicional.

Quadro 8 - Etapas de realização da Ação 3

Ação 3	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
Momentos de Estudo e Criação de Plano de Intervenção: Responsabilização de cada ator no processo da avaliação externa.	Professores terão momentos de estudo e pesquisa em que possam buscar nos diversos meios virtuais o que tem sido feito na sua área (sugestões e caminhos) para sanar as dificuldades dos alunos no que se refere à aprendizagem	Discussão baseada nos estudos realizados na etapa 1, nas propostas dos programas Itinerários Avaliativos de Minas Gerais e Jovem de Futuro e definição de ações que comporão o Plano de Intervenção Educacional.	Assembleia final com professores e equipe gestora para conclusão do Plano de Intervenção.	Divulgação do Plano de Intervenção para a comunidade escolar. Palestra de sensibilização: de quem é a responsabilidade pelo processo ensino-aprendizagem?

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quadro 9 – Formulário sugestões para sanar dificuldades dos estudantes

Professor(a)	Componente Curricular	O que tem sido feito (estudos)?	O que poderei fazer?(prática)	Referências

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Na próxima seção serão apresentados procedimentos de avaliação do Plano de Ação Educacional.

Ação 4: Monitoramento e Avaliação do Plano de Ação Educacional.

O monitoramento e avaliação do PAE tem a finalidade de acompanhar a execução das ações propostas e testar a eficácia de cada uma delas na realidade escolar. Nesse sentido, é

necessário verificar se prazos e metas foram cumpridos ao longo do ano e se houve, de fato, um trabalho coletivo e engajado.

A escola é um lugar em movimento, dinâmico e de muitas fragilidades, no sentido, em que atende um público bastante polarizado. Portanto, se faz desejável um monitoramento sistemático de realização de ações, a fim de identificar falhas e corrigir rumos e rotas.

No quadro a seguir há uma sugestão de instrumento a ser utilizado no monitoramento e avaliação do PAE.

Quadro 10 - Instrumento de monitoramento e avaliação do PAE

Ações	Responsável pela Ação	Data Prevista	Data de Realização	Fragilidades da Ação	Potencialidades da Ação
1					
2					
3					

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Diante das propostas apresentadas, é preciso investigar se o resultado da implantação e execução do PAE surtiu o efeito desejado e se provocou mudanças de comportamento e atitude dos atores envolvidos no processo das avaliações. Ouvir relatos, opiniões, registrar depoimentos e elaborar portfólios são fundamentais no momento da avaliação. Isto fará com que o processo de melhoria e busca de qualidade nos processos de ensinar e aprender contribuam efetivamente para o aprimoramento da gestão e toda a equipe pedagógica e docente da escola.

5 CONCLUSÃO

Ao término dessa pesquisa foi possível concluir que, em um contexto em que as avaliações externas se fazem presentes no âmbito escolar, ainda há muito a caminhar no sentido de divulgar, informar e esclarecer sobre a relevância do processo na esfera educacional.

Após analisar dados da pesquisa, foi possível registrar que os gestores e equipes escolares relatam não estarem capacitados para lidarem com a dinâmica das avaliações em suas práticas de trabalho. Posto isto, há a proposição, no quarto capítulo, de um Plano de Ação Educacional com vistas a promover momentos de estudo, busca, formação e capacitação no que tange a apropriação de resultados do PROEB.

Quando se fala tanto em capacitação e formação, esse seria, então, um modelo a ser adotado pelas instâncias educacionais. Pois, a avaliação só terá sentido para o professor e escola quando ela fizer parte da sua rotina de maneira corriqueira e sistemática, compondo o planejamento pedagógico de toda a equipe.

No momento em que as avaliações externas tomam lugar de destaque nas mídias, no chamamento aos alunos, para participarem das avaliações do SAEB, por exemplo, torna-se de suma importância refletir e discutir sobre como todo o processo poderá contribuir para o aprimoramento do ensino-aprendizagem na escola. Nesse sentido, considera-se que todo o processo das avaliações não se resume a mera aplicação de testes para aferir resultados dos estudantes. O processo vai muito além. É preciso compreendê-lo e fazê-lo presente metodicamente na rotina escolar, não simplesmente para medir, mas para nortear caminhos e fazer com que a equipe busque novas rotas, novas estratégias, novos rumos, que provoquem impactos no ensinar e aprender. Que haja, de fato, significado na rotina pedagógica e que as avaliações sejam mecanismos que sinalizem aos professores em que sentido estão caminhando.

Diante do exposto, buscou-se investigar as práticas pedagógicas, na escola campo de pesquisa, a fim de responder à questão de como se apropriar e compreender os resultados do PROEB. Partindo da possibilidade de se verificar o uso pedagógico dos resultados da avaliação para subsidiar as práticas de ensino e de gestão e da percepção do referencial teórico adotado, foi possível concluir que as avaliações externas são caminhos que apontam as fragilidades e potencialidades da escola, indicam quais são os responsáveis pelo processo e qual a finalidade, do todo, no âmbito educacional.

Após a realização da pesquisa, por meio de questionários aos professores e entrevistas semiestruturadas à equipe gestora, foi possível considerar que as avaliações externas permitem reflexão e investigação sobre quais caminhos seguir. Pela análise dos relatos foi possível

verificar que não há um trabalho coletivo e sistemático em torno das avaliações, e nem todos conhecem os resultados e se apropriam deles. A equipe gestora, devido a outras demandas na rotina escolar, não dedica momentos de estudo e formação ao tema processo das avaliações externas e seus resultados. As responsabilidades são apontadas, sempre, para o outro. Ainda sobre a análise dos dados, nota-se que todos os atores envolvidos têm pouco conhecimento ou detêm informações superficiais sobre o SIMAVE/PROEB.

O Plano de Ação Educacional proposto tem a intenção de propor um aprofundamento de estudos e apropriação dos resultados da avaliação externa do PROEB, visto que, como citado acima, nem todos se envolvem na busca da melhoria dos resultados.

Nesse contexto, uma das ações propostas para a escola foi a criação de momentos de formação, cuja finalidade é oferecer subsídios para que todos tenham condições de ler, entender e compreender sobre os resultados das avaliações e criar ou implantar novas estratégias no chão da escola, da sala de aula.

No cenário atual, vivenciado pelo mundo com a Pandemia Covid-19, é relevante destacar que a escola sempre subestimou a tecnologia. E o pós Pandemia? Como será?

A escola deverá se organizar e (re) adaptar as ações com uma nova cultura baseada em experiências exitosas do ensino remoto. O ensino híbrido certamente se fará presente e será mais uma alternativa ao alcance da educação. O uso das tecnologias de maneira sistemática fará parte da realidade e todos deverão se capacitar diante da mudança que veio para ficar.

Após a conclusão da pesquisa, que a meu ver, veio trazer uma reflexão sobre a postura e engajamento que toda a equipe da escola deve adotar no que se refere a avaliação externa e apropriação de resultados na prática, deixa em aberto também a busca por outros temas como: quais caminhos deverão nortear a prática pedagógica quanto à avaliação?; quais as maiores fragilidades que as escolas encontram para efetivar a prática da apropriação como cultura?; é preciso esperar outras políticas públicas ou a própria escola é capaz de se auto organizar?

O presente trabalho permitiu a ampliação de ideias, reflexão sobre a dinâmica gestora exercida por mim na escola, construção de conhecimentos em relação ao tema avaliações e instigou a vontade de propor novos caminhos.

Partindo deste ponto, busquei potencializar no PAE, com foco na formação e capacitação, propostas que norteiem o caminho em busca de ações que impulsionarão às novas mudanças no momento em que forem compartilhadas por todos os atores da escola, de maneira colaborativa e participativa, dividindo responsabilidades.

Para tanto, se faz necessário pontuar o papel de cada ator, sempre, na perspectiva do trabalho em equipe e da ação coletiva.

A expectativa, portanto, ao final da pesquisa é que todo o trabalho empreendido possa servir de referência à outros gestores escolares que vivenciam experiências similares às encontradas após o estudo e que possam adaptar e implementar as ações propostas no Plano de Ação Educacional a fim de rever posicionamentos, repensar as práticas e (re)construir novos caminhos.

REFERÊNCIAS

ALVES, MARIA GILDA DE OLIVEIRA. **A Apropriação dos Resultados do Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb) em uma escola de Ensino Médio de São Sebastião da Vargem Alegre – Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

ANDREAZZI, Fernanda. **Gestão escolar**. Disponível em: <https://sae.digital/gestao-pedagogica/>. Acesso em: 06 out. 2019.

ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1783/1783.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BAUER, Adriana. Limites, desafios e possibilidades das avaliações de sistemas educacionais: contribuições do ciclo de debates para as políticas de avaliação. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Org.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013.

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempos de avaliação educacional**: o SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Záquia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun., 2012.

BLASIS, Eloisa de. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v.3, n.1, p.251-268, jun. 2013.

BURGOS, Marcelo Baumann; SANTOS, Maéve Melo dos; FERREIRA, Patrícia Valesca Gomes. Avaliação, alfabetização e responsabilização: os casos de Minas Gerais e Ceará. **Responsabilização na educação**, v.2, n.2, 2012. Disponível em: <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/21/19>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BROOKE, Nigel. **Marcos históricos na reforma da educação**. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. GAME/FAE/UFMG. 2011. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/pdf/livro2-01-avaliacao.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2019.

BORGES, Ronaldo Martins. **A apropriação de resultados do Sistema Mineiro de Avaliação (Simave) no ensino médio**: desafios e possibilidades para uma gestão colaborativa. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação

Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

CHAGAS, Daniel Pinheiro. **Apropriação de resultados das avaliações do PROEB pelas equipes gestoras e seu repasse aos professores de matemática do ensino médio.**

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

CARVALHO, Luis Claudio Rodrigues de. **A Apropriação de Resultados do Proeb e as estratégias utilizadas por duas escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino de Juiz de Fora.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

CAVALCANTI, Emmanuelle Arnould A.. **O plano de ações articuladas e as regras do jogo federativo:** análise sobre a interdependência entre os entes federados, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrr.br/jspui/bitstream/123456789/22699/1/EmmanuelleArnaudAlmeidaCavalcanti_TESE.pdf. Acesso: 13 fev. 2018.

DAVIS; Claudia Ferreira; GROSBaum, Marta Wolak. Sucesso de todos, compromisso da escola. In: DAVIS, Claudia Ferreira et al. **Gestão da escola:** desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 77-102.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?:** a escola das oportunidades. 1. ed. 2. reimp. Tradução de Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez, 2008.

FARIA, Fernanda Sevarolli Creston. **A Apropriação dos Resultados do Proeb:** Estudo de Caso de uma Escola Estadual de Juiz de Fora/MG. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UECE, 2002. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

FONTANIVE, Nilma Santos. A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 83-100, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação externa:** a utilização dos resultados do Saeb 2003 na gestão do sistema público de ensino fundamental no Distrito Federal. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5811/1/Jo%C3%A3o%20Luiz%20Horta%20Neto.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/minhuri/panorama>. Acesso em: 03 mai. 2019.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Artmed, São Paulo, 2010.

KISTEMANN JR., Marco Aurélio; SOUSA, Francisco Jucivânio Félix de. Uma investigação sobre apropriação de resultados de matemática do SPAECE: o caso da Escola Jabuti.

Cadernos Cenpec, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 125-153, jan./jul. 2018.

LEÃO, Aliziane da Mata. **Apropriação dos Resultados das Avaliações Externas: um Estudo Investigativo na Escola “Bela Vista”**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

LEMOV, Doung. **Aula Nota 10: 49 Técnicas Para Ser Um Professor Campeão de Audiência**. Tradução de Leda Beck. São Paulo-SP: Fundação Lemann, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LOCATELLI, Iza. Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento: o modelo SAEB. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 25, p. 3-21, jan./jun. 2002. Disponível em:

<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2189/2146>. Acesso em: 25 out. 2016.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**, n. 72, 2000.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCKESE, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem**. Componente do ato pedagógico. Cortez Editora. 2011. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/vital-brasil/a-importancia-de-avaliar-o-processo-de-ensino-e-aprendizagem/>. Acesso em: 06 out. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista@mbienteeducação**, 2012.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a05.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

MACHADO, Andrea Sebastiana R. C. **O gestor escolar e os desafios da apropriação dos resultados das avaliações em larga escala:** impactos de intervenções pedagógicas em quatro escolas amazonenses. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MARQUES, Maria Vanderli de Souza. **Apropriação de Resultados da Avaliação em larga escala em uma escola mineira de Ensino Médio:** limites e possibilidades de ações gestoras. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

MENEZES, Lucia Kelly Souza. **Possibilidades de uso dos resultados do SPAECE do ensino fundamental para subsidiar a gestão pedagógica numa escola de ensino médio.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Manual do PAAE.** 2009. Disponível em: http://paae.institutoavaliar.org.br/sistema_ava_v2/banco_objetos/manual.pdf. Acesso: 15 fev. 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **SIMAVE/PROEB – 2010.** Revista do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, v. 1, Juiz de Fora, 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. O Programa de Intervenção Pedagógica: Alfabetização no Tempo Certo. **Relatório síntese do Programa 2006 a 2010.** Belo Horizonte: SEE/MG, 2011.

MINAS GERAIS. **Simave – Revista do Sistema de Avaliação.** Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Educação em Minas alcança marca histórica.** Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <http://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/5911-educacao-de-minas-alcanca-marca-historica>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MINAS GERAIS. **SIMAVE.** 2016. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/sistema-de-monitoramento/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

MINAS GERAIS. **SIMAVE.** Portal da avaliação do Proalfa e Proeb. Secretaria de Educação. 2019a. Disponível em: <http://resultados.caedufjf.net/resultados/publicacao/publico/escola.jsf>. Acesso em 17 fev. 2019.

MINAS GERAIS. **Superintendência Regional de Ensino de Caxambu.** 2019b. Disponível em: <https://srecaxambu.educacao.mg.gov.br/index.php/home/institucional/historico>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MINAS GERAIS. **Itinerários avaliativos.** 2019c. Disponível em: <https://itinerariosmg.caeddigital.net/#!/login>. Acesso em: 22 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília S. **Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2009.

MOTTA, Alfredo Carnevalli. **Uso de Resultados do Simave/Proeb pela Superintendência Regional de Ensino de Caxambu**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

NICOLELLA, Alexandre Chibebe; SILVA, Roberto Claudio Bento da. A apropriação dos resultados do SPAECE colaborando para a melhoria do processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso em duas escolas do interior do Ceará. **Pesquisa e debate em Educação**, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/99/67>. Acesso em: 20 set. 2019.

NOÉ, Eloisa Elena. **O programa de intervenção pedagógica em sua ampliação para os anos finais do ensino fundamental nas escolas estaduais da superintendência regional de ensino de Ubá: uma análise a partir do ciclo de políticas**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

PACHECO, Alexandre. A execução das tarefas virtuais no contexto da educação a distância: um estudo em um curso de graduação em administração. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n.2, p. 129-157, ago. 2012.

PERRENOUD, Philippe e THURLER, Monica Gather. **As Competências Para Ensinar no Século XXI**, São Paulo, Artmed, 2002.

Rocha, Denise Cristina Corrêa da. **Avaliação de impacto de uma política pública em educação: análise do programa de intervenção pedagógica / alfabetização no tempo certo no período 2008/2012**. Tese (Doutorado em Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1961>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SALES, Francisca Rosilda de Oliveira. **A eficácia da Oficina de Capacitação para apropriação dos resultados do Simave/Proeb: o caso de duas escolas da Rede Estadual de Ensino de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SANTOS, Monalize Rigon da; VARELA, Simone. A Avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**, ano I, n. 01, 2007.

SANTOS, V. L. **O baixo desempenho em Matemática no Ensino Médio: conhecendo uma realidade mineira**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SANTOS, Anderson Oramísio; GIMENES, Olíria Mendes; MARIANO, Sangelita Miranda Franco. Avaliações externas e seus impactos nas práticas pedagógicas: percepções e visões

preliminares. In: Encontro de Pesquisa em Educação, Congresso Internacional de Trabalho Docente e Processos Educativos, 2013, Uberaba. **Anais...** Uberaba: Universidade de Uberaba, 2013.

SILVA, Ana Paula C. **Os Conteúdos Básicos Comuns em Escola-Referência no município de São João Del-Rei**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SILVA, Roberto Claudio Bento da. **Apropriação de resultados do SPAECE pelos gestores escolares: um estudo de caso envolvendo duas escolas do interior Ceará**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SILVA, Wudson Chaves da. **Estratégias de apropriação e utilização dos resultados das avaliações em larga escala: o caso de uma escola estadual do Acre**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SIMÕES, Maria Inez Barroso. **O Programa de Intervenção Pedagógica do Estado de Minas Gerais – PIP**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1924/1/mariainezbarrososimoes.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e Desafios das Avaliações em Larga Escala da Educação Básica na Gestão Escolar. **Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP** [online]. Araraquara, SP, 2010. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-5742010000300007&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2015.

VIANNA, Heraldo. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 28, jul-dez/2003. pp. 23-38. Virada Educação Minas Gerais. Disponível em: <http://www.undimemg.org.br/noticias/secretaria-de-educacao-lanca-projeto-virada-educacao-minas-gerais/>. Acesso em: 25 out. 2019.

VIANNA, Heraldo Marelim. Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.11-27, jan./abr. 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão educacional em cenário de escassez: a experiência do Ceará**. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista Semiestruturada

1. Fale sobre a sua trajetória profissional, formação e caminhada até chegar a função que ocupa hoje.
2. Descreva a sua rotina de trabalho na escola.
3. O que você sabe sobre o SIMAVE? (o que é, seus programas, resultados da escola, desempenho dos estudantes)
4. Para você, as avaliações externas cumprem seu papel de diagnosticar a qualidade da educação oferecida pelas escolas e redes públicas do país?
5. Como a equipe gestora e pedagógica desta escola tomam conhecimento dos resultados de seus alunos no SIMAVE/PROEB?
6. Como se dão as contribuições das instâncias superiores no que se refere à apropriação e utilização, pela escola, dos resultados do SIMAVE/PROEB?
7. Após o recebimento dos resultados, quando e como ocorre o repasse desses dados à sua equipe docente?
8. Posteriormente a esse período de conhecimentos de resultados, quais ações são implementadas e desenvolvidas pela escola no sentido de contribuir para a apropriação desses resultados?
9. Após a análise dos últimos resultados da escola, você percebeu alguma mudança na prática pedagógica dos professores dentro da sala de aula?
10. Quais fatores, em sua opinião, interferem no resultado dos alunos no SIMAVE/PROEB nas disciplinas avaliadas?
11. Em relação a essa prática recorrente de avaliação externa pelas redes de ensino, quais aspectos você considera como entraves no desenvolvimento desse processo sistêmico?
12. E no que se refere ao período que antecede um ciclo de avaliação, quais ações são desenvolvidas pela escola para a sua participação no SIMAVE/PROEB?
13. Os professores relatam acessar os boletins pedagógicos do PROEB para analisar os resultados dos estudantes?
14. Durante o tempo de atuação nesta função, você já participou de alguma capacitação promovida pela SRE Caxambu e SEE-MG acerca de apropriação de resultados?
15. Como supervisora ou Vice-diretor, você conhece ou identifica alguma ação que possa ser realizada pela equipe gestora para a melhoria do desempenho dos alunos no SIMAVE/PROEB nas disciplinas de Língua portuguesa e Matemática? Quais?
16. De quem é a responsabilidade quanto aos resultados das avaliações externas?

APÊNDICE B - Questionário para os professores

CONHECENDO SUAS PERCEPÇÕES SOBRE AS AVALIAÇÕES DO SIMAVE / PROEB.

No quadro, marque as assertivas sobre suas percepções relacionadas à avaliação externa do SIMAVE/PROEB. Favor responder marcando um “X” nas respectivas colunas de acordo com o modelo a seguir:

1 – Discordo
3 – Concordo

2 – Discordo parcialmente
4 – Concordo parcialmente

Obs.: Considere os últimos 04 (quatro anos) para responder as assertivas apresentadas.

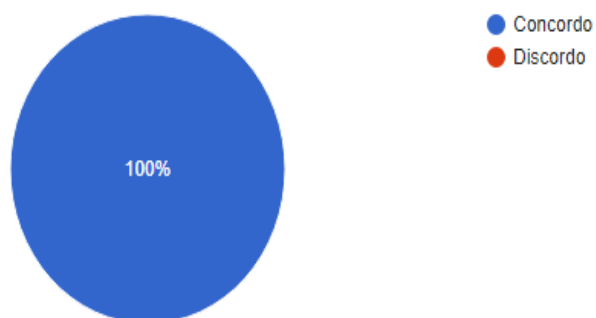
ASSERTIVAS	1	2	3	4
1. Conheço o SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação.				
2. Houve uma apresentação prévia das composições das avaliações do SIMAVE pela SEE MG aos professores da escola.				
3. Houve uma apresentação prévia das composições das avaliações do SIMAVE pela SRE aos professores da escola.				
4. Houve uma apresentação prévia das composições das avaliações do SIMAVE pela gestão da escola aos professores da escola.				
5. Houve uma apresentação prévia da política de avaliação externa estadual de Minas Gerais pela SRE aos professores.				
6. Houve uma apresentação prévia da política de avaliação externa estadual de Minas Gerais pela gestão da escola aos professores.				
7. O SIMAVE/PROEB avalia o trabalho docente.				
8. As avaliações do SIMAVE/PROEB proporcionam a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos.				
9. A análise dos resultados do SIMAVE/PROEB contribui para pensar práticas pedagógicas.				
10. Utilizo materiais de apoio presentes em boletins pedagógicos do SIMAVE/PROEB para discussão dos dados das avaliações externas.				
11. Os dados das avaliações do SIMAVE/PROEB são utilizados para pensar estratégias de gestão na escola.				
12. Entendo o conceito de escala de proficiência adotado pelo SIMAVE/PROEB.				
13. Compreendo a média da proficiência obtida pela escola.				

14. Os resultados do SIMAVE/PROEB são de fácil compreensão.				
15. Os resultados das avaliações do SIMAVE/PROEB obtidos pela escola são discutidos pela equipe diretiva (diretor, vice-diretor e especialista) com os professores.				
16. Os resultados do SIMAVE/PROEB são debatidos entre os professores, inclusive envolvendo os responsáveis por disciplinas não avaliadas.				
17. Analiso os resultados do SIMAVE/PROEB e os utilizo para (re)pensar o planejamento e mudar as estratégias de ensino para as minhas aulas..				
18. Frente aos resultados do SIMAVE/PROEB <i>me sinto motivado</i> a pensar gestão do conhecimento e inovar as práticas pedagógicas.				
19. Os resultados das avaliações do SIMAVE contribuem para que eu faça uma reflexão sobre as práticas pedagógicas que utilizo no contexto escolar.				
20. A partir dos resultados do SIMAVE/PROEB, insiro novas formas de intervenção no processo de ensino.				
21. Com o SIMAVE/PROEB, a demanda de trabalho quanto ao planejamento escolar aumentou devido à necessidade de utilização dos resultados nas disciplinas.				
22. Existe uma cobrança maior sobre os professores de Português e Matemática nos resultados do SIMAVE/PROEB.				
23. Existe uma ênfase muita acentuada por parte da escola nas avaliações do SIMAVE/PROEB.				
24. Nas avaliações internas da escola ocorre o uso dos dados provenientes do SIMAVE/PROEB.				
25. As informações disponibilizadas pelo SIMAVE/PROEB norteiam as decisões da equipe sobre práticas pedagógicas.				
26. Repenso minha prática docente a partir dos resultados dos alunos nas avaliações do SIMAVE.				
27. A partir das avaliações do SIMAVE/PROEB, compreendo quais conteúdos devem receber atenção.				
28 O SIMAVE/PROEB é uma forma de avaliar os professores, objetivando o controle do estado sobre as ações educacionais.				

APÊNDICE C – Resultados obtidos com a aplicação do questionário para os professores

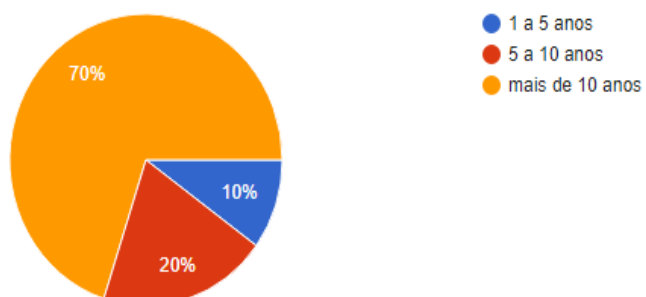
Ressaltamos que sua participação é voluntária e anônima.

20 respostas



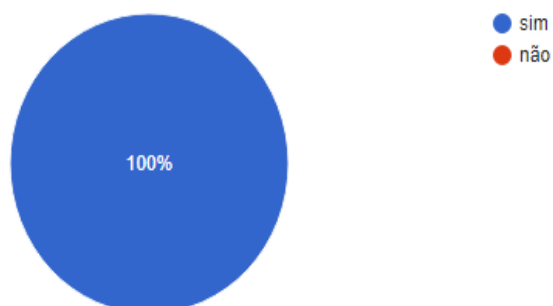
Tempo que atua na função Professor(a):

20 respostas



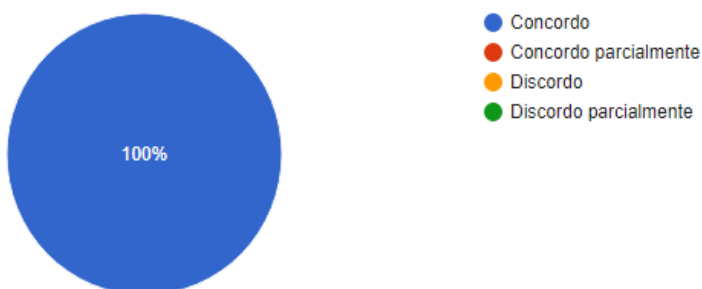
Possui habilitação específica na área que atua.

20 respostas



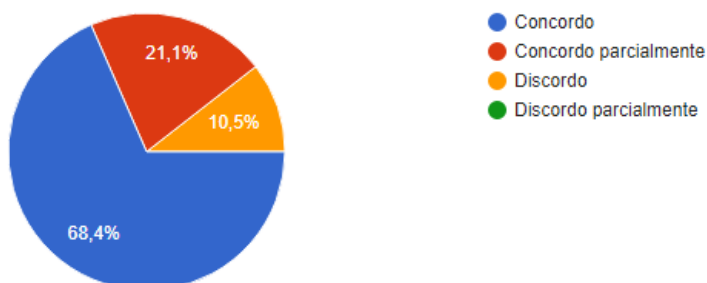
1. Conheço o SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação.

20 respostas



2. Houve uma apresentação prévia das composições das avaliações do SIMAVE pela SEE- Secretaria Estadual de Educação MG aos professores da escola.

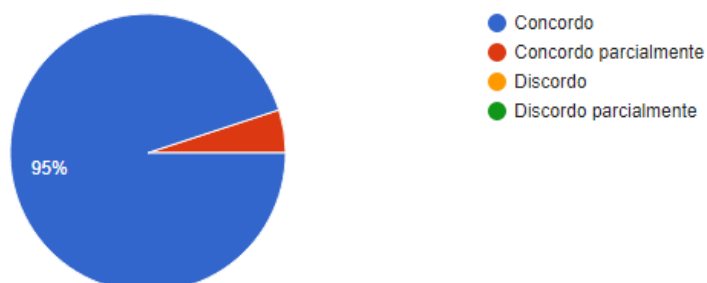
19 respostas



4. Houve uma apresentação prévia das composições das avaliações do SIMAVE pela gestão da escola aos professores da escola.



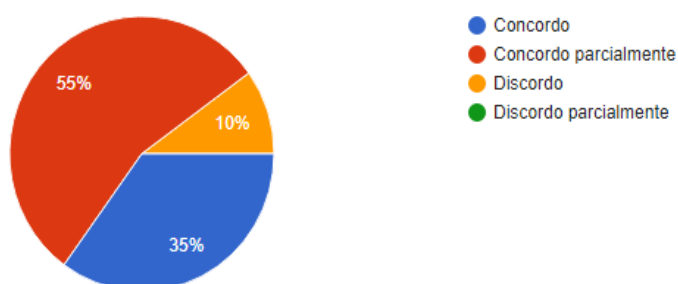
20 respostas



7. O SIMAVE/PROEB avalia o trabalho docente.



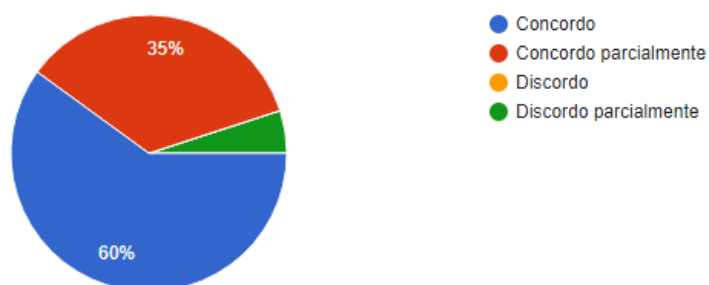
20 respostas



8. As avaliações do SIMAVE/PROEB proporcionam a obtenção de um diagnóstico da educação ofertada aos alunos.



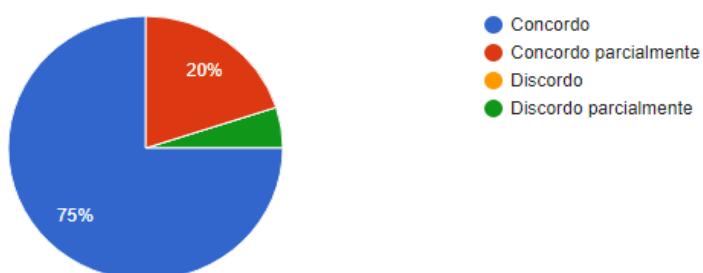
20 respostas



9. A análise dos resultados do SIMAVE/PROEB contribui para pensar práticas pedagógicas.



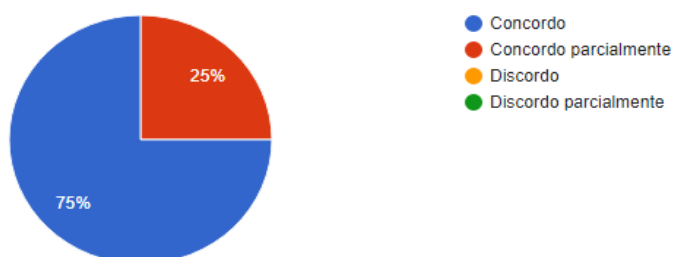
20 respostas



17. Utilizo os resultados do SIMAVE/PROEB para (re)pensar o planejamento e mudar as estratégias de ensino para as minhas aulas.



20 respostas



19. Existe uma cobrança maior sobre os professores de Português e Matemática nos resultados do SIMAVE/PROEB.



20 respostas

